UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

EMILIO ALAPANIAN COLMÁN

Identities em Confronto: Imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais *O Estado de São Paulo* e *La Tribuna* durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)

São Paulo
2016

EMILIO ALAPANIAN COLMÁN

Identidades em Confronto: Imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais *O Estado de São Paulo* e *La Tribuna* durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Mary Anne Junqueira

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

CC716i COLMÁN, EMILIO ALAPANIAN
Identidades em Confronto: Imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966) / EMÍLIO ALAPANIAN COLMÁN ; orientadora Mary Anne Junqueira. - São Paulo, 2016.
179 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Brasil. 2. Paraguai. 3. Relações Interamericanas. 4. Imprensa. 5. , Sete Quedas/Guairá. I. Junqueira, Mary Anne , orient. II. Título.

COLMÁN, Emilio Alapanian. *Identidades em Confronto: Imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho ao meu *abuelo* Don Emigdio Colmán e a todos aqueles que, como ele, lutaram contra as ditaduras militares do Cone Sul.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais Silvia Alapanian e Evaristo Emigdio Colmán Duarte pelo amor, pelo carinho e pelo apoio em cada passo dado por mim nessa caminhada.

À minha orientadora Mary Anne Junqueira pelo diálogo, pela paciência e pela atenção que permitiram a realização deste trabalho. Suas leituras e sua orientação foram fundamentais para os rumos que essa pesquisa tomou e para minha formação. Professora, todo o respeito e admiração.

Às professoras Maria Ligia Prado e Mariana Villaça pelas contribuições em meu exame de qualificação. Gostaria de agradecer às professoras e aos colegas do LEHA-Laboratório de Estudos de História das Américas. Sinto muito orgulho de fazer parte desse grupo de excelência acadêmica, de poder dividir inquietações e dúvidas e de aprender com todos vocês.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por financiar esta pesquisa através da bolsa de mestrado-Processo Nº 2015/02003-2, e permitir que eu me dedicasse integralmente à pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Paraguai sempre atenciosos no tratamento dispensado ao pesquisador.

Às amigas e colegas dos grupos de pesquisa “Trânsito nas Américas: viagens e viajantes (séculos XIX e XX)” e “História dos Estados Unidos e Relações Interamericanas”. Agradeço, especialmente, à Gabriela Xabay com quem dividi muitas angústias e conquistas durante esses três anos.

Não poderia esquecer dos amigos da ala boêmia do LEHA, com os quais compartilhei muitos momentos de descontração e camaradagem que aliviaram as dores da pesquisa. Agradeço, particularmente, ao Ricardo Streich pelas boas conversas, pelas boas mesas de bar e pela boa revisão deste trabalho e à Mariana De Moraes Silveira pela amizade e pelo carinho.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas da Universidade Estadual de Londrina, onde cresci e iniciei minha vida acadêmica.

Ao Jimmy Jacques e ao Gustavo de Oliveira por chegarem comigo na cidade grande. “Que todos os seres sejam felizes”!

Agradeço também aos amigos de Londrina, do Quinta IIIA, dos bares e rodas de tereré e da República Distopia. Aos amigos de São Paulo, às amígdas da FFLCH, das salas de aula, dos corredores e dos morrinhos e à República do Castelo.

Por fim, agradeço a todos aqueles que estiveram ao meu lado em defesa da Educação pública e gratuita no movimento estudantil e no movimento de professores. Em especial aos alunos da E.E. Profº João Kopke, da qual fui professor em 2013. Em 2015, os estudantes secundaristas ocuparam a escola contra um projeto de reorganização escolar promovido pelo governador Geraldo Alckmin. O projeto previa o fechamento de salas de aula e o fim do ensino médio na unidade escolar. Durante a ocupação, os alunos do Kopke se recusaram a conceder uma entrevista a um jornalista do *Estadão* pois o jornal havia chamado os estudantes de “invasores”. O movimento das ocupações barrou a aplicação do projeto e derrubou o secretário de Educação do estado mais rico e populoso do país. Dedico este trabalho à professora Cida Gomes, uma valorosa companheira que nos deixou em maio de 2016.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma histórica. – O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos “ainda” sejam possíveis no século XX não é nenhum espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável.

WALTER BENJAMIN

(...)

*Sete quedas por nós passaram,
e não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
e todas sete foram mortas,
e todas sete somem no ar,
sete fantasmas, sete crimes
dos vivos golpeando a vida
que nunca mais renascerá.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE
Adeus a Sete Quedas

RESUMO

COLMÁN, Emilio Alapanian. *Identidades em Confronto: Imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as reconfigurações das identidades nacionais no Brasil e no Paraguai mobilizadas por dois importantes jornais — *O Estado de São Paulo* (Brasil) e *La Tribuna* (Paraguai), entre 1963 e 1966. Nesse período foi lançado, de forma unilateral pelo Brasil, projeto de construção de uma usina hidrelétrica na fronteira entre os dois países - depois Itaipu. Polêmicas sobre um litígio fronteiro na região dos Saltos de Sete Quedas/Saltos do Guairá foram recuperadas e rearticuladas aos projetos nacionais dos dois países. Os jornais foram tomados como fonte e objeto, a partir do acompanhamento da cobertura da contenda. Buscou-se, portanto, compreender de que modo os periódicos mobilizaram e reforçaram identidades, recuperaram imagens do Brasil e do Paraguai e assim defenderam seus próprios projetos políticos.

Palavras-chave: Brasil, Paraguai, Relações Interamericanas, Imprensa, Sete Quedas/Guairá.

ABSTRACT

COLMÁN, Emilio Alapanian. *Identities in Clash: Images of Brazil and Paraguay in the newspapers O Estado de São Paulo and La Tribuna during the Saltos Sete Quedas/Guairá case (1963-1966)*. Dissertation (Master's degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This research has as goal analysing the reconfiguration of the national identities in Brazil and in Paraguay mobilized by two important newspapers — *O Estado de São Paulo* (Brazil) and *La Tribuna* (Paraguay), between 1963 and 1966. In this period, in an unilateral form by Brazil, a project of building a hydroelectric plant in the border between the two countries was launched — later, Itaipu. Controversies about a frontier litigation in the region of the Sete Quedas Fall/Guairá Falls were recovered and rearticulated to the national projects of both countries. The newspapers were taken as source and object, from the accompaniment to the covering of the strife. It was sought, therefore, to comprehend in what manner the periodic newspapers mobilized and reinforced identities, recovered images from Brazil and Paraguay and thus defended their own political projects.

Keywords: Brazil, Paraguay, Interamerican Relations, Press. Sete Quedas/Guairá.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Os Saltos de Sete Quedas e os traçados fronteiriços reivindicados.....	89
Mapa 2: Serra de Maracaju.....	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Getúlio Vargas lendo <i>La Tribuna</i> em Coleção Embaixador Augusto Ocampos Caballero.....	28
Figura 1.2: Sede do jornal. <i>La Tribuna</i> de 31 de dezembro de 1965.....	40
Figura 1.3: Sede do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> entre 1951 e 1979.....	55
Figura 1.4: Júlio de Mesquita Filho lendo <i>OESP</i> em <i>O Estado de São Paulo</i> de 15 fev. 1992.....	61
Figura 2.1: <i>O Estado de São Paulo</i> de 02 de agosto de 1938.....	65
Figura 2.2: <i>O Estado de São Paulo</i> de 15 de dezembro de 1962.....	70
Figura 2.3: O encontro entre os chanceleres, <i>O Estado de São Paulo</i> de 03 de julho de 1966.....	101
Figura 2.4: Suplemento de Turismo Nº1, <i>O Estado de São Paulo</i> de 24 de junho de 1966.....	109
Figura 2.5: Os Saltos de Sete Quedas em dezembro de 1978.....	111
Figura 3.1: Encontro entre os presidentes João Goulart e Alfredo Stroessner. <i>La Tribuna</i> (21/01/1964).....	124
Figura 3.2: Editorial <i>Unanimidad</i> . <i>La Tribuna</i> , 14 de fevereiro de 1966.....	142
Figura 3.3: Os Saltos do Guairá em dezembro de 1978.....	148
Figura 3.4: Juracy Magalhães e Raúl Sapena Pastor durante as conferências de junho de 1966. <i>La Tribuna</i> , 24 de junho de 1966.....	154
Figura 3.5: Anúncio do livro de Efraim Cardozo. <i>La Tribuna</i> , 15 de dezembro de 1965.....	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I - OS JORNAIS <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i> (BRASIL) E <i>LA TRIBUNA</i> (PARAGUAI): TRAJETÓRIAS, PROJETOS POLÍTICOS	 23
1.1. <i>La Tribuna</i> : trajetória e projeto político	23
1.1.1. Eduardo Schaerer e os primeiros anos do jornal <i>La Tribuna</i>	23
1.1.2. A “independência” do <i>La Tribuna</i> de Arturo Schaerer: do distanciamento do Partido Liberal à proximidade de Stroessner	29
1.1.3. A defesa das liberdades individuais	35
1.1.4. Em defesa da imigração europeia e em detrimento do camponês paraguaio	36
1.1.5. Em defesa da energia elétrica e em nome da industrialização	40
1.1.6. O formato moderno do Jornal	43
1.2. <i>O Estado de São Paulo</i> : trajetória e projeto político	45
1.2.1. Primeiros anos	45
1.2.2. O papel da “elite esclarecida” brasileira	48
1.2.3. Os partidos políticos.	51
1.2.4. Contra a intervenção do Estado na Economia.	56
 CAPÍTULO II - <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i> E O BRASIL POTÊNCIA: A DISPUTA PELO NACIONAL DURANTE O CASO SETE QUEDAS	 62
2.1. Os antecedentes do projeto Sete Quedas (1938-1962)	62
2.1.1. Primeiros estudos para o aproveitamento hidrelétrico dos Saltos	62
2.1.2. A apresentação do projeto Marcondes Ferraz	68
2.2. <i>OESP</i> contra o presidente João Goulart (1963-1964)	72
2.2.1. Projeto Sete Quedas, o “maior orgulho do Brasil”	72
2.2.2. A ameaça dos interesses soviéticos ao projeto da hidrelétrica	77
2.2.3. A reunião entre João Goulart e Stroessner	78
2.3. A Hidrelétrica de Sete Quedas: usina da “revolução” (1964-1966)	81
2.3.1. Um “plano atrativo”	81
2.3.2. O incidente fronteiriço de Porto Coronel Renato	85
2.3.3. A “boa vontade brasileira” e a Ata do Iguaçu	92

2.4. Sete Quedas como símbolo nacional	104
CAPÍTULO III - <i>LA TRIBUNA</i> E A MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DOS SALTOS DO GUAIRÁ: SÍMBOLOS, MITOS E USOS DO PASSADO	
	112
3.1. Paraguai e Brasil a caminho da “compreensão” (1963-1964)	112
3.1.1. As primeiras notas trocadas	112
3.1.2. O encontro entre Stroessner e Goulart	120
3.1.3. <i>La Tribuna</i> em defesa contra o “agressor”	125
3.2. “Unanimidade”: a construção da unidade nacional	133
3.2.1. “Uma medida impensada”: a ocupação militar brasileira (1965)	133
3.2.2. “Toda a nação está de acordo com o Governo”	140
3.2.3. A Solução Equitativa	149
3.3. Faz Cem Anos	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
FONTES	164
BIBLIOGRAFIA	172

INTRODUÇÃO

Em 1962 explodia mais um conflito entre Brasil e Paraguai. O governo brasileiro decidira, sem consultar o país vizinho, construir uma usina hidrelétrica na fronteira. A ideia era aproveitar o potencial energético do complexo de cachoeiras do Rio Paraná, conhecido como Saltos de Sete Quedas, no Brasil, e Saltos do Guairá, no Paraguai.¹ Mais grave: o governo paraguaio soube da iniciativa através de jornais brasileiros. A chancelaria paraguaia reagiu imediatamente e recuperou um antigo litígio fronteiro que envolvia a região dos Saltos, embora não fosse reconhecido pelo Itamaraty.

O Brasil passava a gestar a maior usina hidrelétrica até então projetada: depois Itaipu. O objetivo desta pesquisa é exatamente analisar o embate em torno dos Saltos e da construção da usina a partir de dois importantes jornais: *La Tribuna* (Paraguai) e *O Estado de São Paulo* (Brasil), acompanhando como as identidades nacionais, brasileira e paraguaia, foram rearticuladas e reformuladas, conforme o conflito se desenvolvia.

O caso dos Saltos chegou ao seu momento de maior tensão entre 1965 e 1966. Após o exército brasileiro atravessar a fronteira e ocupar a região em litígio, vigorosa manifestação nacionalista tomou as ruas de Assunção. Devido a esse confronto, a questão do domínio brasileiro ou o condomínio da energia elétrica a ser eventualmente produzida ficou indefinida até a assinatura da Ata do Iguaçu, em junho de 1966, que estabeleceu o domínio compartilhado da energia entre os dois países. Mas, enquanto isso, os jornais debatiam incansavelmente os direitos de um e de outro país.

A resolução do conflito permitiu o avanço das negociações que resultaram na construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, até hoje tema das Relações Internacionais, e também das Histórias nacionais. A usina binacional foi a maior do mundo, em capacidade geradora, com 14.000 MW, até a inauguração da

¹ A partir de agora, ao fazer referência a todo o complexo de cachoeiras entre o Brasil e o Paraguai utilizarei apenas “Saltos”. Quando me referir ao lado brasileiro, “Sete Quedas”, e “Guairá” ao lado paraguaio.

hidrelétrica chinesa de Três Gargantas no Rio Yangtsé em 2009, com 22.400 MW.² A grandiosidade do projeto permitiu que os Saltos e a futura hidrelétrica fossem representados como símbolos nacionais nos discursos oficiais e nas páginas de jornais dos dois países em meados da década de 1960.

O caso dos Saltos coincidiu com os anos do centenário da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Os periódicos analisados, especialmente *La Tribuna*, mobilizaram dispositivos antigos das identidades nacionais como símbolos, mitos e heróis. Procuraram, assim, reorientar essas identidades em direção a uma modernidade econômica e tecnológica que a própria construção da hidrelétrica ajudava a conformar.

O paraguaio *La Tribuna* e o brasileiro *O Estado de São Paulo (OESP)* atuaram de acordo com seus projetos nacionais. Quer-se dizer que não é possível compreender a posição de um e outro jornal sobre o tema, se não compreendermos os projetos políticos dos próprios jornais e do projeto que defendiam para a nação. Quando o caso dos Saltos passou a ocupar as páginas dos diários platinos, os dois periódicos escolhidos para a análise já possuíam posição de destaque dentro do mercado editorial. Ambos com circulação nacional figuravam entre os maiores jornais dentro de seus países e pertenciam — no caso do *OESP* ainda pertence — a grupos empresariais de origem familiar — os Mesquita no *OESP* e os Schaerer no *La Tribuna*.

A região de fronteira em que se encontravam os Saltos já era motivo de disputa entre os impérios coloniais e continuou sem solução após a Guerra da Tríplice Aliança. Com o fim do conflito foi assinado o Tratado de Limites de 1872. O documento incluiu pela primeira vez os Saltos como limite natural entre os dois países. A Serra de Maracaju, a oeste dos Saltos, também foi caracterizada como fronteira entre o Brasil e o Paraguai. A demarcação não foi questionada durante décadas, no entanto, havia possibilidade de várias interpretações, entre elas: uma que previa que grande parte dos Saltos era brasileira e outra que detinha que a maior parte das cachoeiras pertenciam ao Paraguai.

² SÓRIA, Miguel Augusto Zydan. *Usina de Itaipu: integração energética entre Brasil e Paraguai, uma síntese histórica da Itaipu Binacional*. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p.199-200.

Com a possibilidade de construção da hidrelétrica, o litígio foi recuperado. Instalava-se, dessa maneira, nova crise entre Brasil e Paraguai. A contenda ameaçava comprometer dois importantes objetivos estratégicos das políticas externas brasileira e paraguaia: a reaproximação política entre os dois vizinhos e o atrelamento da economia paraguaia ao Brasil, que livrava o país da dependência do porto de Buenos Aires, imposta pela mediterraneidade do Paraguai.³

Ainda que os jornais que analisamos tenham repercutido o caso durante duas ditaduras militares elas estavam em fases diferentes de consolidação. O regime paraguaio comandado pelo General Alfredo Stroessner (1954-1989) se consolidava, ao passo que o presidente brasileiro João Goulart (1961-1964) era deposto por um golpe de estado que instaurou uma ditadura militar (1964-1985). Os dois regimes militares se alinharam aos Estados Unidos e como consequência tiveram uma maior penetração de capital estrangeiro, ademais, adotaram a Doutrina de Segurança Nacional e um discurso modernizante, cuja efetivação se dava através do binômio “segurança e desenvolvimento”. O projeto da hidrelétrica serviu aos regimes pois representava esse “desenvolvimento” propalado pelos ditadores.

A pesquisa teve como balizas temporais o ano de 1963, quando os jornais *La Tribuna* e *O Estado de São Paulo* começaram a cobrir o interesse do governo brasileiro em executar o projeto da Usina Hidrelétrica de Sete Quedas e os protestos da diplomacia paraguaia passaram a ocupar as páginas dos periódicos, até 1966, ano da assinatura da Ata do Iguaçu.

A controvérsia sobre os Saltos do Guairá ou Sete Quedas foi analisada por historiadores e internacionalistas. Na historiografia, duas obras merecem destaque: o pioneiro trabalho “*A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1954-1980*” de Alfredo da Mota Menezes (1987); e “*Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*” de Ivone T. Carletto de Lima (2006). O trabalho de Menezes,

³ “A mediterraneidade do Paraguai tornara inevitável a preponderância da Argentina, o principal mercado de consumo para os seus produtos, sobretudo a erva-mate, dado que ele só dispunha do Rio da Prata como via de comunicação com o mundo e de acesso ao comércio internacional. Essa via dependia, exclusivamente, do porto de Buenos Aires”. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A guerra do Chaco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 1, 1998. p.163.

além de dedicar um capítulo ao caso dos Saltos, tem o mérito de analisar outros aspectos que envolveram a assinatura do Tratado de Itaipu em 1973 e das relações entre os dois países. A aproximação entre as ditaduras brasileira e paraguaia foi evidenciada pelo autor em sua análise das negociações em torno ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, da visita do presidente general Ernesto Geisel a Assunção, além da ocupação de terras paraguaias por brasileiros na década de 1970.⁴

Já o trabalho de Lima tem o mérito de ter analisado uma série de questões negligenciadas por outros historiadores. Com ampla pesquisa documental, a historiadora se dedicou ao estudo do setor elétrico brasileiro, incluindo os primeiros projetos de uma hidrelétrica na região, além dos entraves internacionais que envolveram as assinaturas dos tratados e também o impacto da construção da usina nas populações das cidades ribeirinhas. Por essas razões, o trabalho de Lima é uma referência para o estudo do tema.⁵

Alguns trabalhos voltados à análise das relações internacionais na América Latina também trataram do tema. Entre eles, “*Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas*” de Amado Luiz Cervo (2001) apresentou uma série de documentos diplomáticos que enriqueceram suas reflexões acerca das relações brasileiro-paraguaias.⁶ Por se tratar de um trabalho de síntese, no entanto, sua análise panorâmica não abordou o caso dos Saltos com tanta profundidade. Ainda na área das relações internacionais, duas dissertações de mestrado merecem destaque: “*Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*” de Ronaldo Alexandre do Amaral e Silva (2006); e “*Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju*” de Enrico Diogo Moro Gomes (2009).⁷ Apesar desses

⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

⁵ LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon - Paraná: Editora Germânica, 2006.

⁶ CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2001.

⁷ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais,

autores reforçarem a interpretação oficial da chancelaria brasileira, os trabalhos apresentam documentos diplomáticos inéditos, permitindo, assim, novas abordagens e interpretações sobre as relações paraguaio-brasileiras e sobre os limites entre os dois países.

Apesar de historiadores e internacionalistas já terem trabalhado com o caso dos Saltos, nenhum destes estudos se dedicou a investigar a mobilização das identidades nacionais realizada pela imprensa de Brasil e Paraguai ao cobrir o caso. Nesses trabalhos, apesar dos jornais terem sido utilizados como fontes, não foram objetos de estudo, o que limitou a possibilidade de novas abordagens sobre as relações entre o Brasil e o Paraguai. A análise da forma de mobilização das identidades nacionais no Brasil e no Paraguai pela imprensa dos respectivos países durante o caso dos Saltos representa uma contribuição original ao campo de estudos das relações interamericanas, já que busca compreendê-las para além do nível estatal. Ademais, a pesquisa da história da imprensa brasileira e paraguaia, no período, colabora para melhor compreensão acerca dos regimes militares dos dois países envolvidos no conflito diplomático.

No que diz respeito ao tratamento dado aos jornais, alguns pressupostos são fundamentais. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, os jornalistas definiam seus periódicos como apartidários ou apolíticos, o que permitia a eles se apresentarem na luta política como “defensores da verdade”, obscurecendo os interesses e/ou projetos defendidos por esses jornais.⁸ Referência central para o estudo da imprensa é o trabalho de pesquisa, também de Capelato, em parceria com Maria Lígia Prado, cuja análise previa o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte e objeto.⁹ As autoras evidenciaram a atuação do periódico como porta voz

Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Ver também: GOMES, Enrico Diogo Moro. *Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju*. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) - Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2009.

⁸ Cf. CAPELATO, Maria Helena. O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa paulista (1920-1945), *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n.23-24, p.57, 1991. Ver também: CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia. (org.) *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p.114-136.

⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

de setores da elite paulista ao analisar o projeto liberal defendido pelo jornal. A imprensa foi analisada por elas como objeto de interesse econômico, já que era primordialmente um negócio, e meio de intervenção na vida política e social, manipulando interesses na busca de atrelar a consciência social ao seu projeto, em “uma constante batalha pela conquista dos corações e das mentes”.¹⁰ Seguindo essa trilha, esta pesquisou e investigou os jornais como fonte e como objeto.

Já as historiadoras Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins afirmam que “não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país”.¹¹ Ainda no tratamento que será dado à imprensa como fonte, a historiadora Tânia Regina de Luca fornece importante contribuição. Segundo ela, além de examinar o discurso jornalístico, o trabalho de historicizar a fonte requer também um olhar sobre “materialidade dos impressos e seus suportes”, em outras palavras, a disposição das notícias, os recursos gráficos, a linguagem e os processos que envolveram a própria organização do jornal.¹²

No tocante aos aspectos teóricos relativos às identidades nacionais, é central a definição de “nação”, utilizamos a que Benedict Anderson desenvolveu em sua obra “*Comunidades Imaginadas*”. Para Anderson, a nação apresenta-se como uma “comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”.¹³ Uma *comunidade*, pois a nação é *imaginada* através de laços de solidariedade que unem os “nacionais”. Mesmo que um paraguaio jamais chegue a conhecer todos os paraguaios, é provável que ele defenda a nação contra uma possível agressão externa, pois esta é imaginada como “uma profunda camaradagem horizontal”. E *limitada*, pois as nações brasileira e

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1994. p. 13.

¹¹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia R. Introdução: Pelos Caminhos da Imprensa no Brasil. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 8.

¹² LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 132.

¹³ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 32.

paraguaia foram imaginadas com seus limites e fronteiras, por isso o questionamento dos limites se transformou num questionamento da própria nacionalidade. Ainda que Anderson tenha recebido críticas por tratar da nação de forma homogênea, o seu trabalho contribuiu sobremaneira sobre a discussão do tema.

A obra do historiador inglês Anthony D. Smith, “A Identidade Nacional”, também ofereceu excelentes recursos. Segundo Smith, existem múltiplas identidades que compõem uma individualidade como de gênero, de classe, territorial, étnica ou religiosa e a identidade nacional. Nesse sentido, a associação da identidade nacional às demais torna-a “força flexível” e eficaz ao estabelecer “um elo social entre indivíduos e classes, através do fornecimento de todo um repertório de tradições, símbolos e valores compartilhados”.¹⁴ Os jornais *La Tribuna* e *OESP* contribuíram para estabelecer esse “elo social” ao mobilizar e recuperar múltiplas identidades, que se articularam à identidade nacional através dos símbolos nacionais compartilhados diariamente nas páginas dos periódicos.

Ainda que este trabalho não analise as identidades pós-modernas, o trabalho do jamaicano Stuart Hall ajuda a compreender a questão das identidades. Ele demonstrou que apesar das identidades nacionais aparecerem, em seu discurso, como uma unidade, elas não “subordinam as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e diferenças sobrepostas”.¹⁵ As identidades nacionais são perturbadas pela presença das outras identidades, que se mantêm a partir de divisões no interior da sociedade, apesar do poder que as tradições e símbolos nacionais exercem sobre os indivíduos. Hall também considerou que as identidades são construídas “por meio da diferença e não fora dela”, ou seja, somente na sua relação com o Outro. O que envolve um trabalho discursivo no qual “o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas” produzem “efeitos de fronteiras” que excluem e transformam o diferente em exterior. Dessa forma, construídas por meio da diferença, as identidades nacionais são constantemente desestabilizadas por outras

¹⁴ SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p. 31.

¹⁵ HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p.66.

identidades externas.¹⁶

Para a abordagem dos mitos políticos mobilizados pelos jornais trabalhados nesta pesquisa, a contribuição de Raoul Girardet foi fundamental. Os jornais, ao recuperarem elementos das identidades nacionais, reforçavam mitos políticos como os da “unidade nacional”, da “idade de ouro da nação” e de um “salvador nacional”. Em sua obra *“Mitos e mitologias políticas”*, Girardet chama a atenção para o papel desses mitos: “narrativa de caráter explicativo, não se poderia esquecer, no entanto, que o mito é também potência mobilizadora. À função de reestruturação mental do imaginário político corresponde então, uma outra, que é de reestruturação social”. Um conflito diplomático entre o Brasil e o Paraguai nos anos em que foram comemorados o centenário da Guerra da Tríplice Aliança contribuíram para a reinterpretação de mitos políticos, que além de “fornecer certo número de chaves para a compreensão do presente” cumpriram um importante papel de mobilização.¹⁷

Este não é um trabalho sobre a leitura, mas os jornais devem a sua existência aos leitores. É importante indicar aqui que quem dava sentido ao que *La Tribuna* e *O Estado de São Paulo* escreviam eram seus leitores que poderiam concordar ou não com eles. Roger Chartier afirmou que a leitura pode ser realizada de muitas formas. O leitor não pode ser visto como alguém passivo que recebe informações, notícias sem avaliação. Assim, não é raro as práticas de leitura ultrapassarem os significados que o autor quis apresentar. Em outras palavras, quem dá sentido e significado ao texto é o leitor. O texto e os suportes materiais organizam a leitura pretendida através de senhas explícitas ou implícitas e dos dispositivos tipográficos disponíveis, mobilizados de acordo com as intenções do autor e dos editores do texto.¹⁸

Isso posto, passo a apresentar como a Dissertação está organizada. No primeiro capítulo, intitulado “Os Jornais *O Estado de São Paulo* e *La Tribuna*:

¹⁶ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.110.

¹⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.183.

¹⁸ CHARTIER, Roger. (org). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2009.

trajetórias, projetos políticos”, procuramos tratar da trajetória dos jornais *OESP* e *La Tribuna*, ao mesmo tempo em que sublinhamos os projetos políticos dos periódicos. As características desses projetos liberais estavam vinculadas às condições de cada país na época que muitas vezes, determinaram as estratégias dos periódicos.

No segundo capítulo, intitulado “*O Estado de São Paulo* e o Brasil Potência: a disputa pelo nacional durante o caso Sete Quedas”, analisamos como *OESP* cobriu o caso Sete Quedas, em meio a um cenário de mobilizações do elemento nacional por parte de diversos atores, tais como o governo brasileiro e o próprio jornal. Na cobertura da polêmica pelo jornal, as posições do periódico paulista sobre o projeto da hidrelétrica passaram por transformações. O modo como o Paraguai e o Brasil foram imaginados pelo diário permitiu delinear os contornos da identidade brasileira de acordo com o projeto político do jornal, que se aproximava da orientação da política externa adotada pela ditadura militar.

No terceiro e último capítulo, intitulado “*La Tribuna* e a mobilização nacional em defesa dos Saltos do Guairá: símbolos, mitos e usos do passado”, analisamos a participação do jornal *La Tribuna* na reconfiguração da identidade paraguaia durante o caso dos Saltos. Ao reforçar a imagem do Brasil “agressor” e o mito da “unidade nacional”, o jornal assunceno forneceu elementos para o movimento nacionalista que ganhava força no país e, assim, acabou por contribuir para a consolidação do regime militar paraguaio. Símbolos e heróis nacionais foram recuperados pelo jornal. Nesse sentido, a estratégia de utilizar o passado possibilitou que o periódico reinterpretasse a identidade paraguaia a partir da defesa da modernidade tecnológica que a usina hidrelétrica representou.

Por fim, a pesquisa pretende mostrar como a análise dos jornais pode contribuir para o estudo das relações interamericanas, mostrando a atuação de distintos atores e as várias facetas do jogo. Pretende também indicar como a questão das fronteiras e dos limites nacionais são temas complexos, ricos e férteis para o trabalho do historiador.

CAPÍTULO I - OS JORNAIS *O ESTADO DE SÃO PAULO* (BRASIL) E *LA TRIBUNA* (PARAGUAI): TRAJETÓRIAS, PROJETOS POLÍTICOS

O objetivo deste capítulo é tratar da trajetória dos jornais *OESP* e *La Tribuna* ao mesmo tempo que sublinhamos os projetos políticos dos periódicos. Para a boa compreensão da posição dos órgãos de imprensa sobre a polêmica em torno da questão de Saltos de Guairá/Sete Quedas, é urgente delinear os projetos políticos de ambos os jornais. Retomando o que indicamos na introdução, ainda que se coloquem como neutros, os organismos da imprensa são capitaneados por homens de negócios que ambicionam lucros, além de possuírem projetos e alianças políticas com diferentes setores da sociedade. Por isso, podemos afirmar que os princípios liberais pelos quais os jornais lutavam em suas páginas se relacionavam com as realidades dos países nos quais estavam inseridos. Assim, em linhas gerais, enquanto o Paraguai era praticamente dominado pelo universo rural, o Brasil apostava na industrialização, ainda que os proprietários de terras, permanecessem como setor importante da sociedade. Além disso, é fundamental perceber que a relação entre os dois países era assimétrica em razão do poder econômico do Brasil, muito superior ao do Paraguai.

1.1. *La Tribuna*: trajetória e projeto político

1.1.1. Eduardo Schaerer e os primeiros anos do jornal *La Tribuna*

La Tribuna foi o periódico paraguaio de maior duração no século XX. Fundado em 31 de dezembro de 1925 por Eduardo Schaerer Vera y Aragón (1873-1941), presidente paraguaio entre 1912 e 1916, e seus aliados políticos em Assunção, o jornal passou por importantes transformações que acompanharam as mudanças sociais e políticas do Paraguai. Teve seu último exemplar impresso em

1983, contabilizando 57 anos de existência.¹⁹

Em seus primeiros anos, o periódico se posicionava como órgão representante de uma das facções do Partido Liberal Radical, os *radicais conservadores*, conhecidos como *saco mbyky*, que tinham Schaerer como importante liderança. Essa facção do Partido Liberal traduzia os interesses de grandes proprietários de terra e de comerciantes da capital. O próprio Eduardo Schaerer possuía terras ao redor de Assunção e foi responsável por vários projetos imobiliários na capital. O fundador do jornal era descrito por aliados e adversários políticos como um “homem prático”, avesso a teorias. Uma personalidade oposta à do antigo líder dos liberais radicais, o professor Cecílio Báez (1862-1941), um dos fundadores e principais intelectuais do partido e à de seu herdeiro político, o professor do Colégio Nacional da Capital Manuel Gondra (1871-1927).²⁰

O Partido Liberal foi fundado em 1887 e reuniu proprietários de terras, contrários aos governos anteriores à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), jovens intelectuais e trabalhadores rurais e urbanos; portanto, não era um grupo homogêneo. Os liberais tiveram participação ativa na construção da ideia de que o povo paraguaio havia sido vítima de seus tiranos e que, mesmo não sendo culpado pela Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), precisava ser regenerado por uma constituição de inspiração liberal. Em seu projeto, Cecílio Báez questionava a centralização do Estado, estimulava a imigração europeia e a pequena propriedade

¹⁹ Cf. CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción, 2010. p. 344-351.

²⁰ Cf. “No início da reorganização do Estado paraguaio, as disputas dentro do próprio setor dominante, organizado nos partidos Liberal e Colorado, chegaram a um ponto incontornável e explodiu em movimento armado no ano de 1904. Desse conflito, conhecido como ‘Revolução de 1904’ ou ‘Revolução Liberal’, saiu vencedor o Partido Liberal, graças ao apoio dos argentinos, dos camponeses, dos trabalhadores em geral e dos sindicatos da época”. MORAES, Ceres. *Paraguai: o processo da consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 24-25. Dessa forma “após 1904, a facção dos liberais radicais triunfou sobre a dos liberais cívicos. Os radicais se dividiam entre: “*Saco mbyky* (blusa curta) ou radicais conservadores, liderados por Eduardo Schaerer e os *Saco pukú* (blusa longa) ou radicais, liderados pelo Presidente eleito Manuel Gondra. A diferença na denominação relacionava-se com a moda trazida da Europa pelos jovens radicais que lá haviam estudado, onde a extensão da jaqueta era um símbolo enunciativo de uma postura ideológica”. DE BOSIO, Beatriz G. *Eligio Ayala: cultura política y democracia en América Latina, Humanismos, perspectivas y prácticas alternativas en la encrucijada*. In: ENCUESTO DEL CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONOSUR, 5,. Universidad Nacional de Río Cuarto, Córdoba, Argentina: Noviembre de 2002. Disponível em: <http://www.corredordelasideas.org/v2/v_corredor_ponencias.html> Acesso em: abr. 2015 (tradução nossa)

rural.²¹ Para Báez, “o liberalismo era uma força civilizatória, importada da Europa, cuja missão era tirar o Paraguai da barbárie”.²²

Schaerer começou a se envolver com o jornalismo ao financiar o periódico *El Diario*, ligado também aos liberais radicais, em 1904. O mesmo ano em que, após um longo conflito armado, o Partido Liberal, apoiado pelo Estado argentino, derrubou do poder a Associação Nacional Republicana (também conhecida como Partido Colorado) e iniciou sua hegemonia política que perdurou até 1936.²³ A hegemonia política dos Liberais, contudo, não eliminou as disputas pelo poder, já que diferentes facções do Partido se enfrentaram em duros conflitos (como os de 1911-12 e 1922-23) que agravaram a crise política e a crítica situação econômica.²⁴

Durante as primeiras décadas do século XX, os principais jornais paraguaios foram financiados por políticos interessados em fazer do jornalismo o seu instrumento de intervenção na vida pública ao abertamente expressarem a opinião dos políticos desta ou daquela facção. O *La Tribuna*, de Eduardo Schaerer, é um exemplo desse jornalismo partidário, que entendia o jornalismo como um “campo de luta” política. No primeiro número do jornal, Schaerer e seus aliados se apresentavam como representantes dos “interesses do povo”. Entendiam que com o novo jornal iniciavam as tarefas que dariam “força vivente a nossas ideias e palavras”, ou seja, um projeto no qual o periódico seria instrumento de mobilização com poder para intervir politicamente em nome dos interesses de seu proprietário

²¹ RIVAROLA, Milda. Pensadores y corrientes políticas en el Paraguay. In: DE BOSIO, Beatriz G; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Pensamiento paraguayo del siglo XX*. Asunción: Intercontinental; Corredor de las Ideas del Cono Sur. 2006. p.216.

²² LEWIS, Paul H. Paraguay, de la guerra de la Triple Alianza a la guerra del Chaco, 1870-1932. In: BETHEL, Leslie (org.) *Historia de América Latina: América del Sur c. 1870-1930 v.10*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. p. 143.

²³ A Associação Nacional Republicana – ANR ou Partido Colorado foi fundado em 11 de setembro de 1887, tendo entre seus fundadores Bernardino Caballero, o general dos exércitos de Solano López, outros grandes proprietários de terras e ex-funcionários daquele governo. A figura de Caballero se transformou em um símbolo nacional pela interpretação nacionalista colorada. Durante o século XX, seus membros se representavam como continuadores da obra de Francisco Solano López. Todos os presidentes paraguaios entre 1948 e 2008 pertenceram ao Partido Colorado. O atual presidente Horacio Cartes, eleito em 2013 após um golpe parlamentar contra o ex-presidente Fernando Lugo em 2012, também pertence à ANR. Cf. RODRÍGUEZ ALCALÁ, Guido. *Ideología Autoritaria*. Asunción: Servilibro, 2007.

²⁴ Cf. MONTE DE LÓPEZ MOREIRA, María G. La Primera Hegemonía de la ANR (1887-1904). In: CARRÓN, Juan M. (org.) *El Régimen Liberal 1870-1930*. Asunción: Arandurá, 2005, p. 45-66.

e de seus correligionários. Interesses que eram legitimados por representarem todo o “povo”²⁵. Segundo o próprio jornal, a sua fundação veio atender os anseios da facção de Schaerer por um órgão de imprensa que os representasse, pois “uma parte importante da opinião estava marginalizada, entre outras coisas, por falta de um meio de expressão próprio”.²⁶

Nos primeiros anos após a fundação do jornal, o principal debate no interior do Partido Liberal se dava em torno da expropriação de terras improdutivas, empreendida pelo Estado. Durante a presidência de Eligio Ayala (1924-28), os liberais reformadores apresentaram um projeto que defendia e estimulava a pequena propriedade rural, o que atingia a grande propriedade pecuarista dos partidários de Schaerer. A intervenção do Estado na reestruturação fundiária, apesar de defendida pelos radicais - a maioria no interior do partido -, não era patrocinada por todos os correligionários. O *La Tribuna* se posicionou contrariamente aos grupos que advogavam o projeto de modernização da estrutura agrária conduzido pelo Estado.²⁷ Ainda assim, os radicais conservadores de Schaerer, apesar de representarem os interesses dos latifundiários através do periódico, não conseguiram evitar a aprovação, por parte do Estado, da “Lei de criação, fomento e conservação da pequena propriedade agropecuária” em 1926.²⁸

Na década de 1930, o regime liberal enfrentou uma crise econômica e política que culminou na Guerra do Chaco contra a Bolívia (1932-1935). Durante a guerra, o *La Tribuna* buscou atrair leitores colocando seus editoriais e notícias a serviço da mobilização nacional. Os militares paraguaios saíram fortalecidos após a vitória no conflito e assumiram o governo, depondo os liberais do poder e iniciando um processo de centralização e maior intervenção estatal²⁹. A partir da década de 1940, cresceu a intervenção estatal na imprensa paraguaia, buscando controlá-la a partir de fechamentos e empastelamentos de jornais, além de

²⁵ Editorial: Y se hizo justicia. *La Tribuna*. 07 nov. 1965. p.3.

²⁶ La Tribuna: Cuarenta años de vida. *La Tribuna*. 31 dez. 1965. p. 19.

²⁷ Sobre os conflitos entre as diversas facções do Partido Liberal, ver também: LEWIS, Paul. *Partidos Políticos y generaciones en Paraguay 1869-1940*. Asunción: Tiempo de Historia, 2016.

²⁸ PASTORE, Carlos. *La Lucha por la tierra en Paraguay*. Montevideo: Antequera, 1972. p.300-301.

²⁹ La Tribuna: Cuarenta años de vida. *La Tribuna*. 31 dez. 1965. p. 20.

jornalistas ligados à oposição. O Partido Colorado, agora aliado aos militares no governo, colocou a milícia de uma de suas facções nacionalistas, o *Guión Rojo*, para assaltar oficinas e jornalistas liberais que resistiam a esse processo de intervenção, entre eles, o também liberal *El País* (1935-1968).³⁰

O *La Tribuna*, opositor das ditaduras e dos colorados, também sofreu com a intervenção estatal e com a censura. Em 1941, durante a ditadura do General Higinio Morínigo (1940-1948), Eduardo Schaerer morreu, exilado em Buenos Aires. Seu filho, Arturo Schaerer Heisecke (1903-1979), assumiu, alguns anos depois, a direção do jornal. Na época, o periódico se encontrava já sob intervenção estatal do *Departamento Nacional de Prensa y Propaganda* (DENAPRO), criado pela Lei de Imprensa de 1940 e inspirado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Segundo o próprio jornal, *La Tribuna* “foi alvo de medidas arbitrárias e injustas, intervenções e pressões que foram absorvidas com o evidente menosprezo da dignidade proverbial do nosso jornalismo”.³¹

Nas décadas seguintes o intervencionismo estatal na imprensa se consolidou. A ditadura militar do General Alfredo Stroessner (1954-1989) utilizou as estruturas do DENAPRO e a Subsecretaria de Informação e Cultura para manter o controle da mídia e investir na construção de discursos, visando à legitimação de seu regime. Esse controle era orientado por conceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), como o de “guerra total” contra o comunismo internacional. A repressão aos meios impressos e aos jornalistas opositores era justificada como parte do combate à “guerra psicológica”, o que garantiria a “segurança e os objetivos nacionais”.³²

O endurecimento da intervenção estatal na imprensa paraguaia, entre os anos

³⁰ LEWIS, Paul H. *Paraguay Bajo Stroessner*. México D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1986. p. 66-69.

³¹ Um exemplo desta intervenção estatal é a trajetória de Artemio Vera, que iniciou sua carreira no *La Tribuna* como censor do DENAPRO em 1944 e logo foi admitido como chefe de redação, sendo considerado pelo diretor do jornal como um “bom funcionário, correto e sincero”, ocupando o cargo até 1956. Cf. *La Tribuna*: Cuarenta años de vida. *La Tribuna*. 31 dez. 1965. p.20.

³² Cf. YORE, Fátima M. *La Dominacion Stronista: Orígenes y consolidacion – ‘seguridad nacional’ y represion*. Asunción: Base-IS, 1992.

1940 e 1950, marcou o início das transformações do *La Tribuna*. O jornal que, até então, representava uma facção do Partido Liberal e defendia os interesses dos grandes proprietários rurais e comerciantes de Assunção, passou por uma mudança em seu projeto político e editorial. Como veremos a seguir, o jornal construiu a ideia de “independência” — evitando tocar no histórico engajamento com o Partido Liberal — para legitimar a sua nova orientação editorial. Com essa mudança, o periódico abrandou sua oposição política às ditaduras e aos colorados e passou a dar maior espaço para as notícias internacionais, que não tocavam em questões “sensíveis” da política nacional. A adaptação do projeto editorial do *La Tribuna* garantiu a sua sobrevivência em meio a uma sucessão de governos autoritários.³³

Figura 1.1: Getúlio Vargas lendo *La Tribuna* em Coleção Embaixador Augusto Ocampos Caballero

Fonte: DORATIOTO, Francisco. *Una Relación Compleja: Paraguay y Brasil 1889-1954*. Asunción: Tiempo de Historia, 2011. p.471

³³ DE BOSIO, Beatriz G. Periodismo escrito paraguayo en el siglo XX. In: _____; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Pensamiento paraguayo del siglo XX*. Asunción: Intercontinental; Corredor de las Ideas del Cono Sur. 2006. p.216.

1.1.2. A “independência” do *La Tribuna* de Arturo Schaerer: do distanciamento do Partido Liberal à proximidade de Stroessner

O jornal *La Tribuna*, nas décadas de 1950 e 1960, se afastou do antigo modelo de jornalismo partidário, o que não significou neutralidade. Arturo Schaerer e seus redatores passaram a construir a imagem de um novo jornal. O então diretor, personificou o processo de mudança, passando a declarar que o órgão se tornara “independente, objetivo e livre de interesses”. Segundo o jornal, a nova orientação era a causa do sucesso do periódico. Nessa nova fase, o periódico, sob direção de Arturo, passara por uma “ação renovadora e progressista”, segunda a qual os “interesses nacionais” estariam acima dos partidários.

Portanto, a concepção de imprensa dominante no Paraguai até a década de 1950 era a do jornalismo artesanal e partidário, ligado às facções dos principais partidos do país. Os processos políticos, econômicos e sociais que se desenvolveram na sociedade paraguaia e no interior do jornalismo impulsionaram uma mudança nessa concepção. A imprensa-empresa passou a se assumir como “independente”, a adotar um texto “mais objetivo” voltado ao mercado editorial em expansão.³⁴ Para Aníbal Orué Pozzo, nas décadas de 1950 e 1960, os jornalistas do *La Tribuna* encarnavam esse processo de transformação da imprensa paraguaia em um momento em que o jornal já estava consolidado como o mais antigo e um dos mais importantes do país.³⁵

Para Arturo Schaerer e seus redatores, ser “independente”, além de significar não ser mais um órgão do Partido Liberal, significava defender toda a nação. Isso

³⁴ ORUE POZZO, Aníbal. Las Transformaciones en el Periodismo Paraguayo: 1950-1970. In: ORUE POZZO, Aníbal. *Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones*. Asunción: Arandurã, 2007. p. 183-264.

³⁵ Segundo o *Censo de Poblacion y Viviendas* de 1962, a população alfabetizada com 10 anos ou mais correspondia a 74% em um total de 1.819.103 habitantes. Já o censo de 1972, registrava uma taxa de analfabetismo de 19,9% em uma população com mais de 15 anos, em um total de 2.357.955 habitantes. Entre as décadas de 1950 e 1970, o acesso à educação primária da população paraguaia cresceu consideravelmente. Ao mesmo tempo, aumentava a concentração populacional na principal região urbana do país, a capital Assunção e as cidades próximas a ela. A população urbana passou de 459.729 em 1950 para 882.355 em 1972. Essas mudanças sociais e demográficas contribuíram para a formação de um público leitor próximo ao centro político do país e também para uma reorientação editorial que contemplasse um público cada vez mais diverso. Cf. PARAGUAY. Dirección General de Estadísticas y Censo. *Resultados Finales Censo Nacional de Población y Viviendas*, 2002. Disponível em: < www.dgeec.gov.py/publicaciones/biblioteca>. Acesso em: mai. 2014.

o legitimava como “independente” e era parte importante do projeto político conservador do jornal, “nem liberal, nem colorado e sim nacional”³⁶. A construção dessa ideia de “independência” foi sacramentada quando os redatores reproduziram um suposto diálogo entre Arturo Schaerer e um importante líder do Partido Liberal:

A respeito do que foi dito, vem ao caso recordar uma anedota. Já em exercício da Dirección, Don Arturo Schaerer encontrou-se uma vez em Buenos Aires com o Dr. José P. Guggiari. O velho caudillo liberal manifestou-se queixoso, naquela já distante oportunidade, de que “LA TRIBUNA” tivesse deixado de ser liberal para se tornar politicamente independente. A resposta de Don Arturo Schaerer foi clara e categórica: “Primeiro, que não sou afiliado a nenhum partido político, e por conseguinte não me encontro atado nem obrigado ao Partido Liberal nem a nenhum outro. E segundo, que creio realmente que o povo está necessitado de um órgão de imprensa independente, moderno e adequadamente informativo”. “O povo de nossa pátria-disse então-quer e necessita de um periódico livre de influências, objetivo, que lhe dê a conhecer a realidade nacional e o que ocorre no resto do mundo. É esse o meu propósito e entendo que essa é minha missão: dar ao povo paraguaio uma imprensa sã, livre de interferências, que o informe adequadamente, que não grite ódio nem rancores, que seja um veículo oportuno para o desenvolvimento da cultura e do comércio, que não caia na imprensa marrom nem na vermelha, que possa chegar a toda a família e que possa contribuir ao progresso de nosso país, em todos as suas ordens”.³⁷

³⁶ Durante a ditadura de Stroessner (1954-1989) o Partido Liberal, até mesmo seus ex-membros, foram reprimidos e vigiados pela repressão policial. Em 1963, o regime permitiu a formação de uma oposição oficial a partir de um setor liberal que ficou estigmatizado como “colaboracionista”. É provável que o jornal *La Tribuna* também tenha sido caracterizado como “colaboracionista” pelos seus antigos correligionários. Segundo Paul H. Lewis, “em troca de uma atitude moderada e ‘responsável’, os partidos de oposição podiam retornar para participar no processo político, expondo seus pontos de vista ao público através de seus periódicos, campanhas políticas e da minoria de cadeiras acordadas no Congresso. [...] Ao invés de tachar a legitimidade do regime, ofereciam uma crítica ‘construtiva’. Em troca, seriam tolerados.” LEWIS, Paul H. *Paraguay Bajo Stroessner*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.341.

³⁷ “Al respecto de lo que queda expresado, viene al caso recordar una anécdota. Ya en ejercicio de la Dirección, don Arturo Schaerer encontré una vez en Buenos Aires con el Dr. José P. Guggiari. El viejo caudillo liberal manifestóse quejoso, en aquella ya lejana oportunidad, de que La Tribuna hubiera dejado de ser liberal para resultar politicamente independiente. La respuesta de don Arturo Schaerer fue clara y categórica: “Primero que no soy afiliado a ningún partido político, y por consiguiente no me encuentro atado ni obligado al Partido Liberal ni a ningún otro. Y segundo, que creo realmente que el pueblo está necesitado de un órgano de prensa independiente, moderno y adecuadamente informativo”. “El pueblo de nuestra patria – agregó entonces- quiere y necesita un periódico libre de influencias, objetivo, que le dé a conocer la realidad nacional y cuanto ocurre en el resto del mundo. Y ese es mi propósito y esa entiendo que es mi misión: darle al pueblo paraguayo una prensa sana, libre de interferencias, que le informe adecuadamente, que no grite odio ni rancores, que sea un vehículo oportuno para el desarrollo de la cultura y del comercio, que no caiga en la prensa amarilla ni en la roja, que pueda llegar a toda la familia y que pueda contribuir al progreso de nuestro país, en

A apresentação do *La Tribuna* como representante de um jornalismo “independente”, acima dos “ódios e rancores” partidários, estava bastante afinada com o discurso oficial do regime de Stroessner. Em 13 de agosto de 1964, a *Asociación de la Prensa del Paraguay* promoveu um jantar em homenagem ao presidente, em virtude do 427º aniversário da cidade de Assunção e do 10º aniversário do mandato de Stroessner. Em seu discurso, Stroessner discorreu sobre a “boa imprensa” e a “má imprensa”. O *La Tribuna*, que fazia parte da Associação, publicou o discurso na íntegra:

A imprensa é a voz que deve se alçar por cima dos interesses pessoais ou de grupos, para defender os supremos interesses da Pátria. Não deve se empenhar em buscar o afeto das massas incitando-as à ação desordenada baseada em mentiras, enganos e falsidades³⁸.

Para o presidente, apenas a imprensa nacionalista era a “legítima aliada do princípio da soberania do povo”. Em seu discurso, aqueles que não eram “nacionais” estavam “fomentando a divisão entre as classes”, e se orientavam para a “destruição da liberdade humana”, logo, eram “traidores” da nação. Recorrentemente utilizada por Stroessner, a imagem do comunista representava o inimigo interno e externo. Também fazia parte da sua estratégia sobre a imprensa a ideia de que a liberdade de imprensa não poderia “cair na mão” do comunista “inimigo da liberdade”. Dessa forma, quem determinava quando um jornal veiculava “mentiras, enganos e falsidades”, eram os próprios agentes da repressão. Por isso, no discurso de Stroessner, a “liberdade de imprensa” existia em seu governo apenas para a imprensa patriótica, ou seja, aquela controlada pela ditadura:

A imprensa tem uma função de alta hierarquia moral. É o fiel reflexo do espírito dos povos. Não se concebe que seja de outro modo, desde que os que escrevem nos diários tenham sempre em mente que também são cidadãos, cujo pensamento está a serviço da Nação. Por isso a

todas sus órdenes”. *La Tribuna*: Cuarenta años de vida. *La Tribuna*. 31 dez. 1965. p.22. (tradução nossa)

³⁸ “La prensa es la voz que debe alzarse por encima de los intereses personales o de grupos, para defender los supremos intereses de la Patria. No debe empeñarse en buscar el halago de las masas, incitándolas a la acción descabellada, sobre la base de las mentiras, infundios y falsedades.” Rindió Homenaje el Periodismo al Presidente de la República. *La Tribuna*. 13 ago. 1964. p.3. (tradução nossa)

imprensa nacionalista é a legítima aliada do princípio da soberania do povo, de seus ideais, de suas lutas e de seus sacrifícios [...] A imprensa não deve fomentar a divisão entre as classes sociais nem incentivar o ódio entre os paraguaios [...] Insistimos que a liberdade de imprensa não deve cair nas mãos de quem a oriente para a destruição da liberdade humana. A liberdade de imprensa se identifica nos povos civilizados com a dignidade do povo. Por isso, meu Governo estima em seu real valor o patriótico trabalho dos autênticos trabalhadores da imprensa, desde os operários das máquinas tipográficas até o pessoal da redação, administração e direção.³⁹

Durante a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1967), o controle do *La Tribuna* se dava por meio da autocensura que limitava a sua crítica ao regime. O medo dos espiões colorados, conhecidos como *pyragues* (“pé de pena”, em guarani), reforçava o controle e a vigilância nas redações paraguaias.⁴⁰ A mudança editorial, que era legitimada pelo discurso de “independência” e “modernidade”, fazia parte da estratégia de Arturo Schaerer para sobreviver em meio à repressão policial liderada pelo ministro do Interior Edgar L. Ynsfrán (1956-1966).⁴¹ Por exemplo, um dos temas que o jornal não tratava em suas páginas era a Lei Nº 294, de 17 de outubro de 1955, usada pela ditadura para atacar a própria liberdade de imprensa. A “Lei de defesa da democracia”, em seu segundo artigo, punia todos os que difundissem a “doutrina comunista”.⁴² Utilizando-se de tal lei, a ditadura

³⁹ “La prensa tiene una función de alta jerarquía moral. Es el fiel reflejo del espíritu de los pueblos. No se concibe que sea de otro modo, desde que los que escriben en los diarios deben tener siempre presente que son también ciudadanos, cuyo pensamiento está al servicio de la Nación. Por eso la prensa nacionalista es la legítima aliada del principio de la soberanía del pueblo, de sus ideales, de sus luchas y de sus sacrificios. [...] No debe fomentarse desde la prensa la división entre las clases sociales, ni predicar el odio entre los paraguayos. [...] Insistimos en que la libertad de prensa no debe caer en manos de quienes la orienta hacia la destrucción de la libertad humana. La libertad de prensa se identifica en los pueblos civilizados con la dignidad del pueblo. Por eso, mi Gobierno estima en su valor real la patriótica labor de los auténticos trabajadores de la prensa, desde los obreros de las máquinas tipográficas hasta el personal de redacción, administración y dirección.” Rindió Homenaje el Periodismo al Presidente de la República. *La Tribuna*. 13 ago. 1964. p.4. (tradução nossa)

⁴⁰ GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibiades. *La prensa y la cultura bajo el régimen*. Asunción: El Lector, 2014.

⁴¹ O ministro Ynsfrán, líder do *Guión Rojo*, tinha muita influência política e claras ambições de chegar à presidência do Paraguai substituindo Stroessner. Ao ministro se atribuía a derrota dos grupos guerrilheiros do Partido Comunista Paraguaio (FULNA) e do Partido Liberal (Movimento 14 de maio). Foi afastado do poder em 1966 por Stroessner, consolidando o controle pessoal do ditador sobre o seu partido. Cf. COLMÁN GUTIERREZ, Andrés. *La oposición tolerada y la perseguida*. Asunción: El Lector, 2014. p.34

⁴² “Serão reprimidos com pena de seis meses a cinco anos de prisão: 1) Os que difundirem a doutrina comunista ou qualquer outra doutrina ou sistema que se proponha a destruir pela violência a organização democrática republicana da Nação. 2) Os que organizarem, constituírem ou dirigirem associações ou entidades que tenham por objetivo visível ou oculto cometer o delito previsto no inciso

de Stroessner fechou os semanários *El Orden* e *El Independiente*, que faziam oposição ao regime, em 1957 e 1959. Os semanários tiveram participação importante na mobilização de uma greve geral de trabalhadores, deflagrada e duramente reprimida em 1958.⁴³ Nas páginas do *La Tribuna*, porém, e a despeito da intervenção do DENAPRO que sofrera nas décadas anteriores, o regime de Stroessner não representava qualquer perigo à liberdade de imprensa.

Para uma melhor compreensão do lugar que o periódico de Arturo Schaerer ocupava na imprensa paraguaia da década de 1960, será esboçado um breve quadro de seus mais importantes jornais. Assim como o *La Tribuna*, outro importante órgão paraguaio que construiu a ideia de uma imprensa paraguaia “independente” foi o jornal *El País*.⁴⁴ Também de origem liberal, o periódico colocou sua linha editorial em franca oposição à ditadura de Morínigo e sofreu dura intervenção estatal em 1947 que levou ao exílio o seu diretor, Justo Prieto, e prestigiados jornalistas paraguaios como o escritor Augusto Roa Bastos. Nas décadas de 1950 e 1960, *El País* esteve sob a direção de homens próximos à ditadura de Stroessner como Angel Peralta, secretário geral da Presidência em 1955, e Emilio Saguier Aceval, que, em 1964, conseguiu junto ao regime a primeira concessão de um canal de televisão no país, o *Canal 9 TV Cerro Corá*.⁴⁵

Apesar do *El País* se constituir em um órgão oficial da ditadura e do Partido Colorado, como o jornal *Patria*, foi um importante auxiliar do regime e porta-voz dos interesses colorados na grande imprensa.⁴⁶ Nesse sentido, podemos dizer que tanto *La Tribuna* como *El País* foram jornais que fizeram concessões e se

precedente” NICKSON, Andrew. *La Guerra Fría y el Paraguay*. Asunción: El Lector, 2014. p.28. (tradução nossa)

⁴³ ORUE POZZO, Anibal. Las Transformaciones en el Periodismo Paraguayo: 1950-1970. In: ORUE POZZO, Anibal. *Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones*. Asunción: Arandurã, 2007. p.232. Ver também: LEWIS, Paul H. *Paraguay Bajo Stroessner*. México D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1986. p.169.

⁴⁴ ORUE POZZO. Op. Cit. p.236-238.

⁴⁵ Televisión en el mes de abril. *El País*. 05 jan.1964. p.1.

⁴⁶ No Paraguai, o programa de rádio oficial do regime “La voz del Coloradismo” teve um importante papel na mobilização da identidade nacional. O programa, transmitido pela *Radio Nacional del Paraguay*, associava o Partido Colorado e o regime como os únicos defensores da soberania nacional. GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibíades. *La prensa y la cultura bajo el régimen*. Asunción: El Lector, 2014. p. 57-81. Ver também: CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción, 2010. p. 318-326.

adequaram ao regime de Stroessner.

Durante a década de 1960, pequenos semanários de oposição à ditadura foram produzidos e publicados no país. Entre eles, *El Enano*, ligado aos liberais radicais, *El Pueblo*, do Partido Febrerista e *Comunidad*, vinculado à Igreja Católica.⁴⁷ Com baixa tiragem, estes órgãos tinham uma circulação restrita, se comparados ao *La Tribuna* ou ao *El País*, no entanto, cumpriram importante papel em mobilizações políticas. O traço político-partidário desses semanários indica a continuidade do antigo modelo da imprensa paraguaia, diferente daquele que o periódico de Arturo Schaerer buscava consolidar.

Ao construir a sua “independência”, o *La Tribuna* se sujeitava às determinações do governo. Havia se transformado em uma empresa, e foi o primeiro jornal paraguaio a passar por essa transformação. Como era um negócio, Arturo Schaerer, tinha muito a perder caso a ditadura fechasse suas portas ou usasse a sua influência para que os empresários e comerciantes retirassem a sua publicidade. Por isso, o periódico dedicava pouco espaço ao noticiário político nacional e se concentrava cada vez mais nas notícias internacionais que provinham das agências de notícias.⁴⁸

Mesmo limitado em sua crítica à ditadura de Stroessner, pelo controle da imprensa que o regime impunha, o jornal *La Tribuna* não deixou de defender os interesses dos grandes proprietários de terras, dos comerciantes e dos empresários de Assunção, agora clientes das agências de publicidade financiadoras do periódico. O “desenvolvimento do comércio nacional” legitimava o amplo espaço dado aos anunciantes no novo modelo empresarial de jornalismo. De acordo com seu projeto político liberal, *La Tribuna* se posicionou em relação às políticas da ditadura a partir da defesa das liberdades individuais, valores constituintes do projeto defendido por Eduardo Schaerer. Como veremos, apesar da sua rearticulação ao lado do regime de Alfredo Stroessner, é possível identificar outros

⁴⁷ LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.187.

⁴⁸ DE BOSIO, Beatriz G. Periodismo escrito paraguay en el siglo XX. In: _____; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Pensamiento paraguay del siglo XX*. Asunción: Intercontinental; Corredor de las Ideas del Cono Sur. 2006. p.216.

traços do projeto liberal que orientou o jornal ao longo do século XX.

1.1.3. A defesa das liberdades individuais

A defesa da liberdade individual como um direito natural fazia parte do projeto liberal defendido por Eduardo Schaerer desde os tempos em que o jornal era porta-voz dos *saco mbyky* de Eduardo Schaerer. Assim como os liberais clássicos, o *La Tribuna* acreditava ser o papel do Estado promover a liberdade, “o fundamento da plenitude pessoal do homem”, logo associada ao direito à propriedade, já que a liberdade é “a possibilidade primária, originária e primitiva de todos os demais bens”⁴⁹. Assim, o jornal que continuava defendendo os interesses dos grandes proprietários de terras, empresários e comerciantes de Assunção, mantinha-se coerente com o seu passado liberal ao não abrir mão do “sagrado” direito à propriedade privada.

Na década de 1960, o jornal de Arturo Schaerer continuava a identificar no comunismo o principal ataque aos princípios liberais defendidos em seu projeto⁵⁰. O jornal interpretava o crescimento da “subversão comunista” como nocivos aos direitos à liberdade e à propriedade, por isso, recusavam o marxismo e se colocavam à disposição para o enfrentamento do “adversário eterno”: “na luta da liberdade contra a opressão estamos todos em posição de combate”.⁵¹

Em um editorial de abril de 1964, intitulado “o problema da liberdade no marxismo”, fica clara a matriz liberal do anticomunismo do jornal, segundo a qual “o marxismo ao destruir a pessoa humana, tem necessariamente que atacar a liberdade”. A defesa dos direitos individuais está no centro da crítica do jornal ao comunismo: “a sociedade marxista revolucionária não conhece limites nos abusos

⁴⁹ Editorial: El Problema de la libertad en el marxismo. *La Tribuna*. 22 abr. 1964. p.3

⁵⁰ Segundo Rodrigo Patto Sá Mota, “os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava”. MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 38.

⁵¹ Editorial: Subversión comunista. *La Tribuna*. 22 jan.1966. p.3.

e negações que pode cometer contra a pessoa individual”. O periódico também se empenhava na defesa das liberdades públicas, pois, para ele, o problema do comunismo resultava da “negação do indivíduo como unidade substancial”. Para o *La Tribuna*:

[...] toda autêntica defesa contra os mitos marxistas deve se centrar nesta grande verdade originária: o homem, como pessoa individual, é o centro da criação, e de Deus vem o título que lemos em nossa própria natureza. O homem é o centro da liberdade na história e não somente resina dela mesma, um fruto tardio de uma matéria dinâmica. O que em política, em religião, em arte, em filosofia, favoreça à liberdade humana dentro de uma ampla realista e generosa concepção do ser humano, originariamente livre, fecha o caminho de qualquer marxismo, ortodoxo ou heterodoxo, europeu ou asiático.⁵²

Para o jornal, que representava os grandes proprietários rurais, a defesa da liberdade individual garantia a sua coerência na defesa do direito individual à propriedade. O *La Tribuna* da década de 1960 justificou a sua defesa das liberdades individuais por meio do combate ao comunismo, inimigo externo e interno de acordo com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Assim como a ditadura fazia, o jornal de Arturo Schaerer contribuiu para construir a imagem do comunista como inimigo nacional, o que legitimou todo o tipo de repressão política por parte do governo, inclusive contra os próprios liberais paraguaios.

1.1.4. Em defesa da imigração europeia e em detrimento do camponês paraguaio

Outro aspecto que ligava o *La Tribuna* de Arturo Schaerer ao projeto liberal do começo do século XX era o estímulo à imigração europeia. O Paraguai da década de 1960 era um país eminentemente rural, com grande concentração de

⁵² “[...] toda autêntica defensa contra los mitos marxistas debe centrarse en esta gran verdad originaria: el hombre, como persona individual, es el centro de la creación, y de Dios viene el título que leemos en nuestra misma naturaleza. El hombre es centro de libertad en la historia y no solamente resina de la misma, un fruto tardío de una materia dinámica. Lo que en política, en religión, en arte, en filosofía, favorezca a la libertad humana dentro de una amplia realista y generosa concepción del ser humano, originariamente libre, cierra el paso a todo marxismo, ortodoxo o heterodoxo, europeo o asiático.” Editorial: El Problema de la libertad en el marxismo. *La Tribuna*. 22 abr. 1964. p.3. (tradução nossa)

terras e pouca densidade populacional. Para sair dessa condição, Arturo Schaerer, assim como seu pai, defendia que o desenvolvimento econômico e social do Paraguai poderia ser “acelerado com o cumprimento de uma imigração em massa” advinda da Europa⁵³.

La Tribuna apresentava um diagnóstico sobre os camponeses paraguaios. Considerava ser natural que “as condições de vida tradicionais” dos trabalhadores rurais, mestiços, estivessem arraigadas a tal ponto que não pudessem ser “alteradas” nem “evoluir no ritmo que as necessidades exigem”. Segundo o jornal, “ainda que parecesse paradoxal”, era “lógico que os habitantes com mais necessidades são os que menos podem assimilar as complexas orientações sobre técnicas de produção”.⁵⁴ Essa concepção elitista, que opunha o europeu civilizado ao mestiço bárbaro e atrasado, era comum aos liberais paraguaios e do início do século, e, permaneceu orientando o projeto político e editorial de *La Tribuna*.

Apresentado o problema, Schaerer mostrava a sua solução: “é evidente que a América Latina conta com vastos recursos naturais e suficiente terra para abrigar milhões de imigrantes”. No projeto do jornal, o europeu era dotado do saber técnico que o Paraguai necessitava para o seu desenvolvimento, mas o país também precisava do “imigrante comum”, que possuía, “aspirações e energia suficiente para arar o futuro e abrir novas brechas ao progresso”.⁵⁵ Se no projeto do jornal, o país precisava do europeu comum, munido de um “espírito empreendedor”, logo, o jornal não enxergava as mesmas características no camponês nativo, o mestiço. Insistia, ainda, na fácil adaptação do europeu às Américas:

A Europa tem sido e é, pelos vínculos de sua cultura, religião, costumes e afinidades étnicas, a fonte de recurso humano migratório de maior volume para as Américas. As características comuns enunciadas tem sido propícias para conseguir uma rápida adaptação geral e uma gradual integração e, sobretudo, para exercer o grau de influência benéfica para a incorporação de novas técnicas, ideias, capital e trabalho que deseja

⁵³ Editorial: *Imigracion y desarrollo. La Tribuna*. 22 dez.1965. p.3.

⁵⁴ Editorial: *Imigracion y desarrollo. La Tribuna*. 22 dez.1965. p.3.

⁵⁵ *Ibidem*.

toda América.⁵⁶

As posições do jornal, então, jogavam luz sobre a Europa e sombras sobre o próprio Paraguai. O jornal deixou ainda mais evidente o seu elitismo ao se posicionar sobre a mobilidade social no campo. *La Tribuna*, que representava os interesses dos grandes proprietários rurais, entre eles os pecuaristas, enfatizou como o conflito entre a grande propriedade pecuarista e a pequena propriedade agrícola, no Paraguai, tinha raízes na dinâmica agrícola dos guaranis antes da conquista, e não na concentração de terras. O jornal apontava que o conflito pela terra no país tinha origem nas “tendências sociais” da ocupação da terra pelos guaranis, ou seja, na característica guerreira atribuída aos indígenas, e passada para os mestiços, que resistiam à implantação tardia da “civilizada” grande propriedade rural. No argumento do periódico, “os trabalhadores da terra, ou mestiços” tiveram participação decisiva no desenvolvimento e na crise do conflito pela terra no Paraguai⁵⁷. O jornal legitimou o seu argumento citando trabalhos acadêmicos da época:

[...] a investigação enfoca as projeções sociais da fusão hispano-guaraní, confrontando o antecedente das diversas migrações dos povos guaranis e dos povoadores dos vales *criollos* em todo o transcurso da colônia. Dentro deste marco ressalta o papel especial do mestiço neste como em tantos aspectos do processo histórico-social do Paraguai⁵⁸.

No jornal, a defesa dos proprietários rurais se limitava à interpretação de que o conflito entre o trabalhador rural e o latifúndio era de responsabilidade do trabalhador rural, mas também abrangia a crítica ao apoio estatal aos produtores.

⁵⁶ Europa ha sido y es por los vínculos de su cultura, religión, costumbres y afinidad étnica, la fuente de recurso humano migratório de mayor volumen para las Américas. Las características comunes enunciadas han sido propicias para lograr una rápida adaptación general y gradual integración y por sobre todo, para ejercer el grado de influencia beneficosa para la incorporación de nuevas técnicas, ideas, capital y trabajo, que eventualmente traen el bienestar colectivo que anhela toda América. Editorial: Imigración y desarrollo. *La Tribuna*. 22 dez.1965. p.3. (tradução nossa).

⁵⁷ Editorial: La Movilidad Social. *La Tribuna*. 27 out.1964. p.3

⁵⁸ “[...] la investigación enfoca las proyecciones sociales de la fusión hispano-guaraní, confrontando el antecedente de las diversas migraciones de los pueblos guaraníes y de los pobladores criollos de los valles en todo el transcurso de la colonia. Dentro de este marco resalta el papel especial del mestizo en este como en tantos aspectos del proceso histórico-social del Paraguay.” Editorial: La Movilidad Social. *La Tribuna*. 27 out.1964. p.3 (tradução nossa).

O aumento das exportações de carne em 1964 foi celebrado pelo *La Tribuna* como uma vitória dos pecuaristas paraguaios. O periódico aproveitou para questionar as “travas burocráticas” que o regime impunha aos latifundiários, apesar de se mostrar favorável à ajuda que o governo garantia aos proprietários⁵⁹. Portanto, se a intervenção estatal favorecesse os empresários e proprietários de terra, *La Tribuna* se mostrava simpático às medidas do regime:

O resultado positivo, que sem dúvida será obtido este ano, é um índice eloquente da capacidade existente em nossos círculos produtores. Cabe, portanto, prestar a devida atenção, para poder assim eliminar qualquer trava burocrática e administrativa que coloca obstáculos a essa comercialização, assim como contribuir a dar ainda maior impulso a qualquer forma de apoio estatal possível. Os resultados, que são muito benéficos para o país, justificam sem dúvida medidas desta natureza.⁶⁰

O projeto de imigração europeia e o seu decidido apoio aos latifundiários pecuaristas também representavam a continuidade do seu projeto liberal. A ruptura com a tradição do jornalismo partidário liberal é indicada pelo limite das críticas do jornal à ditadura de Stroessner. Ao cobrar, um maior apoio estatal e o fim das travas burocráticas e administrativas, o *La Tribuna*, exercia o seu negociado direito a uma crítica “construtiva” ao regime, já que a sua legitimidade não era colocada em questão.

Além da questão da terra, o jornal também se posicionava em relação à incipiente industrialização paraguaia. Como veremos, no periódico a energia elétrica, ponto central desta pesquisa, ocupou espaço destacado nessa discussão, especialmente no que diz respeito ao domínio do potencial energético dos Saltos

⁵⁹A crescente burocratização do Estado e a sua relação “simbiótica” com o Partido Colorado fizeram com que muitos empresários e grandes proprietários colorados se beneficiassem do regime. Segundo Andrew Nickson: “Stroessner teve cuidado de não afastar o pequeno setor privado, do qual muitos membros se beneficiaram de uma relação íntima com altos funcionários do governo, com a recompensa de ganhar licitações para prover bens ao setor público”. NICKSON, Andrew. *El Régimen de Stroessner (1954-1989)*. In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2011. p. 283. (tradução nossa)

⁶⁰ “El resultado positivo que sin duda será obtenido este año es un índice elocuente de la capacidad existente en nuestros círculos productores. Cabe, por tanto, prestarle la debida atención, para poder así eliminar cualquier trava burocrática o administrativa que pusiera obstáculos a esa comercialización, así como contribuir o darle todavía mayor impulso por cualquier forma de apoyo estatal que fuere posible encontrar. Los resultados que son harto beneficiosos para el país, justifican sin duda medidas de esta naturaleza.” Editorial: Nuestras Exportaciones. *La Tribuna*. 13 nov. 1965. p.3. (tradução nossa)

do Guairá. Os projetos estatais de infraestrutura e a possibilidade do aproveitamento hidrelétrico dos Saltos, em condomínio com o Brasil, fizeram com que os jornalistas imaginassem o desenvolvimento industrial paraguaio.

Figura 1.2: Sede do jornal. *La Tribuna* de 31 de dezembro de 1965

Fonte: Digitalização realizada pelo autor

1.1.5. Em defesa da energia elétrica e em nome da industrialização

Para o jornal, o progresso e o desenvolvimento do Paraguai estavam diretamente relacionados ao fortalecimento da incipiente industrialização paraguaia. Em seu projeto, o *La Tribuna* propugnava que a energia elétrica tinha uma importância “transcendental” para o desenvolvimento da indústria e do país.

Por isso, saudou os investimentos públicos, privados, de bancos nacionais e internacionais que estimulavam os projetos necessários para o desenvolvimento da indústria paraguaia. Entre eles, a usina hidrelétrica do rio Acaray no Alto Paraná. Para eles, o Paraguai, com o advento da energia elétrica necessária, se abriria às “imensas possibilidades de desenvolvimento”, muito embora o país não contasse com uma ampla rede de distribuição elétrica, àquela altura restrita apenas a capital e algumas cidades por meio de pequenas usinas hidrelétricas⁶¹.

Após um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a construção da usina de Acaray, em abril de 1964, o jornal explicitou que a “capacidade de produção de energia elétrica” estava vinculada à “moderna organização das atividades produtoras”. Diante da possibilidade de progresso paraguaio, o jornal festejava o desenvolvimento não apenas da indústria, mas, também, do bem-estar da população e da cultura nacional: “em essência, podemos admitir que a possibilidade do emprego sem limites da energia elétrica implica assegurar as possibilidades gerais de progresso, em todas as ordens, sem exceção, das atividades básicas de uma nação”⁶².

Nesse sentido, a usina de Acaray foi tratada como a solução dos problemas paraguaios. Entre 1963 e 1966, o projeto começava a ser concretizado, após longo planejamento, que incluiu um acordo de cooperação técnica com o Brasil na década de 1950. Em conjunto com a possibilidade de aproveitamento dos Saltos do Guairá, em condomínio com o Brasil como veremos adiante, a energia elétrica foi tratada como o remédio que livraria o Paraguai do “atraso”. Em outubro de 1965, os representantes do *La Tribuna* destacaram:

Atualmente, o Paraguai figura entre os países com um índice ínfimo de energia, o que segundo os informes técnicos dos organismos internacionais responsáveis pela assistência para o desenvolvimento, configura uma das travas incidentais de maior peso para determinar a sua retração econômica. Precisamente, tem ajudado nesta situação, que foi computada com realismo, a iniciativa do grande projeto do Acaray, uma obra de dimensão tecnológica singular que será, em seu gênero, uma das mais ambiciosas na América hispânica [...] Os benefícios alcançarão as regiões mais afastadas do país, os centros e comunidades onde apenas a energia elétrica faz falta para incentivar indústrias e

⁶¹ Editorial: La Electrificación. *La Tribuna*, 04. out.1965. p.3.

⁶² Editorial: Primer Factor de Progreso. *La Tribuna*, 04. abr.1964. p.3.

oficinas e, robustecer aqueles conglomerados humanos, especialmente os estrangeiros, que estão em melhores condições para um imediato crescimento material.⁶³

O periódico incorporou o crescimento industrial como uma consigna de seu projeto. Por isso, em sua postura editorial “independente” não criticava o planejamento do regime, que determinava quando os investimentos na indústria e em sua infraestrutura seriam públicos, privados ou de empréstimos juntos aos bancos internacionais. Além disso, o *La Tribuna* buscava representar e garantir as simpatias dos pequenos e médios empresários, voltados para o mercado interno, ao construir a ideia de que a industrialização representava uma “nova realidade” para um novo país, propício para o investimento. Nessa nova realidade, os imigrantes europeus também alcançariam o sucesso material no Paraguai:

O despertar e o avanço da indústria somente foi cristalizado sobre a base de uma política de ampla e compreensível relação entre o setor público e privado e, porque foi possível desenvolver as atividades em um clima de evidente equilíbrio econômico. [...] Assim serão vistas as fórmulas para assegurar um futuro certo de possibilidades para a pequena e média indústria, que serão beneficiadas em breve por um novo crédito dos organismos internacionais. Assim poderá ser dito que nosso país já não é uma realidade obliterada ou identificada com aquele princípio de que é somente uma força agrícola. Com a industrialização, hoje estamos vivendo as preliminares de outra realidade e está se fazendo sentir na nossa capacidade de exportação e no volume do mercado interno.⁶⁴

⁶³ “Actualmente el Paraguay figura entre los demás países con un índice ínfimo de energía, y que según los informes técnicos de los organismos internacionales que se ocupan en la asistencia para el desarrollo, configura una de las trabas incidentales de mayor bulto que determina su retracción económica. Precisamente esta situación que ha sido computada con realismo, ha alentado la iniciativa del gran proyecto del Acaray, una obra de dimensión tecnológica singular que será en su género una de las más ambiciosas en Hispanoamérica [...] Los beneficios alcanzarán a las regiones más apartadas del país, a los centros y comunidades donde sólo hace falta energía eléctrica para incentivar industrias y artesanías y robustecer aquellos conglomerados humanos extranjeros, especialmente, que están en mejores condiciones de crecimiento material inmediato.” Editorial: La Electrificación. *La Tribuna*. 04. out.1965. p.3. (tradução nossa)

⁶⁴ “El despertar y el avance industrial se ha podido cristalizar sobre la base de una política de relación amplia y comprensible de las esferas oficiales y privadas porque se ha podido desarrollar las actividades en un clima de evidente equilibrio económico. [...] Así se habrá de hallar las fórmulas para asegurar un porvenir cierto a las posibilidades de la pequeña y mediana industria, para cuyos renglones se concretará en breve un nuevo crédito de organismos internacionales. Así podrá decirse que nuestro país ya no es una realidad obliterada o identificada con aquel principio de que es solamente una fuerza agrícola. Hoy estamos viviendo los preliminares de otra realidad con la industrialización y que se está haciendo sentir en nuestra capacidad de exportación y en el volumen del mercado interno. Editorial: Aporte a las industrias. *La Tribuna*. 13 dez.1965. p.3. (tradução nossa)

Na década de 1960, os jornalistas paraguaios imaginaram um desenvolvimento que favoreceria a pequena indústria. Ainda que poucos empresários nacionais tenham prosperado durante esses anos, o projeto liberal do *La Tribuna* não deixou de atuar em nome da modernidade. Além de representar os interesses dos grandes proprietários rurais e dos comerciantes de Assunção, defendeu os incipientes industriais paraguaios como inovadores, pois se identificavam com a modernidade do novo Paraguai. Assim, um novo país, que com a industrialização e a abundante energia elétrica deixaria de ser “somente uma força agrícola”.

Por fim, é importante assinalar que, ao defender esse projeto de modernidade, o liberal *La Tribuna* assumia algumas facetas desenvolvimentistas em seu discurso. Seu liberalismo, então, foi adaptado à política econômica praticada pela ditadura de Strossner e a defesa de um grande projeto estatal, capaz de representar a modernidade, foi um importante ponto de convergência entre o regime autoritário de Strossner e a “nova postura” editorial de “independência” assumida pelo periódico.

1.1.6. O formato moderno do Jornal

O jornal *La Tribuna*, na década de 1960, tinha tiragem diária de aproximadamente 30 mil exemplares e seguia os padrões de jornais importantes de outros países⁶⁵. Saía, em média, com 12 páginas por edição, dividindo-se em dois cadernos. O primeiro deles era dedicado às notícias internacionais, sendo a maioria delas provenientes da agência de notícias norte-americana United Press International (UPI), e às notícias nacionais de responsabilidade da redação dirigida por Victor Carugatti, que já havia trabalhado para as mesmas agências. Também no primeiro caderno, Arturo Schaerer e sua equipe de redação publicavam os seus editoriais, que não eram diários, mas constituíam um importante espaço onde se

⁶⁵ BIEDERMANN, Enrique. *Mi Propia Historia. Memorias de un publicitario paraguayo*. Asunción: Biedermann Publicidad, 1999. p.57.

posicionavam explicitamente como empresa privada e expressavam o seu projeto liberal. A quarta página do jornal, desde fevereiro de 1965, publicava diariamente crônicas da Guerra da Tríplice Aliança, por ocasião do centenário da “Epopeia Nacional”, escritas pelo historiador liberal Efraim Cardozo e intituladas *Hace Cien Años*. Essas crônicas constituíram um importante espaço de recuperação de dispositivos antigos da memória nacional no periódico⁶⁶.

O segundo caderno, mais variado, reunia artigos, contos e ensaios de intelectuais paraguaios, além da seção esportiva. No domingo, o caderno era ampliado e se transformava no “suplemento dominical”, que continha seções de destaque como *Acuarelas de Nuestra Tierra*, dedicada a construir imagens do interior do país, a seção dedicada ao público feminino e o suplemento de história em quadrinhos.

Para os redatores do *La Tribuna*, a padronização do texto jornalístico, introduzido pela UPI, era o modelo que estava em seus horizontes. Representava a “imprensa independente, moderna e adequadamente informativa” que Arturo Schaerer defendia, oposta ao modelo da imprensa partidária. A adoção de um padrão internacional e a pretensa prevalência da informação sobre a opinião são fundamentais para a legitimação do jornal como um órgão a serviço do progresso e do interesse nacional paraguaio. Assim, ao se apresentar como um projeto apolítico, *La Tribuna* consegue construir legitimidade para o seu projeto político.⁶⁷

⁶⁶ Efraim Cardozo, foi um importante historiador paraguaio. Era membro do Partido Liberal Radical, ainda na ilegalidade durante a década de 1960. Publicou em 1964, no semanário Comunidad, ligado à Igreja Católica, uma série de artigos que reivindicavam o direito exclusivo do Paraguai sobre os Saltos do Guairá. Nesta série de artigos foram recuperados elementos da identidade nacional e imagens do Brasil, que foram mobilizados durante o conflito em torno aos Saltos. Em 1965, os artigos foram compilados em uma edição intitulada *Los Derechos Del Paraguay Sobre Los Saltos Del Guairá*, um sucesso editorial entre 1965 e 1966. Cf. CARDOZO, Efraim. *Los Derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá*. Asunción: Biblioteca Guaireña “Cirilo Caceres Zorilla, 1965.

⁶⁷ A partir de 1944, quando acabou a intervenção da ditadura de Morínigo no *La Tribuna*, o jornal passou a construir a ideia da “objetividade” e da “independência”. O acordo com a UPI permitiu ao jornal dar mais espaço às notícias internacionais que às notícias nacionais. Os “fatos” que o jornal publicava se tornaram, de acordo com o jornal, “livres de interferências” e estavam, portanto, “além das distorções e influencias de qualquer preferência pessoal e individual”. A “técnica jornalística” representava a crença na objetividade do texto jornalístico. A universidade de jornalismo, representando e formando a comunidade profissional, legitimava a “técnica jornalística”. O *La Tribuna* além de adotar o modelo de texto “objetivo” da imprensa norte-americana, também passou a defender e financiar a criação de um Instituto de Jornalismo no Paraguai, fundado em 1965 na Universidade Nacional de Assunção. Cf. SIMON, Victor. *La Enseñanza Universitaria de Periodismo en el Paraguay*. Asunción: Editorial La Voz, 1973. Ver também: SCHUDSON, Michael. *Discovering*

1.2. O Estado de São Paulo: trajetória e projeto político

1.2.1. Primeiros anos

Fundado em 1875, o jornal, então denominado *A Província de São Paulo*, se apresentava desde o início com um claro posicionamento liberal e republicano, porém, diferentemente do *La Tribuna*, não era um órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Ainda que vinculado ao estado de São Paulo, como dizia o próprio nome, O Estado de São Paulo (*OESP*) se caracterizou como defensor de um projeto nacional baseado em princípios liberais, através do qual procurava atrair um público identificado com as elites paulistas e de outros estados. Embora seja um jornal do Estado de São Paulo, foi e é ainda hoje um dos jornais mais influentes do país. Assim, *OESP* atravessou o século XX tendo participação ativa nas principais crises políticas do Brasil, sofrendo inclusive com intervenções estatais e censura⁶⁸.

No início do século XX, um de seus redatores se tornou o diretor e único proprietário do jornal, Júlio de Mesquita (1862-1927), político e bacharel em Direito. Ele transformou o jornal em um instrumento da oposição ao PRP, que ocupava os governos estadual e federal. O chamado “Grupo do Estadão” participou da fundação do Partido Democrático em 1926, militando contra o governo do mineiro Artur Bernardes (1922-1926), apoiado pelo PRP⁶⁹. Tal presidente era considerado pelo *OESP* como um “ditador de fato e de direito” após a ampliação dos poderes do governo central e da censura ao *OESP*⁷⁰. O jornal se caracterizou como instrumento de oposição liberal, de um setor das elites paulistas, às

the News: a social history of the American newspaper. New York: Basic Books, 1981. p.6-7.

⁶⁸ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. 19.

⁶⁹ Sobre o Partido Democrático: PRADO, Maria Lígia. *A democracia ilustrada. (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

⁷⁰ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. Op. cit. p. 33.

“oligarquias carunchadas”, cujos políticos eram considerados “falsos republicanos”⁷¹.

Segundo Capelato e Prado, foram os liberais clássicos e o Iluminismo francês que fundamentaram o projeto político do *OESP*. Assim como o *La Tribuna*, o princípio dos direitos naturais do homem orientou o seu projeto, que propugnava que o papel do Estado deveria se limitar a garantir os direitos à liberdade, à propriedade e aos objetivos individuais. A crítica do periódico paulista ao fortalecimento do poder Executivo se baseava na defesa da liberdade contra qualquer ameaça de autoritarismos⁷².

Foi nesse momento que o redator Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) assumiu a direção do periódico, após a morte de seu pai em 1927, e manteve *OESP* como um jornal de oposição às oligarquias. Por isso, atuou na campanha da Aliança Liberal de Getúlio Vargas entre 1929 e 1930, enxergando-a como uma oportunidade para costurar alianças com as elites de outros estados em favor da remodelação política do país. Empenhava-se, assim, em um programa que propunha, entre outras medidas, a criação de uma nova elite intelectual para superar os problemas nacionais.

Após a derrota nas urnas, o grupo do Estadão se articulou a setores oposicionistas de uma ampla gama do espectro político, por exemplo os tenentistas, que tinham um projeto de Estado centralizado muito diferente de sua perspectiva liberal. Essa articulação culminou na participação do grupo de jornalistas na Revolução de 1930, que instaurou um regime caracterizado pelo fortalecimento do poder central. As esperanças do *OESP*, e de parte da elite paulista que apoiou o movimento a partir de uma perspectiva liberal, foram frustradas, o que levou ao movimento constitucionalista de 1932. A direção do jornal esteve entre os articuladores de tal movimento, aliando-se, inclusive, a alguns de seus velhos adversários do PRP.⁷³

⁷¹ *O Estado de São Paulo*. 19.out.1927.

⁷² CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.92.

⁷³ *Ibidem*. p. 24-34.

Os programas, defendidos pelo jornal, nas campanhas para a Assembleia Constituinte de 1934 e para o cunhado de Mesquita Filho, Armando de Sales Oliveira (1887-1945), na frustrada corrida presidencial em 1937, sintetizavam o a perspectiva liberal. Durante as décadas de 1920 e 1930, os representantes do periódico já se apresentavam como intérpretes da opinião pública, o que legitimava o projeto defendido. *OESP* compreendia que a opinião pública era criada, manipulada e seduzida pela imprensa. Os jornalistas, então, se colocavam na posição de doutrinadores, formadores e modeladores da “opinião pública”:

Por não conceber a “opinião pública” brasileira como uma força política independente é que o jornal se comportava não como seu intérprete mas como seu manipulador. Na expectativa de que ela pudesse vir a se tornar o fundamento de um governo verdadeiramente democrático, “que só no futuro o Brasil alcançaria”, procurava formá-la e modelá-la conforme seus valores, que entendiam como válidos para todo o conjunto da sociedade⁷⁴.

No decorrer da agitada década de 1930, a crise econômica chegou ao Brasil e, após a derrota do movimento de 1932, o periódico paulista apoiou medidas intervencionistas na economia, como a ajuda aos industriais, que estavam avessos ao liberalismo econômico em um ambiente conturbado de crise. Segundo Capelato, a ortodoxia liberal da imprensa paulista foi colocada em xeque já no final da década de 1920: “os liberais paulistas resistiam a qualquer tipo de interferência estatal, mas no fim da década de 20 acabaram por admitir que ela era necessária à solução dos problemas sociais”⁷⁵.

Também considerou branda a Lei de Segurança Nacional (1935) por entender que as leis poderiam ser sacrificadas no combate ao comunismo, inimigo declarado do jornal assim como do *La Tribuna*. Defendeu que ao se tratar de “salvação pública” as “leis, princípios, doutrinas e sistemas”, poderiam desaparecer diante desta questão maior, já que o comunismo representava, para Júlio de Mesquita Filho, “desagregação territorial e a perda da independência”⁷⁶.

⁷⁴ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.95.

⁷⁵ CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 101.

⁷⁶ *Ibidem*. p.121.

Estas aparentes concessões a um projeto antagônico ao do *OESP* encontraram seu limite no Estado Novo (1937-1945) quando, em março de 1940, soldados do exército ocuparam a sede do jornal e prenderam Francisco de Mesquita. Assim como o *La Tribuna*, o jornal foi confiscado pelo Estado e seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, exilado. O Departamento de Imprensa e Propaganda enviou o interventor Abner Mourão, que assumiu a direção e transformou o periódico em um órgão vinculado à ditadura. Com o fim do Estado Novo, em 1945, a direção do jornal foi recuperada pela família Mesquita. Nas décadas seguintes, o jornal se aliou aos civis e militares que julgava mais próximos do seu projeto político liberal.

1.2.2. O papel da “elite esclarecida” brasileira

O elitismo do *OESP* foi um dos traços marcantes do seu projeto político. Os representantes do jornal reafirmaram a concepção de que o “caráter nacional” era determinado pela raça e pela mistura de sangue. Repercutindo as teorias raciais do século XIX, que alcançaram o século XX, Júlio de Mesquita Filho argumentou, em 1925, que a incorporação do negro na sociedade brasileira era responsável pelo “atraso” nacional e defendeu um projeto que se centrava na formação das “elites intelectuais”.⁷⁷ Na década de 1960, o jornal mantinha o elitismo como característica em seu projeto.

Para *OESP*, o principal “problema brasileiro” era a ausência de uma “elite intelectual” capaz de interpretar os problemas de sua época e dar a eles uma solução adequada. Em sua obra de 1925, *A Crise nacional*, Mesquita Filho já apontava para o lugar da educação no projeto liberal, em que “renovar o ensino significava renovar a sociedade dentro da ordem”. Segundo Capelato:

Referindo-se à “alarmante anarquia” da sociedade, definiu-a como decorrente da “falta de um sistema de ideias, princípios e ausência de um ideal”. Renovar a educação significava preencher essas lacunas e pôr termo ao espírito de rebeldia reinante no país. Delegou às “elites” a

⁷⁷ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.118.

missão de “refundar a cultura e restabelecer a disciplina na mentalidade do povo”. Desprovido das luzes, da ciência e do espírito metódico, esse povo seria conduzido por elas no caminho do progresso⁷⁸.

No projeto político do jornal paulista, a criação das universidades seria responsável pela formação dessa elite intelectual, necessária para o desenvolvimento da consciência nacional, o remédio do problema brasileiro. Entre os principais idealizadores da Universidade de São Paulo, estavam: o próprio Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, interventor do estado de São Paulo, e o educador e membro da redação do *OESP*, e Fernando de Azevedo (1894-1974). Fundada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) era parte central do projeto político liberal do jornal. Integrou diversas instituições de ensino superior já existentes no estado, como as faculdades de Direito (1827) e de Medicina (1913), já responsáveis pela formação da elite paulista⁷⁹.

No discurso lido por Júlio de Mesquita Filho como paraninfo da primeira turma da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP, em janeiro de 1937, o diagnóstico e o remédio foram dados aos formandos: “o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura”. Mesquita Filho sintetizou, de acordo com o projeto dos “fundadores” da universidade, o papel dos formandos, que teriam “por principal missão criar um ideal, uma consciência coletiva [...] criar no espírito da juventude e instilar na alma coletiva a mística nacional”⁸⁰.

No projeto político do jornal, o elitismo não passava apenas pela ambição de formar as elites intelectuais. Nesse sentido, a visão dicotômica e a leitura maniqueísta da sociedade representavam os interesses privados privilegiados de um setor dos industriais paulistas e os grandes proprietários de terra paulistas. Para defender seus interesses buscou a identificação com os políticos mais próximos para realizar o seu projeto liberal. Para o jornal, assim, as “classes produtoras” –

⁷⁸ CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.145.

⁷⁹ Cf. CALDEIRA, João Ricardo de Castro O sistema universitário paulista. In: _____; ODALIA, Nilo. (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial; Editora UNESP; Arquivo Público do Estado, 2010. v.2. p. 599-622.

⁸⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969. p.164.

empresários, os militares, os proprietários rurais e os trabalhadores submissos - representavam os setores progressistas da sociedade, defensores das liberdades individuais. O outro lado era representado pelos trabalhadores mobilizados, identificados pelo jornal com os projetos reformistas, que eram associados ao “getulismo”, ao comunismo e à tirania⁸¹.

Muitas vezes, a perda de privilégios que as elites possuíam transformava o elitismo do jornal em uma clara desqualificação dos desfavorecidos do país. *OESP*, por exemplo, se opôs ao direito de voto para os analfabetos, debatido em junho de 1964. Nessa oposição manifestou sua crença na inferioridade intelectual e cultural da maior parte da população brasileira. Para eles, o nordeste brasileiro representava o atraso, enquanto no sul, devido à pouca mestiçagem, repousava um “espírito de coletividade realmente evoluído”. Na década de 1960, o jornal paulista manifestava sua posição em favor das elites esclarecidas e a convicção de que a solução dos problemas sociais do Brasil residiam na pureza étnica. Sua postura, apesar de extrema em alguns momentos, era coerente com o diagnóstico de Mesquita Filho em décadas anteriores, um claro desprezo pelos pobres e mestiços:

[...] o Brasil não tardará a ser dominado pela massa amorfa e inconsciente das populações nordestinas, oriundas do choque de três mentalidades antagônicas e que por isso são hoje vítimas de um psiquismo mórbido, que as impede de se integrarem no espírito de uma coletividade realmente evoluída. [...] serão precisamente eles que pelo número anularão qualquer espécie de ação que pudessem vir a exercer nos destinos do País os habitantes do Estado da Guanabara, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul⁸².

O elitismo, presente em seu projeto, levou *OESP* a atuar contra a ampliação dos direitos civis e sociais. Ao considerarem os trabalhadores, principalmente os rurais e os nordestinos, como “massa de manobra” de interesses “subversivos”, o jornal reafirmava o seu elitismo. Apontava a ignorância da “massa amorfa e inconsciente” como responsável pela mobilização social contrária aos princípios

⁸¹ FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.68-73.

⁸² Notas e Informações: A UDN e a situação. *O Estado de São Paulo*. 18 jun.1964. p.3.

liberais. Daí a exaltada campanha contra os trabalhadores rurais, fundamentada na defesa do direito à propriedade privada, e contra os projetos que, na ótica do jornal, atacavam esse direito, como a reforma agrária.

o debate em torno às reformas de base, durante o governo João Goulart (1961-1964), o periódico paulista explicitou que caberia às elites nacionais escolher “a solução que melhor convinha aos interesses coletivos”, já que elas eram orientadas pelos preceitos da ciência e da técnica, o que no discurso do periódico significava neutralidade. Para o diário, o seu projeto de formação das elites intelectuais estaria se realizando caso essas elites assumissem o seu papel de “defesa do organismo social” contra “um governo inepto e protetor das forças empenhadas na destruição do regime”⁸³.

Na década de 1960, a imprensa brasileira ocupou o centro dos debates sobre a reorganização do regime político. O jornal paulista, que representava os interesses dos industriais e dos grandes proprietários rurais paulistas, seguiu embasado pelas concepções elitistas de seu projeto liberal dos anos de 1930. Nesse sentido, os liberais do *OESP* se posicionaram mais pela defesa das tradicionais liberdades individuais do que pela ampliação dos direitos sociais. Dependendo do momento e do governo, no entanto, as garantias dos direitos individuais justificaram a defesa um regime forte que corresponderia às exigências do desenvolvimento nacional.

1.2.3. Os partidos políticos.

Com a abertura democrática após o fim do Estado Novo, a grande imprensa passou a atuar com maior liberdade, o que contribuiu para que algumas oposições, antes reprimidas, se organizassem. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), entretanto, foi recolocado na ilegalidade já em 1947. Os Mesquita, após voltarem à direção do jornal, articularam a linha editorial em franca oposição aos projetos

⁸³ Notas e Informações: Os engenheiros e o momento nacional *O Estado de São Paulo*. 18 jan. 1963. p.3.

que identificavam com o “getulismo”. Essa oposição aproximou a linha editorial do *OESP* do recém-fundado *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda (1914-1977), amigo pessoal de Mesquita Filho, governador da Guanabara (1960-1965) e membro da União Democrática Nacional (UDN)⁸⁴. Tratava-se de um jornal com baixa circulação, restrita ao Rio de Janeiro, mas que encontrava ecos em órgãos da grande imprensa⁸⁵.

A proximidade entre os representantes do *OESP* e o governador da Guanabara não significava um apoio irrestrito à UDN. A perda da identidade ideológica dos partidos fazia com que muitas vezes o jornal criticasse os políticos liberais da UDN. Por exemplo, na tentativa de fortalecer a figura de Carlos Lacerda, como o grande líder do partido e candidato à presidência, o jornal criticava o grupo udenista da “bossa nova”⁸⁶. Esses políticos, segundo o periódico paulista, apesar de apresentarem o programa liberal do partido nas campanhas eleitorais, quando eleitos defendiam o projeto político identificado com as reformas de base, ou seja, o “getulismo” do presidente João Goulart. Em novembro de 1964, no início da convenção da UDN, o jornal publicou em editorial:

São Paulo recebe hoje, vibrante de fervor cívico e de fé democrática, um grande partido e um grande líder. Não um partido qualquer, como esses que a politicalha transformou em instrumentos de defesa de interesses pessoais, mesquinhos e até indecorosos; não um “líder” qualquer como esses artificialmente criados por situações efêmeras que a simples esperteza é capaz de aproveitar [...] A União Democrática Nacional é indiscutivelmente o único partido político brasileiro à altura dos grandes partidos do mundo democrático [...] A Revolução de Março é obra sua ou melhor dizendo, é a coroação da sua obra. [...] O Sr. Carlos Lacerda é indiscutivelmente, por sua vez, o único líder político

⁸⁴ “A União Democrática Nacional era antigetulista desde a sua origem, frequentemente apelando para intervenções militares e golpes políticos para inviabilizar os governos identificados com o getulismo. Agregava, sobretudo, o voto liberal-conservador das camadas médias urbanas” NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p.27.

⁸⁵ Cf. LAURENZA, Ana M. Batalhas em Letra de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 179-205.

⁸⁶ “O Senhor Seixas Dória, membro da UDN, não teria ascendido, certamente, à governança de Sergipe se, nos seus comícios, houvesse posto de parte as normas preconizadas e defendidas pelo seu partido [...] como o presidente da República e outras figuras da política brasileira, pertencem a uma fauna, hoje intitulada de ‘bossa nova’, que não sente a menor relutância em se apresentar ao eleitorado com os juramentos e as promessas mais concordes com a respectiva linha partidária, e trasmutarem-se depois de eleitos nos mais inconsequentes e irresponsáveis trânsfugas”. Notas e Informações: Ainda a reunião da Bahia. *O Estado de São Paulo*. 04 mar.1964

brasileiro à altura dos grandes líderes autênticos do mundo contemporâneo. Inteligente, culto, jovem e corajoso.⁸⁷

Segundo Figueiredo Filho, a relação entre o jornal e o partido era pragmática, “a UDN seria o meio pelo qual o jornal faria chegar a Brasília o seu projeto para o Brasil, na pessoa de Lacerda”. Tratava-se, então, mais de desqualificar os outros partidos e mesmo os outros políticos da UDN, afim de fortalecer a figura de Lacerda. Por isso os outros partidos, comprometidos com o projeto desenvolvimentista, eram automaticamente identificados com o “getulismo”, com a corrupção e com o comunismo, o grande inimigo das liberdades individuais para *OESP*.⁸⁸

O jornal se opôs aos governos do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre 1945 e 1964. Mas essa oposição se concentrava mais no desgaste político do que no debate entre os projetos liberal e desenvolvimentista, por isso as denúncias de corrupção nas empresas estatais eram destacadas pelo jornal. Para isso, o periódico generalizava os partidos e os confundia com a esquerda brasileira para associar todos com a corrupção “comuno-nacionalista”. A Petrobrás era na época foco do jornal em razão da corrupção:

Coube agora a vez à Petrobras. E os autores da bandalheira são a fina flor do comuno-nacionalismo. Pela atitude que em face de tal escândalo assumiu o presidente da República, a uma só conclusão a Nação pode chegar: a de que desta vez ninguém escapa – nem o presidente do grande polvo, nem a totalidade dos diretores que o cercavam.⁸⁹

No final de 1963 e no começo de 1964, a oposição se transformou em conspiração. O governo de João Goulart (1961-1964) era encarado como uma ameaça à propriedade privada e à economia de mercado. Assim sendo, junto com a imprensa carioca, *OESP* se uniu à chamada “Rede da Democracia”, a articulação

⁸⁷ Notas e Informações: Um grande partido, um grande líder. *O Estado de São Paulo*. 07 nov.1964. p.3.

⁸⁸ FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.77.

⁸⁹ Notas e Informações: O comuno-nacionalismo por dentro. *O Estado de São Paulo*. 29 jan.1964. p.3.

golpista da grande imprensa liberal-conservadora.⁹⁰ Segundo Marcos Napolitano, “a imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela ‘opinião publicada’”.⁹¹ Em 1962, Mesquita Filho foi convidado pelos militares a opinar sobre a conspiração e escreveu um roteiro a ser seguido após o golpe militar, que se efetivou em abril de 1964.⁹² Nesse plano, após o “desmonte das posições comunistas nos vários setores do Estado”, o poder seria devolvido aos civis, que conduziriam, “o grande líder”, Carlos Lacerda ao poder que, enfim, realizaria o projeto liberal do jornal.⁹³

O jornal era radicalmente contrário à legalização do PCB, identificando os comunistas como os inimigos dos direitos individuais defendidos pelo *OESP*. Assim como o paraguaio *La Tribuna*, os representantes do *OESP* eram anticomunistas declarados e, desde os anos trinta, se posicionavam pela “defesa da civilização ocidental contra a barbárie moscovita”.⁹⁴ Na década de sessenta, o jornal se esforçou por associar as esquerdas a João Goulart, já que não distinguia as nuances existentes entre a esquerda brasileira. O seu objetivo era, suscitar em seu leitor o medo de uma suposta revolução comunista em curso no Brasil e, assim, construir a tese do “golpe preventivo” que garantiria a “ordem”. Voltados para o desgaste do projeto reformista na campanha de desestabilização de Goulart, *OESP* acreditava que, ao enfraquecer a mobilização social – encarada como ameaçava à propriedade privada –, defendia os interesses dos industriais e latifundiários

⁹⁰ Júlio de Mesquita Filho na “Rede da Democracia”. *O Jornal*. 01 nov.1963. Ver também: CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e O Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF/NitPress, 2010. Ver também: CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁹¹ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p.46-47.

⁹² O “Roteiro da Revolução” circulou entre os civis e militares que participavam da conspiração desde 1962. Foi publicado pelo *OESP* dias após o golpe militar, em 12 de abril de 1964. Cinco anos mais tarde foi compilado no livro citado junto a outros artigos de autoria de Mesquita Filho. MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969. p.120-127.

⁹³ Notas e Informações: Os postulados da revolução. *O Estado de São Paulo*. 21 abr. 1964. p.3.

⁹⁴ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.106.

paulistas, além dos princípios liberais que o norteavam⁹⁵.

A proximidade entre *OESP* e UDN, o seu anticomunismo e o seu antirreformismo fizeram com que o jornal participasse ativamente da campanha de desestabilização e da conspiração que culminou com o golpe militar que derrubou João Goulart em abril de 1964. O empenho em identificar o seu projeto liberal com o governador da Guanabara tinha por fundamento a ideia de que, após as Forças Armadas garantirem a “ordem legal”, finalmente Lacerda levaria o projeto do *OESP* para todo o Brasil.

Figura 1.3: Sede do jornal *O Estado de São Paulo* entre 1951 e 1979

Fonte: Acervo Estadão⁹⁶

⁹⁵ “Nada disso, porém, ilude seja quem for, nem convencerá a opinião pública do País de que a concessão de direitos políticos aos bolcheviques será a melhor maneira de os conter em suas arremetidas contra o regime”. Cf. Notas e Informações: O comunismo e a constituição. *O Estado de São Paulo*. 14 fev. 1964. p.3.

⁹⁶ ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

1.2.4. Contra a intervenção do Estado na Economia.

O projeto econômico do jornal OESP estava fundamentado no princípio liberal de que o Estado deveria apenas garantir o estímulo à iniciativa privada e, assim o Brasil encontraria a solução para os seus problemas econômicos por meio do livre mercado. Defendendo os industriais e grandes proprietários de terra paulista, o jornal enxergava que os seus preceitos liberais deveriam orientar a economia nacional. Como demonstraram Capelato e Prado, já na década de 1930 o periódico se mostrava favorável à entrada de capitais estrangeiros no Brasil, além de defender o “caminho” da industrialização como a “marcha para a vida moderna” e a manutenção da grande propriedade rural⁹⁷.

Para o jornal, na década de 1960, a economia brasileira se encontrava em uma “situação de desespero”⁹⁸. Após uma fase de crescimento, no final dos anos 1950, a inflação, a corrupção e a dívida externa tomavam conta do debate político e econômico⁹⁹. O periódico paulista, enxergava três obstáculos como as causas da situação “desesperadora” em que o país se encontrava¹⁰⁰. Esses obstáculos, que estariam impedindo o desenvolvimento nacional, eram: o obstáculo moral, a corrupção; o social, a miscigenação e, por fim, o político-econômico, a intervenção estatal na economia¹⁰¹.

Para *OESP*, a corrupção estava presente desde o período Vargas, quando o “caudilho rio-grandense” criou a cultura do “favorecimento” político e da

⁹⁷ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lúcia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.67-90.

⁹⁸ Notas e Informações: A situação revolucionária. *O Estado de São Paulo*. 04 abr.1964. p.3.

⁹⁹ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p.31.

¹⁰⁰ Para *OESP*, o projeto de Juscelino Kubitschek (1955-1961) era responsável pela crise econômica e, pela ameaça à “ordem social”, ou seja, aos princípios liberais da propriedade e da liberdade: “A levandade com que se lançou no seu chamado programa desenvolvimentista, cujos resultados se traduzem numa inflação que ameaça seriamente a ordem social”. Cf. Notas e Informações: O governo brasileiro e as ditaduras. *O Estado de São Paulo*. 08 jan.1961. p.3.

¹⁰¹ FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.98.

“roubalheira”, construindo o que o jornal chamava de “velha politicagem”. A corrupção, era responsável por ameaçar a “ordem social” e a causa da “desagregação nacional”, além de ser associada às esquerdas que, na visão do jornal, dominavam o funcionalismo público¹⁰². Ao comentar os casos de corrupção na Petrobrás, *OESP* constrói essa relação:

Hoje aí temos os fatos falando abertamente, sem que a esquerda totalitária possa articular uma palavra em defesa da criminosa organização. O que se passa dentro dela e, o que tem sido desde a sua inauguração esse temível instrumento de desagregação nacional, não somos nós, democratas liberais que o trazemos a público, mas os que se apoderaram do Estado brasileiro¹⁰³.

A solução que o jornal propunha passava por uma reforma administrativa e pelo expurgo dos políticos corruptos do Estado. Como os corruptos eram identificados com o comunismo, a proposta da “revolução”, para *OESP*, era que os “democratas”, após conduzirem um “desmonte das posições comunistas nos vários setores do Estado” se livrariam do primeiro obstáculo que impedia o desenvolvimento econômico nacional¹⁰⁴.

O segundo obstáculo era social, a mestiçagem. Como já visto, *OESP* acreditava que a mistura étnica brasileira, entre o europeu, o indígena e o negro, diminuiu as capacidades mentais dos indivíduos. O desenvolvimento brasileiro, portanto, não seria alcançado pois a população brasileira ainda não possuía a cultura necessária para isso. Haja visto que a questão brasileira ainda era “um problema de cultura”¹⁰⁵, o jornal defendia a condução da política por uma “elite intelectual”, cuja neutralidade em relação às disputas partidárias era construída pelo próprio jornal.

Já no campo da economia, o jornal enxergava que a presença patente do Estado não beneficiava o país. Segundo Capelato e Prado, o jornal enxergava o Estado como “elemento coordenador das aspirações e interesses de toda a

¹⁰² Notas e Informações: A oficialização do peculato. *O Estado de São Paulo*. 07 fev.1964. p.3.

¹⁰³ Notas e Informações: O comuno-nacionalismo por dentro. *O Estado de São Paulo*. 29 jan.1964. p.3.

¹⁰⁴ Notas e Informações: A solução revolucionária. *O Estado de São Paulo*. 04 abr.1964. p.3.

¹⁰⁵ Notas e Informações: A UDN e a situação. *O Estado de São Paulo*. 18 jun.1964. p.3.

sociedade”. Como já enfatizado, os interesses que o jornal defendia eram os dos industriais e grandes proprietários rurais paulistas, portanto, em seu projeto, o Estado liberal serviria apenas para garantir as liberdades que interessassem essas elites. Para OESP, então, o Estado deveria se limitar à garantir as liberdades individuais, assim favorecendo a entrada do capital estrangeiro e estimulando o livre mercado. Porém, como já vimos, “as contingências históricas forçaram os representantes do periódico a assumir posições bastante divergentes desses compromissos teóricos”¹⁰⁶.

No projeto do jornal, removidos esses três obstáculos, o Brasil finalmente estaria pronto para o desenvolvimento capitalista. Segundo Maria de Aparecida de Aquino, *OESP* “entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos, portanto, como alvo de resistência da sociedade civil”¹⁰⁷. A intervenção estatal na economia justificava a conspiração com a qual o jornal estava comprometido. Na perspectiva do periódico paulista, a tarefa da “reconstrução nacional” seria justamente remover tais obstáculos que impediam o desenvolvimento brasileiro apoiado em um projeto liberal¹⁰⁸.

Ao defender o não intervencionismo estatal, o jornal, não fazia oposição apenas ao projeto nacional-desenvolvimentista¹⁰⁹. Diversos setores das Forças Armadas preconizavam que os setores estratégicos da economia deveriam estar sob a tutela do Estado¹¹⁰, o que divergia dos pressupostos do grupo do jornal

¹⁰⁶ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.98

¹⁰⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência em OESP e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. p.39.

¹⁰⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969. p.126.

¹⁰⁹ Muito contribuiu para o planejamento das políticas públicas na América Latina, às quais *OESP* se opunha, a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948. A Comissão formulava uma política coordenada em defesa do desenvolvimento da América Latina, que questionava as relações hierárquicas entre “centro” e “periferia”. Inspirada no pensamento do seu primeiro secretário executivo, o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), a CEPAL propunha, através de um amplo sistema analítico, a superação do subdesenvolvimento pelos países da “periferia”. Isso deveria ocorrer através de um acelerado processo de industrialização apoiado pelo Estado. A ideia do desenvolvimento autônomo passou a ser objetivo das políticas econômicas e uma bandeira defendida por tecnocratas, burguesias nacionais e massas urbanas. Cf. BIELCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

¹¹⁰ FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em

paulista, pois “sua proposta de desenvolvimento econômico não se apoiava em bases nacionalistas”¹¹¹. A linha político-editorial de Mesquita Filho considerava que o desenvolvimentismo era, a “mania comuno-nacionalista” de socializar as mais essenciais atividades econômicas da nação”¹¹². Defendendo o capital estrangeiro e o papel da iniciativa privada na economia, o jornal argumentou que o nacionalismo, levado ao extremo, poderia ser a causa da “esterilidade” nacional. Essa perspectiva levou o jornal, muitas vezes, a defender abertamente o papel das empresas estrangeiras no Brasil. Em 1961, o jornal atacou a criação da Eletrobrás, e defendeu a “iniciativa particular” no setor, imputando às empresas do grupo canadense *Light and Power Co. Ltd.* a responsabilidade pelo desenvolvimento industrial do sudeste:

À Light deve o Brasil o extraordinário desenvolvimento industrial que há vinte anos se registra no Estado da Guanabara e em São Paulo. Se a Nação conseguiu, até agora, vencer os tremendos problemas que a tem afligido, é porque os presidentes da República, deputados e senadores que se sucederam no Executivo e no Legislativo federal durante os quadriênios anteriores à revolução de 30, souberam convencer e inspirar confiança aos capitais estrangeiros para nos virem ajudar na mobilização das riquezas potenciais do País¹¹³.

Em 1963, o jornal mais uma vez defendeu a Light quando o governo federal apresentou um projeto de estatização da companhia elétrica¹¹⁴. Porém, assim como na década de 1930, a ortodoxia liberal do jornal também encontrava limites. O setor elétrico, que fornecia as condições para a descentralização da indústria nacional, constitui exemplo desse limite. Em 1955, a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso foi inaugurada pelo presidente Café Filho (1954-1955) que contava com as simpatias dos representantes do *OESP* por ter se cercado de ministros da UDN. O jornal saudou a inauguração como um “grande acontecimento econômico”. A usina, um investimento estatal, representava para *OESP*, “uma preferência

História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.101.

¹¹¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. Op. cit. p.123.

¹¹² Notas e Informações: As intenções do presidente. *O Estado de São Paulo*. 01 mai.1957. p.3.

¹¹³ Notas e Informações: A destruição da economia nacional. *O Estado de São Paulo*. 11 jun.1961. p.3.

¹¹⁴ Notas e Informações: Duas péssimas notícias. *O Estado de São Paulo*. 08 fev.1963. p.3.

fundamental pelo que se poderá chamar, abstraindo todo o sentido totalitário que a expressão possa ter, o dirigismo econômico”. Então, o jornal mostrava os seus limites:

Nunca nos mostramos muito indulgentes nestas colunas com a intervenção estatal no domínio econômico [...] A instalação da Usina de Paulo Afonso será seguida da criação de um novo centro industrial que absorva parte da população ativa daquelas regiões e eleve, assim, a renda nacional do conjunto do País. Deste modo, a intervenção estatal permanecerá dentro dos limites razoáveis e permitirá à iniciativa particular desenvolver-se para o bem da Nação [...]. O Brasil acertou com as instalações da Companhia do São Francisco; fazemos votos para que essa fé, no futuro econômico do País, se verifique muitas vezes e que a intervenção estatal se manifeste sempre com essa disposição¹¹⁵.

O jornal *OESP*, utilizou uma estratégia comum na imprensa conservadora brasileira: a politização das questões técnicas de políticas públicas. A inauguração de Paulo Afonso aconteceu durante a campanha presidencial. O jornal *OESP* estava empenhado na campanha contra o governador mineiro e candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek (1902-1976), que, segundo os jornalistas, representava “mais de perto o torvo passado” e atuaria contra o “saneamento moral do País”¹¹⁶.

Três dias depois, a hidrelétrica voltou a ocupar os editoriais do periódico, que desta vez destacou a “proibidade dos que executaram” a obra. Segundo os jornalistas, “a diretoria da empresa trabalhou como se não fosse o Estado o empregador e como se não estivesse rodeada de políticos ansiosos por fazer daquilo o que costumam fazer com todos os empreendimentos oficiais”. Argumentavam que além da “competência técnica dos nossos engenheiros, dão testemunho, por outro lado, da honestidade dos ilustres homens a quem o governo confiou a construção”¹¹⁷. Podemos perceber como o intervencionismo econômico, quando praticado por governos com quem o periódico paulista mantinha proximidade era analisado de maneira bastante distinta. O jornal paulista

¹¹⁵ Notas e Informações: O significado econômico de uma inauguração. *O Estado de São Paulo*. 15 jan.1955. p.3.

¹¹⁶ Notas e Informações: As características da nossa política. *O Estado de São Paulo*. 15 jan.1955. p.3.

¹¹⁷ Notas e Informações: Traços consoladores. *O Estado de São Paulo*. 18 jan.1955. p.3.

concordava que uma obra como a da Hidrelétrica de Paulo Afonso só poderia ser levada a cabo pelo Estado no Brasil, tendo como certo o fato de que ela desenvolveria a região nordeste.

Entre 1963 e 1966, outro projeto hidrelétrico, o de Sete Quedas, ocupou o lugar nas discussões sobre a industrialização no Brasil e no Paraguai. Como veremos, o projeto no rio Paraná também foi utilizado, durante a campanha de desestabilização de João Goulart (1963-1964), para denunciar o interesse dos engenheiros soviéticos na construção do grande projeto hidrelétrico. As discussões que envolviam o projeto passavam por questões diplomáticas com o Paraguai, questões econômicas, sobre a participação do capital estrangeiro e a industrialização dos países. *OESP*, ao defender os interesses dos industriais e grandes proprietários de terras paulistas, sob um projeto liberal, politizou cada aspecto do projeto hidrelétrico em contextos políticos e econômicos diferentes.

Figura 1.4: Júlio de Mesquita Filho lendo *OESP* em *O Estado de São Paulo* de 15 fev. 1992.

Fonte: Acervo Estadão¹¹⁸

¹¹⁸ ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>> Acesso em: fevereiro de 2016.

CAPÍTULO II - O ESTADO DE SÃO PAULO E O BRASIL POTÊNCIA: A DISPUTA PELO NACIONAL DURANTE O CASO SETE QUEDAS

Neste capítulo, analiso a cobertura do caso Sete Quedas feita pelo jornal *OESP* entre 1963 e 1966. A questão dos Saltos e o projeto da hidrelétrica foram tema do diário paulista durante o governo reformista de João Goulart e os primeiros anos da ditadura militar. Em diferentes governos, o projeto da usina de Sete Quedas se tornou um símbolo do desenvolvimento e da modernidade que projetava o Brasil como potência regional e internacional.

Nesses anos, o projeto de aproveitamento hidrelétrico dos Saltos elevou a tensão diplomática entre o Paraguai e o Brasil em conjunturas distintas. Enquanto no primeiro a ditadura do general Stroessner se consolidava, no segundo os militares, após o golpe de 1964, ainda conviviam com conflitos de interesses entre os próprios conspiradores, civis e militares, entre eles o jornal paulista *OESP*.

Na cobertura do conflito, imagens do Brasil e do Paraguai foram construídas pelo *OESP*. Se em alguns momentos o jornal pautava o discurso em nome das “nações amigas”, em outros foram frisados o distanciamento e as diferenças. As imagens negativas do Paraguai reforçavam uma imagem positiva do Brasil, por isso o caso dos Saltos também permitiu que o periódico delineasse os contornos da identidade nacional de acordo com seu projeto político.

2.1. Os antecedentes do projeto Sete Quedas (1938-1962)

2.1.1. Primeiros estudos para o aproveitamento hidrelétrico dos Saltos

As primeiras pesquisas do Estado brasileiro, visando ao aproveitamento hidrelétrico de Sete Quedas foram realizadas entre o final da década de 1930 e o início da década 1940, durante o Estado Novo (1937-1945). Em 1938, *OESP* publicou em sua capa trechos de um relatório do diretor do Serviço de Águas sobre os Saltos:

Guaíra e Sete Quedas não têm a importância de Paulo Afonso porque o desnível total é muito menor, e porque o rio Paraná se divide, nas quedas, em diversos braços [...]. Segundo informações colhidas, nas cheias esse desnível diminui muito, chegando quase a desaparecer [...] O salto de Santa Maria deve ser muito mais imponente que este de Guaíra.¹¹⁹

Nesse momento, os Saltos não foram vistos como um símbolo do futuro desenvolvimento nacional pelos representantes do *OESP*. Seu potencial hidráulico foi refutado pelos técnicos do Estado Novo, que o consideraram “do ponto de vista industrial, uma inutilidade”.¹²⁰ Ainda assim, nas décadas de 1930 e 1940, os Saltos aos poucos passavam a incorporar o debate nacional.¹²¹ Nesse sentido, a preocupação dos representantes do *OESP* em relação às cachoeiras era exclusivamente o “potencial hidráulico”, ou seja, a energia elétrica que o desenvolvimento capitalista demandava.

Importante observar que a questão da fronteira do Paraguai não apareceu no jornal nesse momento. Sabemos que regiões com potencial para a construção de usinas hidrelétricas são consideradas econômica, militar e politicamente estratégicas, no entanto, o Itamaraty ignorava a existência de um litígio fronteiriço. O Paraguai, por sua vez, reclamava que não estavam concluídos os trabalhos demarcatórios da fronteira na região onde se localizavam os Saltos de Sete Quedas. Assim, a interpretação que prevalecia era a de que aquele complexo pertencia ao Brasil.¹²²

O relatório veiculado pelo *OESP* fora apresentado pelo diretor do Departamento de Produção Mineral ao ministro da agricultura, o que demonstra a centralização do governo nas decisões referentes ao aproveitamento dos recursos

¹¹⁹ O Potencial Hidráulico dos saltos de Guaíra e Sete Quedas. *O Estado de São Paulo*. 02 ago.1938. p.1.

¹²⁰ Citação de Teóphilo de Andrade, jornalista do grupo *Diários Associados* que não recebeu com entusiasmo os estudos sobre o potencial hidrelétrico das Sete Quedas. Andrade se destacou como jornalista da revista *O Cruzeiro*, com grande circulação nacional. Assim como Mesquita Filho, foi um duro crítico aos projetos de Getúlio Vargas e aos governos identificados com o nacional-desenvolvimentismo. ANDRADE, Teophilo de. *O rio Paraná: no roteiro da Marcha para o Oeste*. apud LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon - Paraná: Editora Germânica, 2006. p. 121.

¹²¹ SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo de. *Do Guairá aos Saltos do Iguassú*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

¹²² LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. Op.cit. p.150-163.

hidráulicos, alcançada após a promulgação do Código das Águas, em 1934. O código explicitou que o aproveitamento da energia hidráulica e a produção de energia elétrica se davam em caráter de utilidade pública, tornando o Estado seu proprietário. Por isso, apenas o governo federal poderia outorgar concessões. Segundo Ivone de Lima, “esse processo pretendia frear o processo de concentração do setor elétrico, sob comando dos grupos Light e Amforp”.¹²³ *OESP*, que não enxergava com bons olhos a intervenção do Estado na economia, advogou pela presença do capital estrangeiro na indústria brasileira.¹²⁴ Por isso, já na década de 1930, publicou textos e editoriais contrários ao que chamava de “nacionalismo extremo”.¹²⁵ O jornal se opôs, dessa forma, ao processo de estatização do setor elétrico brasileiro durante os debates que envolveram a criação da Eletrobrás, entre o fim da década de 1950 e início de 1960.¹²⁶

¹²³ LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon - Paraná: Editora Germânica, 2006. p.74.

¹²⁴ No início da década de 1950, *OESP*, responsabilizou o Código de Águas pela crise energética pela qual passava o Estado de São Paulo. O jornal caracterizou o Código como um “maléfico resíduo do ‘estado novo’ ditatorial e centralizador”. Notas e Informações: Energia elétrica e o Código de Águas. *O Estado de São Paulo*. 11 ago.1951. p.3.

¹²⁵ CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.124.

¹²⁶ Referindo-se ao debate em torno à criação da Eletrobrás, o jornal destacou que, entre os deputados, “acentuou-se o nacionalismo exagerado da maioria, que não permitiu que a aprovação de emendas capazes de imprimir maior flexibilidade à proposição”. Eletrobrás *O Estado de São Paulo*. 17 out.1957. p.3. Também: Notas e Informações: As intenções do presidente. *O Estado de São Paulo*. 01 mai.1957. p.3.

Figura 2.1: *O Estado de São Paulo* de 02 de agosto de 1938

Fonte: Acervo Estadão¹²⁷

Os estudos realizados pelos técnicos do Estado Novo foram recuperados pelos representantes da Light em 1957. Na tentativa conseguir a autorização do governo federal para o estudo do potencial hidrelétrico dos Saltos, os engenheiros da companhia canadense questionaram os antigos relatórios, defendendo que a "tecnologia existente na época era incapaz de dar conta do potencial de Sete

¹²⁷ ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

Quedas”.¹²⁸ O governo de Juscelino Kubitschek, no entanto, autorizou apenas a CIBPU - Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí - que realizou os primeiros estudos detalhados do potencial hidrelétrico de Sete Quedas, apresentados entre 1956 e 1957.

Em seu primeiro relatório, a comissão previa a exploração progressiva do potencial de Sete Quedas a partir da regularização do curso do rio Paraná. Considerada como condição necessária para a realização do projeto, a regularização pressupunha a construção de usinas na bacia superior do rio. A participação paraguaia nos estudos chegou a ser cogitada pelo Itamaraty. O então embaixador brasileiro em Assunção, José Jobim, percebeu a contestação paraguaia do tratado de limites de 1872, que reivindicava a demarcação e a caracterização de uma faixa territorial onde se encontravam os Saltos. Jobim, então, considerou necessário um levantamento aerofotogramétrico da região em litígio antes de tocar em um ponto sensível das relações paraguaio-brasileiras.¹²⁹

O jornal *OESP* recuperou os relatórios da CIBPU e publicou, ainda em janeiro de 1961, uma grande matéria sobre o potencial hidrelétrico de Sete Quedas, “provavelmente, um dos maiores do continente, com 7 milhões de quilowatts”. O projeto parece ter sido reabilitado pelo jornal após o presidente eleito, Jânio Quadros (1961), demonstrar “particular interesse na construção de Sete Quedas”.¹³⁰

Quadros, que então contava com o apoio do jornal, pretendia marcar o seu governo com um projeto impactante. A possibilidade de construir a maior usina hidrelétrica do país o seduziu. Um projeto que superaria o potencial energético da usina de Furnas, associada à gestão de JK, politizaria a sua construção e não poderia ser superado por nenhum outro.¹³¹ As questões diplomáticas que

¹²⁸ LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon - Paraná: Editora Germânica, 2006. p.121.

¹²⁹ José Jobim a José Carlos de Macedo Soares, ofício, Assunção, 11.04.1958, AHIBR, caixa 3. apud CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2001. p.200.

¹³⁰ Sete Quedas poderá dar 7 milhões de kw. *O Estado de São Paulo*. 18 jan.1961. p.28.

¹³¹ LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon - Paraná: Editora Germânica, 2006. p.128.

envolviam o aproveitamento dos Saltos, como a utilização de águas comuns, foram consideradas pelo *OESP* como problemas que não deveriam “criar empecilhos ao prosseguimento dos estudos, uma vez que o Paraguai será diretamente beneficiado com Sete Quedas e verã completamente resolvidos seus problemas de energia elétrica”.¹³²

Jã no começo de 1961, os problemas de demarcação de fronteiras eram levados a público, junto com o projeto de Sete Quedas, indicando que o Itamaraty tinha plena ciência das reivindicações paraguaias para dirimir o problema fronteiro. Em setembro de 1961, o ministério mandou instruções à sua embaixada em Assunção a fim de pressionar a caracterização do trecho não-demarcado.¹³³

Agora no início da década de 1960, diferentemente da década de 1930, o aproveitamento energético dos Saltos não só foi considerado viável como também desejável pelo jornal, que defendia a industrialização como o caminho para a modernidade brasileira. O projeto de Sete Quedas estenderia essa modernidade também ao Paraguai. Em 1961, *OESP* considerava o Paraguai como parte interessada no projeto, ainda que não publicasse entrevistas ou artigos com representantes do país vizinho. Em nenhum momento, porém, o jornal assinalou que os Saltos e a energia produzida a partir deles pertenciam também ao país vizinho. Naquele momento, a imagem de Stroessner era usada pelo jornal para associar os governos nacional-desenvolvimentistas às ditaduras do continente americano. Por exemplo, a aproximação de JK com o ditador paraguaio foi explorada pelo periódico para criticar a política externa do presidente mineiro¹³⁴, já que o jornal se posicionava como “defensor da democracia”. Nesse mesmo sentido, acusava o Itamaraty de estar protegendo as ditaduras militares no continente, embora apoiasse os golpistas da UDN.¹³⁵ Dessa forma, o Paraguai foi

¹³² Sete Quedas poderá dar 7 milhões de kw. *O Estado de São Paulo*. 18 jan.1961. p.28.

¹³³ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2006. p.72.

¹³⁴ Notas e Informações: O tempo que perdemos. *O Estado de São Paulo*. 16 jul.1960. p.3.

¹³⁵ Pleno apoio do Brasil à política do governo paraguaio. *O Estado de São Paulo*. 08 mar.1960. p.56.

visto como um país governado por um “tiranete” que, no entanto se beneficiaria com o projeto hidrelétrico de Sete Quedas.¹³⁶ A imagem do Brasil como um benevolente vizinho do Paraguai passou a ser construída nas páginas do *OESP*.

2.1.2. A apresentação do projeto Marcondes Ferraz

Quadros não conseguiu superar a crise econômica. O seu programa de estabilização fracassou, assim como o de JK, o que prejudicou o apoio político ao seu governo. *OESP*, a UDN e outros passaram também a criticá-lo. Segundo o jornal, Jânio “desprezava o concurso das mais válidas correntes do pensamento nacional”. Alertava, já em maio de 1961, que “não há ascensão que não sub tenda a descida”.¹³⁷ A crise levou o presidente à renúncia em agosto daquele ano. Devido à ostensiva oposição civil e militar ao vice-presidente João Goulart, foi organizado o gabinete de “união nacional”, presidido pelo mineiro Tancredo Neves (PSD), que seria responsável pela política do novo regime parlamentarista, mantendo Goulart como presidente.¹³⁸

No setor elétrico, o ministro de Minas e Energia Gabriel Passos (PTB) contratou, em 1962, o Escritório Técnico do engenheiro Otávio Marcondes Ferraz (1896-1990) para realizar com maior “objetividade” os estudos visando ao aproveitamento hidrelétrico dos Saltos.¹³⁹ O jornal *OESP* nutria simpatias pelo engenheiro paulista. Durante a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, o jornal veiculou a imagem de um competente e honesto técnico.¹⁴⁰ Marcondes

¹³⁶ Notas e Informações: O governo brasileiro e as ditaduras. *O Estado de São Paulo*. 08 jan.1961. p.3.

¹³⁷ Notas e Informações: A conjuntura nacional e o sr. Jânio Quadros. *O Estado de São Paulo*. 14 mai.1961. p.3.

¹³⁸ “João Goulart foi empossado por um golpe de Estado civil para evitar outro, militar. Podem-se celebrar as virtudes conciliadoras do arranjo político que instituiu o parlamentarismo em setembro de 1961 [...]. O fato de não ter acontecido uma guerra civil de proporções consideráveis não deixa de ser um mérito da engenharia política brasileira”. NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p.35

¹³⁹ LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon - Paraná: Editora Germânica, 2006. p.129.

¹⁴⁰ Cf. GOMES, Angela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Angela de Castro (coord.); DIAS, José Luciano de Mattos; MOTTA, Marly da Silva. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-12.

Ferraz era um liberal próximo ao udenismo e possuía um firme posicionamento contrário à administração estatal do setor elétrico, o que o aproximava do projeto do periódico.¹⁴¹

Em dezembro de 1962, *OESP* cobriu a apresentação do projeto de Sete Quedas feita pelo engenheiro Marcondes Ferraz. Em destaque, o jornal publicou o primeiro desenho da usina no topo da página. Considerou o plano como “um dos mais audaciosos, interessantes e significativos estudos já realizados no mundo”. Projetando uma potência de 10 milhões de KW, o engenheiro concluiu que Sete Quedas seria a maior usina hidrelétrica do mundo.¹⁴² O jornal descreveu em detalhes o projeto que regularizava a vazão do rio com a construção de três barragens. O periódico saudou a sua preocupação com o financiamento privado no relatório que sugeriu “soluções financeiras suscetíveis de proporcionar garantias suficientes aos investidores estrangeiros”.¹⁴³ *OESP* seguiu acompanhando o posicionamento de Ferraz e, em janeiro de 1964, destacou suas firmes declarações, novamente, contrárias à participação estatal na construção do projeto hidrelétrico:

A construção da usina de Sete Quedas "exige a participação de 50% de uma moeda forte e a orientação da economia privada brasileira, pois nas mãos do Estado inevitavelmente fracassará". A afirmação foi feita pelo eminente engenheiro Otavio Marcondes Ferraz [...]. O ex-ministro da Viação afirmou: "As pessoas que me conhecem sabem da minha posição antiestatal, isto porque nada vi crescer e tornar-se forte nas mãos do Estado".¹⁴⁴

Em sua apresentação, Marcondes Ferraz se esforçou para construir o projeto

¹⁴¹ Forjando a imagem de um competente e corajoso administrador, o periódico narrou o sucesso do plano do engenheiro de fechamento do braço principal do Rio São Francisco, contra a desconfiança dos engenheiros norte-americanos, consultores dos bancos, que, segundo *OESP*, ameaçaram cancelar os empréstimos da obra. A inauguração da usina hidroelétrica do rio São Francisco. *O Estado de São Paulo*. 18 jan.1955. p.36.

¹⁴² Em comparação com a usina de Assuã no Egito, o jornal sublinhou a potência cinco vezes maior de Sete Quedas. A usina norte-africana, naquele momento em construção com a ajuda de engenheiros soviéticos, era, até então, um dos maiores projetos hidrelétricos do mundo, com potencial de 2.200 MW. A hidrelétrica de Assuã ficaria apenas atrás, no que diz respeito ao potencial energético, da usina de Grand Coulee nos Estados Unidos, com potencial de 6.480 MW. Cf. SÓRIA, Miguel Augusto Zydan. *Usina de Itaipu: integração econômica entre Brasil e Paraguai*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

¹⁴³ Atualidade econômica: Sete Quedas, a maior usina do mundo *O Estado de São Paulo*. 15 dez.1962. p.16

¹⁴⁴ Sob a orientação do Estado é inevitável o malogro de Sete Quedas, diz Otávio Ferraz *O Estado de São Paulo* 18 jan.1964. p.14.

de Sete Quedas como símbolo nacional. Para o engenheiro, a hidrelétrica indicava o “progresso”, a modernidade em uma região que fora, até então, considerada primitiva:

Pelas suas características técnicas e pelo significado socioeconômico de que se reveste, o plano mereceu a mais acurada atenção por parte de todos quantos acompanharam a exposição do engenheiro Marcondes Ferraz. Inicialmente, o construtor da Usina de Paulo Afonso, chamado agora mais uma vez para levar avante um projeto de alto interesse nacional, traçou um ligeiro histórico dos reconhecimentos feitos naquele trecho do rio Paraná, salientando que no século XVI a região era palmilhada por caçadores de escravos, mas que agora o será pelos que desejam a liberdade econômica do homem brasileiro, pelos que se entregarão patrioticamente à “caça” de quilowatts nos desníveis promissores das Sete Quedas.¹⁴⁵

Em toda a apresentação do projeto, o Paraguai e o litígio fronteiriço não foram sequer citados. Aos olhos do jornal paulista, a usina seria construída em território brasileiro e o Brasil atuava ignorando a interpretação de limites paraguaia. O que não significou ausência de protestos.

Figura 2.2: *O Estado de São Paulo* de 15 de dezembro de 1962

Fonte: Acervo Estadão¹⁴⁶

Não apenas *OESP* divulgou Sete Quedas, em 13 de fevereiro de 1962, logo após a contratação do escritório de Marcondes Ferraz para realização do projeto, o periódico carioca *Jornal do Brasil* publicou uma nota sobre os estudos do potencial

¹⁴⁵ Sob a orientação do Estado é inevitável o malôgro de Sete Quedas, diz Otávio Ferraz *O Estado de São Paulo* 18 jan. 1964.

¹⁴⁶ ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

energético dos Saltos.¹⁴⁷ Através dela, a embaixada paraguaia no Brasil teve conhecimento do que se estava passando no Ministério brasileiro de Minas e Energia e enviou uma nota explicitando a sua interpretação sobre os limites entre os dois países.¹⁴⁸

Nos meses seguintes, telegramas foram trocados entre os dois ministérios. A chancelaria paraguaia procurou demonstrar que os 20 quilômetros de fronteiras onde se localizavam os Saltos ainda não estavam demarcados e, por consequência, o Brasil não tinha o direito de explorar o seu potencial hidrelétrico.¹⁴⁹ A interpretação do país vizinho levava em conta que a Comissão Mista Paraguaio-Brasileira de Demarcação e Caracterização da Fronteira ainda estava empenhada na demarcação da linha divisória, especialmente na região do cume da Serra do Maracaju, justamente o trecho fronteiro que determinaria se os Saltos pertenciam aos dois países ou exclusivamente ao Brasil.¹⁵⁰ Apesar dos protestos, o Brasil não modificou a sua interpretação e afirmou categoricamente que a região já havia sido definitivamente demarcada no Tratado de Limites de 1872 e que os Saltos estavam caracterizados como posse brasileira. Em um arriscado lance, o Brasil disse estar disposto a um arbitramento internacional sobre a questão.¹⁵¹

Em 1962, os protestos paraguaios não ocuparam as páginas do jornal *OESP*. O projeto da usina hidrelétrica voltou a ser pautado pelo periódico apenas em 1963, quando o presidente João Goulart tentou transformá-lo na grande obra para o setor

¹⁴⁷ Ministro das Minas nomeia Ferraz para saber como vai aproveitar Sete Quedas *Jornal do Brasil* 13 fev.1962. p.4.

¹⁴⁸ Apesar do rápido telegrama enviado pelo embaixador Raul Peña ao Itamaraty em fevereiro, a interpretação paraguaia de limites foi melhor formulada na nota 94 de 12 de março de 1962, enviada pelo próprio ministro das Relações Exteriores Raul Sapena Pastor. AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p.72.

¹⁴⁹ Cf. MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papyrus, 1987. p.66-94.

¹⁵⁰ Respuesta del Ministerio de Relaciones al Pedido de Informe Sobre Salto del Guairá. *La Tribuna*. 25 jun.1963. p.4.

¹⁵¹ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2006. p.73.

elétrico do seu governo. Após Goulart anunciar a usina como um símbolo do sucesso de sua gestão, ao lado das reformas de base, o jornal passou a abordar o projeto de outra maneira. A usina de Sete Quedas fez parte da campanha de desgaste político do presidente, empreendida pela imprensa liberal entre 1963 e 1964. Nesse momento, o problema de fronteira com o Paraguai passou a ocupar as páginas do periódico paulista, muito mais pela via da conspiração golpista que pela da atenção aos protestos paraguaios.

2.2. OESP contra o presidente João Goulart (1963-1964)

2.2.1. Projeto Sete Quedas, o “maior orgulho do Brasil”

Em janeiro de 1963, o presidente João Goulart saiu vitorioso no plebiscito sobre a forma de governo. Após a breve experiência parlamentarista (1961-1963), o país voltava ao presidencialismo. Para as esquerdas, a realização das reformas de base ficava mais próxima; para o jornal *OESP*, o país voltava à ditadura. Em editorial, afirmou: “Estamos em pleno regime do ‘Estado Novo’. Voltamos a viver sob os processos de governo que acabaram por levar as Forças Armadas a derrubar o ditador em 29 de outubro de 1945”.¹⁵² Em nota, na mesma página, o periódico novamente defendeu a construção da usina de Sete Quedas. Destacou as qualidades técnicas do projeto de Marcondes Ferraz e, considerou que a construção da hidrelétrica, “não apresentará problemas difíceis a resolver”. Mais uma vez, o litígio fronteiriço com o Paraguai não apareceu nas páginas de *OESP*.¹⁵³

Fortalecido com a vitória no plebiscito, Goulart passou a acelerar o seu projeto reformista ao mesmo tempo em que tentava controlar a crise econômica.¹⁵⁴ Quando anunciadas, o jornal paulista apoiou as medidas do “Plano Trienal”,

¹⁵² Notas e Informações: As consequências de uma fraude. *O Estado de São Paulo*. 08 jan.1963. p.3.

¹⁵³ Notas e Informações: O significado da usina de Sete Quedas - II. *O Estado de São Paulo*. 08 jan.1963. p.3.

¹⁵⁴ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p.39.

elaboradas pelos ministros San Tiago Dantas e Celso Furtado.¹⁵⁵ Conforme os resultados do plano não mostravam a sua eficácia, *OESP* passou a acusar o “caudilho de São Borja”, como o jornal se referia a Goulart, de incitar as “massas operárias” à guerra. Construindo um estado de pânico em seus editoriais, o jornal moldava a imagem de um presidente nas mãos do “polvo comunista” que estendia os seus tentáculos sobre toda a sociedade:

O que se vem passando de Norte a Sul do território nacional não tem precedentes, ultrapassa tudo quanto a imaginação possa conceber. O País vai à guerra. Ninguém responde já pelo que venha a acontecer amanhã. O sentimento de indisciplina que o Sr. João Goulart instilou nas parcelas das massas operárias que obedecem às suas ordens passou a contaminar todas as demais frações da nacionalidade.¹⁵⁶

Com o fracasso do seu plano econômico, Goulart passou a defender decididamente as reformas de base como o seu projeto nacional. A conspiração civil-militar, da qual o jornal *OESP* fazia parte, passou também à ofensiva contra o presidente. Os liberais acusavam Goulart de fazer uso propagandístico das reformas para incitar os movimentos sociais, que o apoiavam, a instalarem uma “república sindicalista”.¹⁵⁷ Foi nessa conjuntura que Goulart apresentou o projeto da Hidrelétrica de Sete Quedas como um símbolo do sucesso de seu governo. Assim como JK fizera com Furnas, Jango pretendia marcar o seu governo com uma grande e impactante obra no setor elétrico, sob a batuta do Estado, estratégica para a industrialização. Em seu discurso no dia da independência do Brasil, Goulart mobilizou a identidade nacional para associar a usina hidrelétrica ao seu projeto:

Na data de nossa independência, quero dizer que entendo como presidente da República, que a independência econômica do País depende muito da produção de energia elétrica. [...] Daí constituir uma das preocupações maiores do atual governo, a grande usina de Sete Quedas [...] o maior orgulho do Brasil [...] Na Rússia, a usina de Bratsk terá 4 milhões e 500 mil kW. É atualmente a maior usina em funcionamento, no mundo. Mas será a maior até o momento em que não

¹⁵⁵ Notas e Informações: O plano financeiro e as indecisões do Sr. Jango Goulart. *O Estado de São Paulo*. 21 fev.1963. p.3

¹⁵⁶ Notas e Informações: Em plena ditadura. *O Estado de São Paulo*. 05 set.1963. p.3.

¹⁵⁷ FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.135.

estiver concluída Sete Quedas, pois então nós, brasileiros, vamo-nos orgulhar desta primazia, produzindo 10 milhões de kW, em Sete Quedas. Se Deus quiser, iniciaremos a construção ainda este ano.¹⁵⁸

Em seu discurso, o presidente João Goulart reforçou a grandiosidade da usina de Sete Quedas, um motivo de “orgulho” nacional. A comparação com a Rússia fortalecia ainda mais a imagem do projeto, pois a nação conquistaria um posto ocupado por uma grande potência industrial. A recuperação do projeto hidrelétrico pelo presidente o colocou, mais uma vez, no debate público.

Como vimos, o caso dos Saltos havia provocado fortes reações na imprensa paraguaia desde 1962, quando o litígio fronteiro foi recuperado. Elas se intensificaram após o discurso de Jango em setembro de 1963. A partir desse momento, a grande imprensa brasileira passou a cobrir com maior interesse o conflito fronteiro. No mesmo mês, *OESP* publicou um artigo sobre a viagem do Ministro de Minas e Energia na administração Goulart, Oliveira Brito, ao Paraguai. O jornal considerou os protestos paraguaios como “a primeira, para não dizer a maior e única, dificuldade a ser vencida” para que o projeto avançasse:

Avançar cautelosamente num terreno minado por desconfianças não foi fácil. O governo e o povo paraguaio estão sensibilizados pelo problema dos limites, recusam-se a admitir que o aproveitamento de Sete Quedas não implica necessariamente na (sic) abertura de um tema explosivo [...] o Paraguai, teimando na revisão de fronteira, sustenta que o domínio comum abrange todo o salto de Sete Quedas.¹⁵⁹

Em outubro de 1963, *OESP* publicou um pronunciamento de Oliveira Brito. O ministro reconheceu que faltou ao Brasil o “cuidado de uma palavra de esclarecimento ao governo paraguaio” e que “há soluções que dependem de acordo entre os dois países”. O ministro, apesar de considerar os protestos “naturais”, reiterava a posição do Estado brasileiro de não discutir a questão dos limites, que considerava “irretratável”.¹⁶⁰

Oliveira Brito exaltou a experiência brasileira na construção de usinas

¹⁵⁸ João Goulart fala à Nação no dia da Pátria. *O Estado de São Paulo*. 08 set. 1963. p.9.

¹⁵⁹ Boas perspectivas para o acordo em torno de Sete Quedas *O Estado de São Paulo*. 05 set. 1963. p.9.

¹⁶⁰ Sete Quedas: Surgem divergências entre Paraguai e Brasil. *O Estado de São Paulo*. 22 out. 1963. p. 8.

hidrelétricas, mas reconheceu a capacidade do país vizinho, “apesar” de os paraguaios estarem projetando “somente agora” suas primeiras obras hidrelétricas. Evitando aprofundar o conflito em torno do litígio fronteiro na região, o ministro afirmou que os paraguaios eram um “povo inteligente, patriota e muito consciente de seus deveres e responsabilidades”, valores que garantiriam para Brito seu lugar “ombro a ombro” com as equipes brasileiras, que possuíam “maior experiência”. Mesmo um ministro do governo reformista de João Goulart reforçava a imagem do Brasil como tecnologicamente superior ao Paraguai, que possuía “engenheiros formados em nossas universidades”.¹⁶¹ Em outras palavras, ainda que o Paraguai fosse incluído na perspectiva do ministro, a relação com o Brasil permanecia profundamente desigual.

A diplomacia brasileira já debatia, em novembro de 1963, os obstáculos que o governo paraguaio criaria caso o Brasil insistisse em um projeto unilateral. Em carta enviada pelo embaixador Mario Palmério ao chanceler Araújo Castro, a falta de afinidade ideológica entre a ditadura de Stroessner e o governo de João Goulart foi citada como um exemplo de entrave que o Paraguai estaria utilizando para adiar o projeto hidrelétrico.¹⁶²

Ainda em novembro, *OESP* anunciou a disposição de João Goulart em visitar o Paraguai para se encontrar com Stroessner e “acertar medidas para a construção da usina de Sete Quedas”.¹⁶³ Para o jornal, porém, o país vizinho ainda era governado por um “tiranete” e a interpretação de que os Saltos pertenciam exclusivamente ao Brasil continuava sendo vinculada pelo *OESP*. Como veremos, Marcondes Ferraz e *OESP* sustentaram essa posição como forma de se opor aos entendimentos alcançados entre Goulart e Stroessner no começo de 1964 para, assim, contribuir para a desestabilização política do “caudilho de São Borja”.

No segundo semestre de 1963, a campanha de desestabilização de João

¹⁶¹ Sete Quedas: Surgem divergências entre Paraguai e Brasil. *O Estado de São Paulo*. 22 out.1963. p. 8.

¹⁶² Mário de Ascensão Palmério a João Augusto de Araújo Castro, ofício, Assunção, 26.11.1963, AHIBR, caixa 6. apud CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2001. p.214.

¹⁶³ O presidente deverá ir ao Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 07 nov.1963. p. 64.

Goulart, empreendida também pelo *OESP*, concentrou-se em outros temas, como a política externa brasileira. No início da década de 1960, por meio da Política Externa Independente (PEI), o Itamaraty buscou maior autonomia em relação aos Estados Unidos e orientou a sua política visando à abertura do país como meio de se projetar internacionalmente.¹⁶⁴ *OESP*, representante dos interesses dos industriais e grandes proprietários de terras paulistas ligados ao capital internacional, defendia o alinhamento diplomático e geopolítico ao bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, que, como vimos, representava os princípios liberais defendidos pelo jornal. Nesse sentido, já em fevereiro de 1963, *OESP* sustentava que “só há um caminho para a nossa política externa e o mesmo o leva a Washington”.¹⁶⁵

Em setembro, o Marechal Tito, presidente da Iugoslávia, realizou uma visita oficial ao Brasil. Quando o Itamaraty confirmou a viagem, *OESP* publicou um editorial que começava em tom alarmista: “do plano de ação revolucionária [...] cujo objetivo é a implantação no País de um regime totalitário de esquerda, consta como uma de suas etapas principais, a recepção, que pretendem grandiosa, do ditador Tito da Iugoslávia”.¹⁶⁶ O jornal, que se posicionava contrariamente à Política Externa Independente, interpretou que a visita do “ditador balcânico” representava “o rompimento do nosso país com os Estados Unidos e, conseqüentemente, com todas as demais nações que participam da defesa do Mundo Ocidental contra uma eventual ofensiva dos países subjugados por Moscou”.¹⁶⁷ Como era de se esperar, o periódico, que construía a tese de que o “caudilho de São Borja” preparava um golpe, utilizou a política externa para associar Goulart ao “comunismo totalitário”, contribuindo para o desgaste político do presidente, a fim de defender a perspectiva de “absoluta adesão ao bloco ocidental”.¹⁶⁸

¹⁶⁴ PINHEIRO, Leticia. O Brasil no mundo. In: GOMES, Ângela C. (org.). *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

¹⁶⁵ Notas e Informações: Rumos novos?. *O Estado de São Paulo*. 05 fev.1963. p.3.

¹⁶⁶ Notas e Informações: Um acinte ao sentimento nacional. *O Estado de São Paulo*. 01 set.1963. p.3.

¹⁶⁷ Notas e Informações: Palavras de Jango Goulart a Tito. *O Estado de São Paulo*. 21 set.1963. p.3.

¹⁶⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969. p.125.

A questão de Sete Quedas também foi politizada pelo jornal que, imerso na ideologia da Guerra Fria, usou o interesse dos engenheiros soviéticos em participar da construção do projeto hidrelétrico para reforçar a sua tese de um “golpe da esquerda” e, assim, engrossar a campanha de desestabilização política do governo reformista brasileiro. Ainda assim, no início de 1964, João Goulart procurou o entendimento com Stroessner, visando a iniciar as obras ainda em seu mandato. No auge da campanha de desestabilização e da conspiração para derrubar Goulart, *OESP* não avaliou o diálogo entre os presidentes com bons olhos.

2.2.2. A ameaça dos interesses soviéticos ao projeto da hidrelétrica

Em janeiro de 1964, a cobertura do caso Sete Quedas no *OESP* passou pelo debate sobre o envolvimento da União Soviética no projeto hidrelétrico. O jornal julgava “improcedente” a alegação que os deputados da oposição fizeram sobre a participação de engenheiros soviéticos no empreendimento. Publicava, porém, os protestos da oposição, fomentando o debate sobre a ligação do governo de Jango com os soviéticos que, segundo tais afirmações, desejavam estabelecer “uma ponta de lança comunista no Brasil com o financiamento da usina de Sete Quedas”.¹⁶⁹ O governo, por sua vez, não eliminava a possibilidade de “colaboração supletiva de técnicos estrangeiros” para a construção de uma “obra de tão grande significado para o progresso pátrio”.¹⁷⁰ Para *OESP*, porém, o interesse da União Soviética na hidrelétrica poderia ser um golpe naquilo que considerava o projeto de grande envergadura nacional do período.

No dia 03 de janeiro, *OESP* publicou um telegrama do deputado udenista Hermes Macedo afirmando que “outro não é o designo comunista senão o de angariar simpatias para o regime vermelho, infiltrar no País seus agentes e literatura enganosa e subversiva, incitando o povo contra as instituições

¹⁶⁹ A tentativa comunista de financiamento de Sete Quedas. *O Estado de São Paulo*. 03 jan.1964. p. 21.

¹⁷⁰ A tentativa comunista de financiamento de Sete Quedas *O Estado de São Paulo*. 24 jan.1964. Resposta de Goulart sobre a construção de Sete Quedas. p. 7.

democráticas”.¹⁷¹ O tom alarmista envolvendo a questão foi crescendo na imprensa brasileira, o que levou o Itamaraty a declarar que não havia nenhum compromisso firmado com a URSS. O jornal comentou a declaração:

Há algumas semanas, conhecidos “inocentes úteis” asseguraram, com ênfase, a disposição do governo russo de financiar as obras de Sete Quedas no total aproximado de 1.200 milhões de dólares. Quando, nestas colunas, salientamos que os numerosos compromissos externos do governo de Moscou tornariam mais que improvável tal disposição, aqueles grupos insistiram na procedência de suas informações. [...] Por isso o Itamaraty, a bem da verdade, não teve outra alternativa senão anunciar que as autoridades de Moscou não haviam assumido nenhum compromisso no tocante a Sete Quedas, prometendo a entrega de um simples relatório a ser elaborado pelos técnicos que visitaram ligeiramente a região.¹⁷²

O jornal paulista amplificou os protestos de uma associação de engenheiros brasileiros, o Clube de Engenharia, que enviou um telegrama a Goulart, afirmando: “a engenharia brasileira se acha plenamente capacitada, prescindindo assim da colaboração de técnicos estrangeiros”.¹⁷³ *OESP* voltou a considerar o Paraguai como parte interessada no projeto ao noticiar a preocupação paraguaia com os “comunistas em Sete Quedas”. Se antes, em 1961, Stroessner era tido como tiranete, agora em 1964, passava a ser retratado como um presidente de “boa vontade para com o Brasil” que, por ser “reconhecidamente um anticomunista”, se opunha à participação soviética.¹⁷⁴ Dessa forma, o posicionamento paraguaio em relação aos engenheiros soviéticos contribuiu para reforçar o desgaste de Goulart empreendido pela imprensa brasileira.

2.2.3. A reunião entre João Goulart e Stroessner

Um encontro entre os dois presidentes vinha sendo planejado desde o final de 1963. Como já dito, o presidente Goulart pretendia anunciar a construção de

¹⁷¹ A tentativa comunista de financiamento de Sete Quedas. *O Estado de São Paulo*. 03 jan.1964. p. 21.

¹⁷² Contribuição russa para Sete Quedas: simples relatório. *O Estado de São Paulo*. 08 jan.1964 p.17.

¹⁷³ A engenharia brasileira quer construir Sete Quedas. *O Estado de São Paulo*. 10 jan.1964 p.7.

¹⁷⁴ Comunistas em Sete Quedas preocupam os paraguaios. *O Estado de São Paulo*. 09 jan.1964 p.20.

Sete Quedas ainda em seu mandato. Stroessner, por sua vez, queria assegurar a participação paraguaia no condomínio da eventual energia produzida a partir dos Saltos. No dia 19 de janeiro de 1964, o encontro ocorreu na Fazenda Três Marias no Mato Grosso, propriedade do presidente brasileiro. É importante salientar que o presidente João Goulart teve mais cuidado com o Paraguai na negociação da hidrelétrica do que os presidentes da ditadura militar. Entretanto, Goulart foi duramente criticado por manter acordos com um ditador.

O encontro entre os presidentes não foi divulgado inicialmente para a imprensa brasileira. O jornal *OESP* chegou a veicular um comunicado em que o presidente Goulart desmentia os rumores sobre a viagem de Stroessner ao Brasil.¹⁷⁵ Dois dias após o encontro, o jornal divulgou a nota distribuída para a imprensa brasileira em uma coletiva com o presidente. *OESP* destacou um trecho do documento onde a imagem das “nações amigas” foi recuperada:

Tenho a impressão de que o encontro foi o bastante para consolidar ainda mais a amizade entre os dois povos e para tirar qualquer dúvida e incompreensões que surgiram, no Paraguai, principalmente na imprensa, quanto a projeção e as intenções do nosso País. Fiz questão de deixar bem claro ao presidente Stroessner o respeito que o Brasil tem pela soberania do Paraguai. Pretendo mostrar que o nosso intento é a colaboração, colaboração mesmo sem nenhum sentimento imperialista. Creio que se desfizeram completamente as dúvidas que haviam a este respeito. Chegamos assim a um bom entendimento. Em tese acertamos tudo. Os funcionários brasileiros que irão a Assunção se encarregarão de prosseguir nos entendimentos dentro do mesmo espírito de compreensão e fraternidade que presidiu ao encontro de ontem, para acertar os pormenores do entendimento.¹⁷⁶

O presidente João Goulart usou o projeto Sete Quedas e o entendimento com o Paraguai para se defender das diversas acusações que a imprensa brasileira publicava diariamente. Na mesma matéria, o jornal *OESP* destacou a afirmação de Jango que considerou o encontro como “a primeira grande etapa para a construção da usina”. Após tratar diretamente do fato, os jornalistas passaram a introduzir os temas da crise política. Questionado a respeito das denúncias sobre um suposto

¹⁷⁵ Desmentida a vinda de Stroessner ao Brasil. *O Estado de São Paulo*. 19 jan.1964 p.6.

¹⁷⁶ Goulart avista-se com Stroessner e anuncia acordo sobre 7 Quedas. *O Estado de São Paulo*. 21 jan.1964. p. 42.

repassa de armas do exército aos sindicatos, feitas pelo presidente da UDN, Olavo Bilac Pinto (1908-1985), o presidente respondeu energicamente e utilizando como argumento o projeto da hidrelétrica:

Eles me acusam de estar intranquilizando o País e, enquanto estou conversando com o presidente do Paraguai, para construir uma grande usina, eles intranquilizam a Nação, anunciando que os sindicatos estão recebendo armas do governo. Dizem que estou conspirando. Mas conspiro, é verdade, com o presidente do Paraguai para construir a maior usina hidrelétrica do mundo [...] e vou conspirar, logo, para assinar o decreto da SUPRA, para ver se entramos na primeira etapa da reforma agrária.¹⁷⁷

João Goulart, em meio à crise política, continuava tentando incorporar a Hidrelétrica de Sete Quedas como um símbolo nacional de seu programa reformista. Uma defesa parecida foi feita também em um discurso em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 19 de fevereiro.¹⁷⁸ Ainda em fevereiro, o próprio entendimento com o Paraguai foi questionado. O engenheiro Marcondes Ferraz foi chamado a prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Próximo aos jornalistas do *OESP*, Ferraz antecipou seus argumentos à sucursal do jornal em Brasília, em que:

Se alarmara com o avanço das conversações mantidas com o Paraguai, reabrindo o problema de fronteiras, pois de longa data já apresentara solução para o caso, sem nenhuma implicação no campo internacional. Seu plano, disse, não exige que se avance sequer um milímetro em território paraguaio.¹⁷⁹

Para as forças anti-Jango, a condução da política externa no caso Sete Quedas era equivocada. Como indicado, criticá-la contribuía, portanto, para a desestabilização do governo. Ao questionar o entendimento entre os dois presidentes, a oposição recuperava a interpretação nacional das fronteiras com o Paraguai - ou seja, não havia litígio e os Saltos eram brasileiros. Como lembrou o engenheiro paraguaio Enzo Debernardi ao comentar o projeto de Ferraz: “todas as

¹⁷⁷ Goulart avista-se com Stroessner e anuncia acordo sobre 7 Quedas. *O Estado de São Paulo*. 21 jan.1964. p. 42.

¹⁷⁸ Íntegra do pronunciamento feito ontem pelo Presidente *O Estado de São Paulo*. 20 fev.1964. p. 8

¹⁷⁹ Ex-ministro estranha acordo sobre Sete Quedas. *O Estado de São Paulo*. 21 fev.1964. p.6.

obras foram projetadas para serem realizadas em território brasileiro, e foi este fato o que provocou a mencionada reação paraguaia”¹⁸⁰. Era claramente uma proposta contrária ao entendimento entre os países ribeirinhos, ou seja, contrária à imagem das “nações amigas” que o encontro Stroessner-Goulart tentou construir.

2.3. A Hidrelétrica de Sete Quedas: uma usina da “revolução” (1964-1966)

2.3.1. Um “plano atrativo”

Com a instalação da ditadura militar (1964-1985), o projeto da hidrelétrica tornou-se central para o novo regime, garantindo a perspectiva de um “Brasil Potência” - um projeto que *OESP* há muito encampava.¹⁸¹ As hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí, Balbina e outras obras consideradas faraônicas, como a Rodovia Transamazônica, as usinas nucleares de Angra, a Ponte Rio-Niterói, entre outras, foram comandadas por distintos governos militares.¹⁸²

Após o encontro entre Goulart e Stroessner, *OESP* passou a noticiar os trabalhos diplomáticos decorrentes do entendimento em suas tradicionais notas sobre a política externa, que ocupavam a sétima página do jornal.¹⁸³ Nesse sentido, as viagens e encontros entre os ministros e embaixadores foram noticiadas pelo *OESP*¹⁸⁴, o que não se traduziu em uma mudança na interpretação do jornal sobre a questão da fronteira com o Paraguai. O golpe civil-militar em abril de 1964 interrompeu os entendimentos e os trabalhos realizados até então pela comissão formada por técnicos brasileiros e paraguaios. *OESP*, que ainda via a possibilidade

¹⁸⁰ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes Para La Historia Política de Itaipu*. Asunción: s/e, 2010. p. 85. Enzo Debernardi foi membro Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia e Diretor Geral Paraguaio de Itaipu entre 1986 e 1989.

¹⁸¹ CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.41.

¹⁸² Cf. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras e a ditadura civil-militar, 1964-1985*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.309-410.

¹⁸³ Sete Quedas: ministros estabelecem diretrizes. *O Estado de São Paulo*. 21 fev.1964. p.7

¹⁸⁴ Sete Quedas: diplomata volta de Assunção. *O Estado de São Paulo*. 01 mar.1964. p.7

de vincular o seu projeto liberal a uma obra de “interesse nacional”, defendeu mais uma vez a construção da Usina de Sete Quedas em 1964.

Em maio de 1964, um editorial do *OESP* voltou a se ocupar do caso Sete Quedas pela primeira vez após a “revolução”. Segundo o editorial do dia 20 de maio, intitulado “Assuã e Sete Quedas”, o projeto hidrelétrico do Rio Paraná, além de ser um “plano atrativo” para investidores estrangeiros, era também interessante politicamente. O editorial comparou a usina de Sete Quedas à ação dos soviéticos que garantiram para “sempre na memória dos povos árabes” a associação entre a represa e a “boa vontade soviética em relação a eles”, ao financiarem a construção da barragem de Assuã no Egito. O jornal criticou a condução da diplomacia ocidental em relação a Assuã:

Assuã é símbolo não apenas do nacionalismo árabe: é símbolo, principalmente, da curta visão da diplomacia ocidental, mais do que êxito da diplomacia soviética. Lembramos, ainda, a célebre frase que John Foster Dulles pronunciou nos meados de 1956, ao anunciar a retirada da promessa norte-americana de ajudar as obras ambiciosas de Assuã, declarando que o seu governo, ao tomar aquela decisão, estava disposto a “correr um risco calculado”. [...]. Seria tolice negar, neste momento, o êxito diplomático de Nikita Kruchev.¹⁸⁵

Para o editorial, a barragem de Assuã se transformou em um símbolo do sucesso diplomático soviético, capaz até mesmo de desequilibrar a política externa egípcia “até aqui [...] positivamente neutralista”. O editorial sugeriu uma comparação para que não se cometessem, na usina de Sete Quedas, os mesmos erros que a “curta visão da diplomacia ocidental” cometera ao retirar sua ajuda às obras da barragem egípcia. A hidrelétrica brasileira de Sete Quedas, sob esse ponto de vista, era não apenas símbolo do mento nacional, mas também estratégica no mundo polarizado da Guerra Fria. Uma usina geradora de energia, plantada em país do Ocidente, não poderia cair em mãos opositoras como a dos comunistas da União Soviética. Novamente, ressalta-se o fato de usinas hidrelétricas e nucleares serem estratégicas para governos democraticamente eleitos ou não.

No mesmo editorial, o Paraguai é imaginado apenas como um país vizinho

¹⁸⁵ Notas e Informações: Assuã e Sete Quedas. *O Estado de São Paulo*. 20 mai. 1964. p.3

a ser beneficiado, não como condômino do potencial hidrelétrico do Rio Paraná.¹⁸⁶ Essa caracterização reafirmou a posição do *OESP* antes do golpe. Se a barragem de Assuã representava grande êxito, Sete Quedas seria “obra ainda mais grandiosa e mais realista”:

Um plano atrativo inclusive para os que, no Exterior, estiverem dispostos a ajudar essa grandiosa iniciativa brasileira. Plano atrativo, também, porque poderá promover o bem-estar de uma região inteira, pois Sete Quedas produziria energia suficiente para suprir 3 vezes o atual consumo do Brasil, podendo beneficiar países vizinhos como a Argentina e o Paraguai. Plano politicamente rendoso, pois pela sua realização o Ocidente poderia corrigir o erro cometido em Assuã e superar, mesmo do ponto de vista psicológico, qualquer ajuda que os soviéticos jamais emprestaram a um país em mento. Além disso, o investimento se daria no Brasil, neste país recuperado democraticamente pela sua Revolução, um país que é o Ocidente, que não pratica chantagens e barganhas com o comunismo internacional, que está resolvido a demonstrar que o mento econômico pode ser obra da democracia, no espírito da liberdade e da justiça. Não ajudar este País, e essa sua obra seria pior do que um “risco calculado”: seria uma manifestação de derrotismo no momento da vitória.¹⁸⁷

A grandiosidade da obra de Sete Quedas já estava presente na narrativa nacional de João Goulart. Nesse editorial, porém, *OESP* começa a construir uma narrativa em que associava o sucesso do projeto Sete Quedas à “revolução”. A nova conjuntura brasileira facilitaria os investimentos estrangeiros, pois o novo regime seria o legítimo representante do Ocidente e não faria “chantagens e barganhas com o comunismo internacional” como Nasser e a Política Externa Independente de Quadros e Goulart. Para o jornal paulista, a usina hidrelétrica poderia se tornar não apenas um símbolo do nacionalismo brasileiro, mas a oportunidade de o Ocidente superar os soviéticos “psicologicamente”, uma vitória anticomunista.

No Itamaraty, alguns diplomatas esperavam que o entendimento entre os militares brasileiros e Stroessner avançasse além do que já havia sido acordado

¹⁸⁶ O Paraguai também negociava com a Argentina a construção de uma outra usina no Rio Paraná. Além disso, segundo Liliana Brezzo e Ricardo S. Yegros, “a aproximação com o Brasil influiu nas negociações com a Argentina para a ampliação da liberdade de navegação fluvial”. BREZZO, Liliana M.; YEGROS, Ricardo Scavone. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 159.

¹⁸⁷ Notas e Informações: Assuã e Sete Quedas. *O Estado de São Paulo*. 20 mai.1964. p.3

com João Goulart. Entre eles, estava o embaixador no Paraguai Mário de Ascensão Palmério. Segundo Amado Luiz Cervo, “quando o golpe militar de março de 1964 no Brasil alinhou o país à ideologia ocidentalista e ao contexto da Guerra Fria, o entendimento com o Paraguai de Stroessner sobre o aproveitamento de Sete Quedas não ocorreu como supôs o embaixador Palmério”.¹⁸⁸

Em editorial, o jornal comentou: “o que precisamos, isso sim, é desenvolver as forças vivas da Nação, as riquezas do solo e do subsolo [...] a captação das Sete Quedas [...] Essa é a única solução que o bom senso e o conhecimento objetivo das nossas necessidades estão a indicar-nos”.¹⁸⁹ Essa mudança se deu pela identificação do projeto liberal do *OESP* com a política econômica do novo regime.¹⁹⁰ O jornal concedeu amplo espaço às declarações do novo ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau, quanto ao papel do Estado nos projetos hidrelétricos:

[...] a atual diretriz da política energética é contrária à estatização, mas o governo se vê em algumas vezes obrigado a entrar neste setor, para evitar que os problemas se agravem ainda mais. Disse que o governo federal possui a maior parte das usinas de produção de energia, mas, a parte de distribuição, que é mais complexa e mais cara, está quase toda entregue a particulares. Concluindo, disse que o aproveitamento de Sete Quedas é um grande sonho que, para se tornar realidade, depende da solução de alguns grandes problemas, isso, entretanto, seria plenamente compensado, já que Sete Quedas poderá dar cerca de 7 milhões de quilowatts, ou seja, 1/6 do potencial energético obtido até hoje.¹⁹¹

Como de costume, a economia deveria estar nas mãos da iniciativa privada. O Estado, porém, era sempre chamado a fazer a sua parte quando o projeto não fosse lucrativo para iniciativa privada ou quando essa não tinha recursos necessários para levar à frente a empreitada. O Estado também sempre arcou com

¹⁸⁸ CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2001. p.218.

¹⁸⁹ Notas e Informações: As reformas de que necessitamos. *O Estado de São Paulo*. 28 jul.1964. p.3.

¹⁹⁰ Segundo Marcos Napolitano, a política econômica da ditadura “estava muito distante de um nacionalismo econômico ou ideológico, ainda que meramente retórico, [...] velhos paladinos do liberalismo econômico e da abertura sem freios da economia nacional ao ‘capital internacional’ eram a cara da política externa e econômica do governo” NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p.73-74.

¹⁹¹ Thibau afirma que a energia hidrelétrica ainda é mais barata. *O Estado de São Paulo*. 03 jun.1965. p.7.

e sustentou as crises do capitalismo. O projeto liberal do jornal assumia suas facetas desenvolvimentistas, as quais, no caso, seria papel do Estado garantir os lucros do universo empresarial.

Apesar do debate sobre Sete Quedas arrefecer durante o segundo semestre de 1964 e o primeiro semestre de 1965, no final deste ano ele voltou a aparecer com maior frequência nas páginas do *OESP*, quando um destacamento militar brasileiro ocupou a zona fronteira em litígio, provocando reações nacionalistas no Paraguai. Com o aumento da tensão em torno à fronteira, cresceu a mobilização das identidades nacionais pela imprensa brasileira e paraguaia, o que trouxe maior instabilidade na relação entre os dois países.

2.3.2. O incidente fronteiro de Porto Coronel Renato

Entre abril de 1964 e o final de 1965, Sete Quedas não ocupou, no jornal, o mesmo espaço que lhe tinha sido dedicado durante a campanha de desestabilização política de João Goulart. O litígio fronteiro, porém, mobilizou novamente fortes protestos paraguaios após a 5ª companhia de fronteira do exército brasileiro ocupar a área reclamada pelo país vizinho, uma região conhecida no Brasil como Porto Coronel Renato, em junho de 1965. No final desse ano, o caso veio a público após comunicados distribuídos à imprensa pelas duas chancelarias. Foi assim que o Paraguai novamente voltou a ser destaque no jornal paulista.¹⁹²

Durante os dois primeiros anos da ditadura, o diário se afastou do grupo de oficiais ao qual o presidente pertencia: os militares da ESG - Escola Superior de Guerra.¹⁹³ *OESP* exigiu um radicalismo maior no combate à “corrupção e à subversão” por parte dos partidários do regime¹⁹⁴ e, assim, se aproximou dos

¹⁹² O Itamaraty esclarece incidente fronteiro. *O Estado de São Paulo*. 27 out.1965. p.9.

¹⁹³ Cf. CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2012. p.93-134.

¹⁹⁴ FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.175.

setores militares radicais, jovens oficiais conhecidos como a “linha dura”, o que significou uma crescente oposição ao governo Castelo Branco.¹⁹⁵

No entanto, ao tratar das relações entre o Brasil e o Paraguai, e especificamente do litígio fronteiriço em torno às Sete Quedas, o jornal se aproximava da política que o Itamaraty adotara. Legitimou a interpretação de que aquela faixa de 20 quilômetros não demarcados pertencia ao Brasil. A posição de *OESP* em relação à política externa indica também uma crescente adesão ao regime, que representava o rompimento com a antiga Política Externa Independente e um claro alinhamento aos Estados Unidos da América no polarizado plano da política internacional. Ao legitimar a política do Itamaraty no caso Sete Quedas, *OESP* deixa entrever como seu projeto político coincidiu com a atuação da ditadura militar naqueles anos.

Após a publicação das notas trocadas entre as duas chancelarias, no final de outubro de 1965, a mobilização nacionalista no Paraguai deixou de ser ignorada pelo *OESP*. Em notícia assinada por agências internacionais, *OESP* explicitou a posição do Itamaraty e o clima nas ruas de Assunção. A nota tratava o tema apenas como um grave litígio fronteiriço, sem destacar o projeto unilateral brasileiro de aproveitamento hidrelétrico dos Saltos:

O Brasil propôs ao Paraguai a submissão de sua controvérsia acerca de delimitação fronteiriça na região do Salto de Guaíra à decisão de uma arbitragem internacional, se ambos os governos não chegarem a um acordo bilateral [...] Como se recorda, em setembro último, o governo do Paraguai levantara um enérgico protesto ao governo brasileiro em consequência da presença de um contingente militar desse país nessa zona, ainda não delimitada perfeitamente na opinião das autoridades paraguaias [...] o Brasil sustenta, contudo, que, de conformidade com a nota de 19 de setembro de 1962, “já afirmou que considera inteiramente demarcado o trecho da fronteira comum, que se estende desde o marco indicativo do Ybichi até o Salto Grande das Sete Quedas”.¹⁹⁶

Ainda que o Paraguai insistisse em caracterizar a zona fronteiriça como não demarcada, a interpretação brasileira mantinha-se inalterada. Se nos anos anteriores a discussão sobre os limites aparecia no jornal paulista vinculada à usina

¹⁹⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p.370.

¹⁹⁶ A Controvérsia Brasil-Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 17 nov.1965. p.6.

de Sete Quedas - como na apresentação de Marcondes Ferraz em 1962 e no encontro Goulart-Stroessner em 1964 – em novembro de 1965, em momento de “frieza das relações paraguaio-brasileiras”, a fronteira e o projeto hidrelétrico pareciam não se relacionar nas páginas do *OESP*.

Por meio do diário paulista, foi possível sentir a mobilização nacionalista no Paraguai apenas em novembro de 1965, quando ela estava prestes a atingir o seu momento de maior intensidade, ainda que ela viesse ocorrendo desde 1964. O apoio de intelectuais e da imprensa à mobilização paraguaia foi sublinhado pelas agências que assinaram a notícia. Como veremos adiante, os paraguaios recuperaram símbolos, imagens e mitos mobilizadores da identidade nacional. Já é possível, porém, identificar aqui como os protestos se dirigiam contra uma determinada imagem de um Brasil “agressor”, reinterpretada no Paraguai, que se materializava no imponente edifício da embaixada brasileira em Assunção:

A revista “Asi Es” exibiu um amplo cartaz em sua redação da rua 15 de Agosto, cuja legenda diz: “Pedimos a retirada da missão militar brasileira por ocupação militar dos Saltos do Guairá” [...] Entrementes, em Assunção se acentua o sentimento antibrasileiro. A embaixada brasileira apareceu hoje com centenas de volantes de censura, enquanto que numa rua central apareceu um grande cartaz pedindo a “expulsão dos bandeirantes” dos Saltos do Guaíra. Este cartaz foi recolhido em seguida pelo pessoal da embaixada.¹⁹⁷

Em dezembro de 1965, quando a mobilização nacionalista ocupava as ruas de Assunção e já era considerada “uma grande onda” que “se fez contra o Brasil”, o *OESP* reservou uma página para o tema. Nela, reafirmou a posição do ministério brasileiro. A reportagem assinada por Holmes Rodrigues, da sucursal do Rio, narrava os incidentes fronteiriços daquele ano, expunha a interpretação do Itamaraty dos tratados de limites entre os dois países e voltava a discutir o projeto da hidrelétrica de Sete Quedas. Ela indica o apoio do jornal à condução do caso pelo Itamaraty e a segurança de suas fontes no ministério que trataram a arbitragem internacional como uma “concessão ao Paraguai”, já que os Saltos eram considerados brasileiros pelos diplomatas:

¹⁹⁷ A Controvérsia Brasil-Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 17 nov.1965. p.6.

A região que está sendo objeto de discórdia entre o Paraguai e o Brasil é uma área que fica próxima às Sete Quedas, que o governo paraguaio considera como não delimitada, enquanto o Brasil recorda ao país vizinho que toda a região do Salto é nitidamente brasileira [...] O Brasil está seguro do seu direito e isto tem reafirmado ao Paraguai, embora numa política de sinceridade e de boa vontade tenha sugerido, como concessão, que a matéria seja objeto de arbitramento¹⁹⁸.

Apesar da “boa vontade” do ministério, *OESP* não deixou de narrar os acontecimentos que antecederam à ocupação militar em Porto Renato em tom beligerante:

Vários incidentes já foram provocados ali pelo Paraguai. Em março deste ano, chegaram em território brasileiro 100 paraguaios, entre os quais autoridades civis e militares, que realizaram uma cerimônia durante a qual foi cantado o hino paraguaio e hasteada a bandeira daquele país, tendo sido proferidos discursos em que os oradores afirmaram que aquela área pertencia ao território paraguaio. Em abril, contingentes da polícia e do Exército paraguaios apoderaram-se, na região de Antônio João, de um jipe que estava guardado por 3 soldados brasileiros¹⁹⁹.

A interpretação de que o território em litígio era brasileiro foi reforçada, bem como a defesa deste pelo exército brasileiro. O que o jornal omitiu em seu artigo era o aumento da mobilização nacional paraguaia a cada nota do Itamaraty que negava o reconhecimento do litígio fronteiriço.

Na matéria de Rodrigues, foi publicado o “supostamente claro” artigo primeiro do Tratado de 1872. Rodrigues também omitiu a interpretação paraguaia do Tratado, a qual destacava a não conclusão dos trabalhos demarcatórios justamente entre os Saltos e o “mais alto da Serra do Maracaju”, afinal o cume da serra na interpretação brasileira era um e na paraguaia, outro. O questionamento paraguaio se fundamentava no fato de que a Serra do Maracaju se dividia em dois braços que terminavam no Rio Paraná, de forma que os Saltos faziam parte do mesmo acidente geográfico.

Nesse sentido, como se pode observar no mapa a seguir, os paraguaios reivindicavam que o cume da Serra estava localizado no ramal Norte, assim a linha

¹⁹⁸ Acordos legitimam a posse de Guaira. *O Estado de São Paulo*. 19 dez.1965. p.6.

¹⁹⁹ Acordos legitimam a posse de Guaira. *O Estado de São Paulo*. 19 dez.1965. p.6.

demarcatória deveria partir até o primeiro conjunto de cachoeiras e não haveria dúvidas de que os Saltos pertenciam aos dois países. O Brasil considerava que o cume da Serra se localizava no ramal Sul, portanto, a linha demarcatória dividia os Saltos na quinta queda, abaixo do Salto Grande. Na interpretação brasileira, então, as Sete Quedas se encontravam em território brasileiro e não havia qualquer dúvida quando à demarcação nem quanto à caracterização da fronteira, como reivindicava o Paraguai.

Mapa 1: Os Saltos de Sete Quedas e os traçados fronteiros reivindicados

Fonte: Elaborado por Marcos Henrique Martins

Toda a argumentação contida nas notas da chancelaria paraguaia foi omitida pelo *OESP*. O jornal, assim, legitimava a posição do governo brasileiro em não admitir o litígio fronteiro, já que não caberiam questionamentos ao tratado do século XIX.

Ainda segundo matéria de Holmes Rodrigues, as manifestações contra o Brasil se deram a partir de um incidente entre militares dos dois países na região, na qual um fotógrafo paraguaio fora proibido de tirar fotografias das instalações construídas pelo exército brasileiro. Houve desentendimentos e insultos que,

segundo *OESP*, foram “contornados” após a “cordial” atuação do capitão da companhia, “tendo até, os paraguaios convidado o oficial brasileiro e seus subordinados para passarem o Natal em Assunção”. Além de reforçar a imagem das “cordiais relações entre os dois países”, *OESP* não veiculou que a defesa dos Saltos já mobilizava a imprensa, intelectuais e partidos políticos paraguaios desde a publicação dos protestos da chancelaria paraguaia em relação ao projeto de Marcondes Ferraz, em 1963.

A matéria destoava do tom cauteloso que o governo Castelo Branco parecia começar a adotar em relação à condução do caso dos Saltos. No final de novembro de 1965, dirigiu-se ao Paraguai o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Golbery do Couto e Silva, um dos principais ideólogos da ESG (Escola Superior de Guerra), na condição de enviado pessoal do presidente Castelo Branco.²⁰⁰

Ao cobrir a viagem de Golbery a Assunção, *OESP* explicitou as dificuldades do entendimento.²⁰¹ A tentativa de se chegar a um acordo com Stroessner por parte do governo militar foi noticiada de maneira discreta pelo *OESP*, que não publicou mais notas sobre a missão de Golbery.

O jornal já havia exposto anteriormente suas críticas à Escola Superior de Guerra e, portanto, ao próprio Golbery. Segundo o periódico a excessiva ingerência militar nos assuntos civis, fruto da mentalidade esguiana, tornava mais difícil alcançar os ideais da “revolução de março”, ou seja, o projeto liberal do Estadão.²⁰² Dessa forma, *OESP* defendeu uma maior presença dos civis “especializados”, que para o periódico eram aqueles que estavam próximos à UDN, como o engenheiro Marcondes Ferraz. A manutenção de políticos

²⁰⁰ Segundo Mariana Joffily: “O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pelo presidente general Humberto de Alencar Castello Branco, em 13 de junho de 1964, e dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva. Em pouco tempo ramificou-se, possuindo agências regionais em diversos pontos do país [...] sua existência testemunha a preocupação com a dissidência política e a aposta na coleta de informações como instrumento de controle”. JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.160.

²⁰¹ Golbery trata de fronteiras. *O Estado de São Paulo*. 27 nov.1965. p.8.

²⁰² Notas e Informações: A “Sorbonne” e a Revolução de Março. *O Estado de São Paulo*. 31 jul.1964. p.3.

remanescentes do regime anterior e a cobrança de uma maior perseguição aos opositores da “revolução” também motivaram sua crescente oposição ao governo Castelo Branco.²⁰³

Assim como a “linha dura”, o jornal se preocupou com a legitimidade do regime militar, que enfrentava uma crise econômica.²⁰⁴ O periódico identificou que seu projeto político teria mais chances de ser implementado caso fosse conduzido pelos “duros”, ou seja, os militares da ESG como Golbery, Geisel e Castelo Branco atrapalhavam a implantação de seu projeto e abriam caminho para a volta dos “corruptos comuno-nacionalistas”.²⁰⁵

Ao não destacar os esforços do grupo de Castelo Branco para mediar a crise diplomática com o Paraguai, *OESP* se posicionou em relação ao governo. Nesse sentido, nenhum dos três artigos anteriormente citados sequer mencionou o encontro entre Stroessner e João Goulart ocorrido em janeiro de 1964, no qual, apesar de não deixar resolvido o problema de fronteiras, os dois chefes de Estado haviam acordado o aproveitamento em condomínio do potencial hidrelétrico dos Saltos.

Reforço que a mobilização da identidade brasileira, nesse momento, valeu-se da refutação da interpretação de limites paraguaia. *OESP* reafirmava a posição do Itamaraty defendendo a presença do efetivo militar na região. Buscava delinear, assim, os contornos da identidade nacional e imaginava suas fronteiras.

Apesar de sua crescente oposição ao governo de Castelo Branco, *OESP* elencava o projeto da hidrelétrica como um símbolo do novo regime. A defesa dos “interesses nacionais” passou pela reivindicação dos Saltos como brasileiros, portanto, da soberania territorial e do domínio exclusivo da energia elétrica eventualmente produzida. É provável que, até o final de 1965, o jornal paulista e o governo militar ainda considerassem possível a construção da usina de Sete

²⁰³ Notas e Informações: A hora é de definições. *O Estado de São Paulo*. 15 out.1965. p.3

²⁰⁴ Notas e Informações: A fala do presidente. *O Estado de São Paulo*. 02 out.1965. p.3.

²⁰⁵ FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.172.

Quedas sem a participação paraguaia. No ano seguinte, já com um novo ministro à frente do Itamaraty, a posição brasileira indicou outra direção.

2.3.3. A “boa vontade brasileira” e a Ata do Iguaçu

O primeiro semestre de 1966 ficou marcado pelo aumento da tensão entre os dois países envolvidos no caso Sete Quedas e também pela assinatura, em 23 de junho, da Ata do Iguaçu, documento que estabeleceu o condomínio da energia eventualmente produzida pelo aproveitamento dos Saltos. Os protestos paraguaios repercutiram no jornal paulista durante os seis primeiros meses daquele ano, quando a questão era, segundo *OESP*, “tratada em termos passionais no Paraguai”.²⁰⁶ Ao assumir o Ministério da Relações Exteriores, o ex-ministro da Justiça, general Juracy Magalhães “demonstrou interesse em estudar” o conflito a fim de responder à nota paraguaia recebida pelo Itamaraty em dezembro de 1965.²⁰⁷ Os comunicados e ações do novo ministro foram acompanhados de perto pelo *OESP*. Durante o semestre, o jornal paulista dedicou três editoriais ao tema.

A tensão envolvendo o caso do Saltos aumentava. O Itamaraty ainda se preparava para responder a nota de dezembro do ano anterior, enquanto, a mobilização nacionalista no Paraguai ganhava força e continuava pressionando as duas chancelarias a apresentarem respostas. Magalhães declarou que o ministério via com “profundo pesar que se esteja criando artificialmente uma questão que realmente não existe”. Afirmou não ser objetivo do Itamaraty “alimentar uma polêmica que não trará nenhuma vantagem para a solução da questão”.²⁰⁸ O ministro insinuava que a ditadura paraguaia criava “artificialmente” a mobilização nacionalista. Responsabilizando a nação vizinha, o chanceler encobria as relações de poder e as assimetrias entre o Brasil e o Paraguai.

A posição do jornal novamente parecia coincidir com a do ministério. *OESP*

²⁰⁶ Paraguai busca entendimentos. *O Estado de São Paulo*. 06 jan.1966. p.6.

²⁰⁷ Paraguai pede saída de tropa. *O Estado de São Paulo*. 22 jan.1966. p.6.

²⁰⁸ Juracy analisa nota paraguaia. *O Estado de São Paulo*. 15 fev.1966. p.7.

passou, portanto, a reforçar a imagem de que a participação paraguaia no projeto hidrelétrico seria resultado de uma “concessão” brasileira, fruto da “boa vontade” do governo militar, que encarnava a identidade nacional. Como representação do nacional, a defesa da soberania territorial se tornou fundamental para legitimar a posição do Itamaraty e do governo.

O “caso fronteiriço” ganhava cada vez mais destaque no *OESP*. Em uma edição do início de março, a foto de capa do jornal paulista foi a imagem de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) que debateu, entre outros temas, a nota de resposta que o Itamaraty enviaria ao Paraguai.²⁰⁹ Ao tratar da reunião, extraordinariamente presidida por Castelo Branco, que aparecia no centro da foto, o jornal reforçou a preocupação dos altos quadros da ditadura militar com a questão fronteiriça. Ao mostrar a centralidade do tema, o jornal buscava atrair a atenção de seu leitor para o caso dos Saltos e construir a expectativa em relação a nota que seria enviada ao Paraguai após o chanceler incorporar as sugestões do CSN.²¹⁰

A nota brasileira, recebida em Assunção no fim de março, foi publicada integralmente pelo *OESP* no dia 27 do mesmo mês. Um dia antes, porém, ao noticiar o seu recebimento, o jornal publicou uma declaração do ministro Magalhães. O chanceler convocava o “brasileiro de responsabilidade a perder um pouco de tempo para tomar conhecimento dos nossos direitos numa pendência que não provocamos e não pretendemos manter”.²¹¹ A extensa nota, publicada com exclusividade pelo jornal paulista, ocupou cinco páginas inteiras do periódico e foi acompanhada de muitos anúncios publicitários, o que sugere, além do interesse

²⁰⁹ Órgão emblemático da ditadura militar, o Conselho de Segurança Nacional foi criado durante o governo de Getúlio Vargas, em 1934. Após o golpe de 1964, o conselho se tornou mais ativo do que em todo o período anterior, centralizando, dentro do governo, as apresentações e discussões de políticas públicas mais diversas. De suas reuniões plenárias participavam todos os ministros militares e civis, os chefes do Estado-Maior das três Forças Armadas e a Secretaria Geral, composta exclusivamente por militares. As reuniões eram ordinariamente presididas pelo Chefe do Gabinete Militar, que durante o governo Castelo Branco foi o general Ernesto Geisel. Cf. ALMEIDA, Guilherme B. O Conselho de Segurança Nacional e a Ditadura (1964-1969). In: MOTTA, Rodrigo P. S. (org.) *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p.84-100.

²¹⁰ Até 4ª ficará pronta a nota. *O Estado de São Paulo*. 12 mar.1966 p.1.

²¹¹ Paraguai recebe a nota. *O Estado de São Paulo*. 26 mar.1966. p.38.

empresarial, a audiência que o tema ganhava na imprensa brasileira.²¹²

Dois dias após a publicação da nota, *OESP* dedicou seu editorial de abertura, o principal, ao que chamou de “O incidente Brasil-Paraguai”.²¹³ Novamente, o jornal aproveitou a ocasião para criticar duramente o chefe do Serviço Nacional de Informações, general Couto e Silva. Ao mesmo tempo em que legitimava a posição do Itamaraty, o periódico criticava o governo.

Segundo o periódico, o “incidente Brasil-Paraguai” servia como exemplo da “falta de um serviço de informação” que deveria deixar “o País a par das atitudes assumidas pelo Executivo Nacional e dos motivos que a tanto o levaram”. Para o jornal, acentuava-se um progressivo desentendimento que separava “o governo da opinião pública”. A explicação residia na atuação do SNI e de seu chefe:

Há, é certo, toda uma Secretaria de Estado – cujo chefe é equiparado aos demais membros do Ministério – à qual deveria caber especificamente essa missão, mas o que tem acontecido demonstra a falência completa desse organismo, desvirtuado que foi dos seus fins naturais. O sr. general Golbery do Couto e Silva dele se tem servido exclusivamente para fornecer ao chefe da Nação as informações que, a seu critério, devem chegar até ele, desconhecendo sistematicamente a existência dessa outra entidade chamada Nação.²¹⁴

É interessante observar como nesse editorial “nação” e “opinião pública” se confundem. Segundo *OESP*, até a publicação da resposta do Itamaraty ao Paraguai, a “opinião pública” tinha um “conhecimento extremamente superficial” dos protestos paraguaios sobre a fronteira. O editorial lamentava “que as coisas se tenham passado assim” e chamava a atenção para a oportunidade que o Palácio da Alvorada havia perdido ao não mobilizar a identidade nacional em seu favor. O jornal dizia: “ter-se-ia o governo beneficiado do apoio irrestrito que, no caso, não poderia deixar de lhe oferecer o país”. Em seu discurso, o periódico se colocava como representante da “opinião pública”, que teve o seu direito à informação sobre o caso dos Saltos negado pelo governo militar. *OESP*, assim, advogava pelo “povo

²¹² Sete Quedas: o Brasil responde ao Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 27 mar. 1966. p.6-10.

²¹³ A nota de abertura do *OESP*, até 1968, foi escrita pelo próprio Júlio de Mesquita Filho. Cf. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência em OESP e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. p.42.

²¹⁴ Notas e Informações: O Incidente Brasil-Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 29 mar.1966. p.3.

brasileiro” que “não só tem o direito de saber para onde e como o levam, como transforma esse direito numa exigência”.²¹⁵ Mesmo criticando o governo, e em especial o SNI, o jornal apelava à unidade nacional, ao “apoio irrestrito” da nação.

Evocando a sua “missão de informar o público”, *OESP* passou à defesa do “excelente documento em que o Itamaraty defende os interesses nacionais”. Coincidiu, assim, com a interpretação do ministério e mobilizou o nacional ao refutar as teses paraguaias. Para isso, porém, o jornal interpretou à sua maneira um dos argumentos da tese paraguaia: a não-demarcação da área em litígio. Segundo o periódico, a fronteira já estava totalmente demarcada e caracterizada a partir de 1874. O Paraguai estava “querendo fazer acreditar” que a atual Comissão Mista era também demarcadora de uma fronteira “já demarcada em 1872-74 [...] e aceita sem discussão por ambas as partes”. Segundo o editorial, “neste pequenino trecho está contida toda a tese paraguaia”. Sem dúvidas, *OESP* construía uma interpretação parcial do problema, omitindo de seu leitor que a tese paraguaia da não-demarcação da fronteira se centrava nos inconclusos trabalhos demarcatórios, o que o Itamaraty não reconhecia.

A fim de legitimar a sua interpretação *OESP* voltou ao século XIX, à Guerra da Tríplice Aliança. O jornal reforçou a imagem de que o Brasil, mesmo vencendo a guerra, fez concessões ao Paraguai. A autoridade usada pelo jornal para legitimar tal argumento era o historiador, diplomata e jurista argentino Ramón José Cárcano (1860-1946), com o qual Júlio de Mesquita Filho havia trocado correspondências durante o seu exílio na Argentina da década de 1940.²¹⁶ Citando o livro “História da Guerra do Paraguai”, de Cárcano, o editorial respondeu aos protestos paraguaios, que recuperaram as pretensões territoriais do Império brasileiro no tratado de fronteira: “no seu traçado acha-se uma pequena diferença. Esta significa uma concessão ao Paraguai. O ministro do Império abandona a pretensão tradicional de Igurey para correr um pouco mais ao Norte a partir do Salto

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. Guerra do Paraguai (Carta ao Embaixador Cárcano). In: _____. *Ensaio Sul-Americanos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956. p.27-127.

Grande”.²¹⁷ A “boa vontade” foi, então, incorporada como uma característica nacional brasileira, podendo ser comprovada historicamente.

A dedicação da nota de abertura de um dos mais importantes jornais do Brasil ao caso dos Saltos, nos indica a importância do tema durante o primeiro semestre de 1966. O tema havia passado para o primeiro plano nos noticiários nacionais. Enquanto a crise econômica e política fazia com que o governo Castelo Branco não tivesse o apoio sequer de todos os setores das Forças Armadas, *OESP* notou uma oportunidade de mobilizar o sentimento nacional em torno à política externa do regime. Ao fazê-lo, ajudou a constituir a legitimidade da ditadura militar de cuja instauração havia participado decisivamente, ainda que o jornal fizesse, naquele momento, oposição à presidência.

Dez dias depois, o jornal paulista publicou outro editorial dedicado ao conflito diplomático com o Paraguai. Intitulado “O estilo da diplomacia brasileira”, a opinião explicitava o alinhamento do jornal ao Itamaraty em seu primeiro parágrafo:

A última entrevista que o chanceler Juracy Magalhães concedeu a uma emissora de TV, sobre os pontos de vista brasileiros a respeito dos vários problemas transcendentais da política internacional, coincidiu integralmente com as teses defendidas com coerência e intransigência por esta folha, que neste setor nunca negou seu apoio irrestrito ao governo revolucionário. A política externa do governo do marechal Castelo Branco traduz perfeitamente os nossos interesses nacionais e projeta para as perspectivas continentais e internacionais a verdadeira imagem do Brasil, potência líder deste Continente, independente na interdependência, dedicado à manutenção dos quadros democráticos do mundo livre, firme em defender seus direitos e seus pontos de vista, mas sempre disposto a colaborar tanto com seus amigos mais poderosos quanto com seus irmãos mais fracos, no espírito do respeito mútuo, sem ressentimentos e sem rancores históricos.²¹⁸

A política externa brasileira, em 1966, “coincidia” com “as teses” do *OESP*. Traduzia, portanto, os “interesses nacionais” e representava a imagem do Brasil que o jornal construía em seu projeto: “potência líder deste continente”. O alinhamento aos Estados Unidos, defendido no “roteiro da revolução” de Mesquita

²¹⁷ Notas e Informações: O Incidente Brasil-Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 29 mar.1966. p.3.

²¹⁸ Notas e Informações: O estilo da diplomacia brasileira. *O Estado de São Paulo*. 09 abr.1966. p.3.

Filho, explicitou-se ainda mais quando o jornal mobilizou a imagem de uma nação disposta a colaborar com seus “amigos poderosos” para a “manutenção dos quadros democráticos do mundo livre”.²¹⁹ Essa mesma nação se encontraria disposta a colaborar com seus irmãos mais fracos, desde que sem “ressentimentos e sem rancores históricos”. O periódico recorreu, novamente, à unidade nacional, assegurando “ao nosso governo o apoio irrestrito que, no caso, não poderia deixar de lhe oferecer o País”, e terminou por elogiar o chanceler Juracy Magalhães pela resposta enviada ao Paraguai, o “irmão mais fraco”.

O jornal, concordando com o ministro, considerou o tema da “soberania territorial brasileira” sobre os Saltos “indiscutível” e as reivindicações paraguaias “injustas”. Levantou, então, uma hipótese para a “verdadeira razão da violência”. *OESP* insinuou que não poderia haver “nenhuma razão de política interna que justifique a atitude provocativa do governo de Assunção, que passou a promover demonstrações contra o Brasil, tanto na capital quanto nas regiões limítrofes do território, cuja soberania injusta e abruptamente reivindica”. A possível “razão de política interna”, levantada pelo periódico, argumento que Magalhães havia introduzido no debate em fevereiro, era o da “artificialidade” da mobilização nacionalista no Paraguai.²²⁰ Como veremos, insinuações e afirmações como essa repercutiram na imprensa paraguaia e receberam respostas da ditadura de Stroessner.

O Itamaraty passou a tratar o caso com urgência. No início de maio, o embaixador brasileiro no Paraguai, Jaime de Souza Gomes, foi convocado pelo chanceler Magalhães para uma série de reuniões no Rio de Janeiro. Nelas, os diplomatas traçaram estratégias para que “no mais breve espaço de tempo, venham os dois países a superar suas divergências, em relação à região fronteira”.²²¹ A partir de então, o ministério passou a admitir um problema com a caracterização da fronteira no trecho reclamado pelo Paraguai. Com isso, respondia parcialmente, um dos principais protestos paraguaios: o Brasil atrasava os trabalhos da comissão

²¹⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969.

²²⁰ Notas e Informações: O estilo da diplomacia brasileira. *O Estado de São Paulo*. 09 abr.1966. p.3.

²²¹ Brasil deseja ação conjunta. *O Estado de São Paulo*. 08 mai.1966. p.7.

mista de limites, pois pretendia apossar-se integralmente dos Saltos. Ao aceitar parte da tese paraguaia, o Itamaraty recuava ante a insistência do governo de Assunção em levar o caso a uma arbitragem internacional.

Essa nova estratégia ficou clara quando a Câmara Federal convocou o general Magalhães para esclarecimentos sobre o problema fronteiriço, momento em que um acordo sobre o conflito ainda parecia distante. O ministro respondeu a uma série de questões sobre os tratados de limites com o Paraguai. Não abriu mão, porém, da tese do domínio brasileiro sobre os Saltos. Desde as primeiras declarações públicas do Itamaraty sobre o caso dos Saltos, em 1963, foi a primeira vez que um chanceler brasileiro admitiu que os trabalhos da comissão de limites, iniciados há mais de nove décadas, não estavam concluídos:

Está, esse trabalho, por terminar, faltando apenas pequena extensão de cerca de 20 km, no trecho final que vai da Serra de Maracaju ao Salto Grande das Sete Quedas, e o Brasil não tem, nem jamais teve interesse em procrastinar o bom termo desse empreendimento brasileiro-paraguaio, não havendo a menor dúvida de que a fronteira entre os dois países está inteira e definitivamente demarcada, pois, a caracterização ainda não concluída, nunca visou, nem poderia visar, qualquer alteração de nossa linha de fronteira.²²²

A nova investida do Itamaraty incluiu uma série de reuniões em Assunção e no Rio de Janeiro. Entre o final de maio e o começo de junho, os dois países descartaram a hipótese da arbitragem internacional em prol do entendimento pelo aproveitamento comum dos recursos hídricos. A possível repercussão internacional do caso parece ter contribuído para o recuo brasileiro, desestimulando o regime militar a seguir com um projeto unilateral. Uma decisão de um tribunal internacional favorável ao Paraguai colocaria o prestígio internacional do Itamaraty em questão. Outro fator que pode ter contribuído para o recuo foi a consideração dos protestos paraguaios pela caracterização e demarcação dos 20 quilômetros de fronteira. Mesmo não admitindo publicamente problemas de demarcação, o Itamaraty passou a considerar os argumentos do país vizinho.

²²² Juracy expõe a questão de Guaira. *O Estado de São Paulo*. 19 mai. 1966. p.7.

Em destaque na última página do dia 11 de junho, *OESP* anunciava em uma nota que os chanceleres haviam entrado em um acordo, “após quatro anos de debates e a troca de quatro notas pelas duas chancelarias”. O jornal confirmava o que antes havia divulgado como informação não-oficial, um encontro entre os dois ministros das relações exteriores nos dias 21 e 22 de junho. O subtítulo da nota era: “litígio terminará”. ²²³

Na edição do dia 23 daquele mês, a sétima página do primeiro caderno, o tradicional espaço dedicado à política externa brasileira, foi quase todo reservado ao encontro entre os chanceleres na fronteira. Uma reunião que teria, de acordo com o general Magalhães, a “responsabilidade de encontrar fórmula que afastem, para sempre, as divergências surgidas entre nossos países”. A reportagem, assinada pela sucursal do Rio, continha uma descrição da chegada das delegações, um breve roteiro das discussões que aconteceram no Hotel das Cataratas, os discursos dos dois chanceleres na íntegra, detalhes de segurança que envolveram o encontro e, como esperado, um mapa do projeto de Otávio Marcondes Ferraz. No polêmico projeto do engenheiro paulista, então presidente da Eletrobrás, é possível identificar o canal que desviaria as águas do Rio Paraná para o interior do território brasileiro, devolvendo-as ao leito natural após sua passagem pela usina hidrelétrica. ²²⁴

A reportagem começou destacando algumas declarações dos diplomatas em que a “paz” e a “harmonia” eram relacionadas a um “sentimento profundo dos dois povos”. As controvérsias entre brasileiros e paraguaios deveriam, então, ser “afastadas para sempre” da narrativa nacional em nome de algo maior. *OESP* e os chanceleres pareciam concordar que “o mento econômico dos dois países” estaria acima das “divergências e receios”. Destacou-se, assim, o desejo de um “amistoso e fraterno” entendimento entre as duas nações em nome do “mento” e da “integração”. ²²⁵

OESP, ao tratar da agenda discutida entre os diplomatas, acentuou um

²²³ Guaíra vai ter acordo. *O Estado de São Paulo*. 11 jun.1966. p.36.

²²⁴ Harmonia domina encontro. *O Estado de São Paulo*. 22 jun.1966. p.7.

²²⁵ Ibidem.

aspecto importante da posição do Itamaraty: “a predisposição de fazer determinadas concessões”. De acordo com a estratégia traçada entre Magalhães e o embaixador Souza Gomes, as “concessões” brasileiras tinham o seu limite no reconhecimento dos tratados de fronteiras, ou seja, não seria discutida a demarcação, como reivindicava o Paraguai. As principais “concessões” seriam: a retirada do destacamento militar de Guaíra e a “exploração do potencial energético das Sete Quedas conjuntamente, na base de 50% para cada país”. A retirada do destacamento, entretanto, estava condicionada ao reconhecimento paraguaio da “plena validade do tratado de 1872”, o que significava encerrar as discussões sobre o litígio fronteiriço.²²⁶

O forte esquema de segurança em torno do general Magalhães e de sua comitiva ganhou um destaque no *OESP*. A alta tensão que o caso dos Saltos gerou entre os dois países fez com que o exército fortalecesse um organizado “dispositivo de segurança pessoal” em torno do chanceler brasileiro. Mesmo desenvolvendo um discurso em que a paz, a amizade e a harmonia davam o tom das negociações oficiais, o periódico não conseguiu esconder a tensão que envolvia o caso dos Saltos. Como durante todo o conflito, porém, a ação de segurança do exército brasileiro foi descrita como defensiva diante da “hostilidade” paraguaia. As provas dessa agressividade do país vizinho estavam nos agentes de polícia infiltrados no hotel da delegação brasileira e na “existência de ‘pombos-correio’ paraguaios que rondavam o hotel”.²²⁷

Para o periódico, o clima de “hostilidade” em relação ao Brasil era estimulado pela imprensa paraguaia, que mobilizava a identidade nacional em torno à defesa dos Saltos. Os jornais de Assunção voltavam a ser reconhecidos pelo *OESP* como agentes políticos, capazes até mesmo de insuflar um atentado contra um ministro brasileiro. Essa percepção havia mudado no auge da crise, quando o Itamaraty e *OESP* responsabilizavam diretamente o governo de Stroessner pelo movimento antibrasileiro.²²⁸

²²⁶ Harmonia domina encontro. *O Estado de São Paulo*. 22 jun.1966. p.7.

²²⁷ Agentes se movimentam. *O Estado de São Paulo*. 22 jun.1966. p.7.

²²⁸ Ibidem.

Figura 2.3: O encontro entre os chanceleres, *O Estado de São Paulo* de 03 de julho de 1966

Fonte: Acervo Estadão²²⁹

O encontro entre os dois chanceleres se estendeu até o dia 23 de junho de 1966, quando *OESP* publicou o seu último editorial sobre o caso dos Saltos, intitulado: “O convênio com Paraguai”. O jornal paulista celebrou o acordo, que ficou conhecido como a Ata do Iguaçu ou Ata das Cataratas. A nota elogiava a atuação da diplomacia brasileira na assinatura do documento. Para *OESP*, o convênio reforçava o espírito de “equanimidade” do Itamaraty. O diário classificou

²²⁹ ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>> Acesso em: fevereiro de 2016.

as tentativas do Paraguai de “modificar a linha divisória” como “inúteis” diante da atuação do general Magalhães que, segundo o periódico, provou novamente “os propósitos pacifistas” e o “espírito conciliador” do Estado brasileiro. O jornal interpretava, assim, o documento como mais uma vitória da diplomacia nacional.²³⁰

A vitória de junho de 1966 se inseria, portanto, nas “tradições da casa de Rio Branco”. De acordo com *OESP*, o documento significava mais uma vitória ao longo da história das relações exteriores do Brasil. A atuação do Itamaraty representava, assim, a própria identidade nacional, que se fortalecia regionalmente com a assinatura do convênio.²³¹

De acordo com *OESP*, o Brasil oferecia ao Paraguai a possibilidade de participar da exploração de um recurso que pertencia exclusivamente ao Brasil. A narrativa não havia mudado, mas se chegou a um acordo que não era propriamente a vontade inicial dos militares em Brasília nem a do jornal paulista, que considerou o condomínio do potencial elétrico dos Saltos questionável:

Falam as notícias que a respeito publicamos num oferecimento pelo nosso ministro das Relações Exteriores ao Paraguai e que atingiria 50% do potencial energético daquela região (sic). Não sabemos se a tanto chegou a proporção atribuída ao país irmão pela nossa diplomacia: mas não nos parece oportuno o momento para discutir a questão. O que queremos vincar bem é a nossa convicção profunda de que, no caso vertente, ninguém sairá lesado.²³²

Não interessava ao jornal questionar os protestos paraguaios num momento em que a ditadura de Stroessner concordou com o adiamento dos trabalhos da comissão de demarcação da fronteira. Nesse sentido, o jornal buscou estabelecer um lugar para o Brasil como potência regional e, para isso, precisou reconfigurar a identidade nacional.

Para *OESP*, a liderança brasileira na região seria alcançada se o Itamaraty continuasse conduzindo a sua política externa de maneira “cordial” e com “boa vontade”. A imagem que buscou consolidar no caso dos Saltos era a de um país

²³⁰ Notas e Informações: O convênio com o Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 23 jun. 1966 p.3.

²³¹ Notas e Informações: O convênio com o Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 23 jun. 1966 p.3.

²³² Ibidem.

seguro de sua soberania territorial, mas que compreendia as necessidades dos povos irmãos latino-americanos mais necessitados. Tratava como uma “concessão”, inclusive, a retirada de um efetivo do exército brasileiro na região até então em litígio:

Um outro aspecto simpático da posição assumida pelas nossas altas autoridades em relação ao caso é a decisão de retirar de Guaíra o destacamento militar que ali estacionava. Jamais foi nossa intenção fazer demonstrações de força e embora os 1.000 homens que, aproximadamente constituem a guarnição aquartelada naquela zona da fronteira não possam ser considerados de modo algum uma ameaça, o simples fato de os nossos irmãos do lado de lá encararem como gesto inamistoso essa presença num território que vinham considerando litigioso era o suficiente para que deliberassem as nossas autoridades retirar essa tropa.²³³

O jornal também fazia concessões ao governo Castelo Branco e à condução do caso pelo Itamaraty. Mesmo não aprovando explicitamente o compartilhamento de metade da energia elétrica, *OESP* endossou o discurso da ditadura. Para o jornal, o Brasil se encontrava no caminho certo – representado pelo acordo com o Paraguai - para se transformar em uma potência regional, ao contrário do que acontecia durante o governo deposto de João Goulart.

A reinterpretação da identidade nacional após a ruptura institucional de 1964, além de encobrir diferenças de classe no interior da sociedade brasileira, reforçava as assimetrias entre as nações da América do Sul. A mobilização da identidade brasileira durante o caso dos Saltos contribuiu para reforçar a legitimidade do regime nacional e regionalmente, pois apoiava um determinado projeto nacional.

Após o acordo com Paraguai, *OESP* escreveu que “sempre compreendeu ser necessário estabelecer o respeito mútuo dos direitos que a todos cabem no aproveitamento conjunto das riquezas do Continente, decisivo para elevação das condições de vida nele existente”²³⁴. Não era, porém, o desejo da elite paulista, nem da elite tecnocrata e militar que ela havia ajudado a colocar no poder, dividir a energia dos Saltos de Sete Quedas com o Paraguai.

²³³ Notas e Informações: O convênio com o Paraguai. *O Estado de São Paulo*. 23 jun.1966 p.3.

²³⁴ Ibidem.

Mesmo fazendo “concessões” ao “país irmão”, o caso dos Saltos permitiu reiterar os contornos da identidade nacional, que foi reconfigurada pelo jornal em direção a uma modernidade econômica e tecnológica. O projeto da hidrelétrica ajudou a conformar essa modernidade, que a ditadura militar acreditou representar ao se reivindicar como capaz de reposicionar o Brasil no continente.

2.4. Sete Quedas como símbolo nacional

Ao longo do século XX, algumas tentativas de transformar os Saltos em um símbolo brasileiro não lograram sucesso. Na década de 1960 os potenciais hidrelétrico e turístico dos Saltos ainda eram apresentados aos leitores do jornal paulista. Apesar de terem sido imaginados como parte de um grande parque, os Saltos ainda não integravam o imaginário nacional. O conflito com o Paraguai colocou os Saltos em evidência, *OESP* passou, então, a representá-los como um símbolo. Para o jornal, não havia dúvidas: as Sete Quedas se localizavam em território brasileiro e representavam, junto com as cataratas do Iguaçu, “maravilhas” capazes de “tornar o brasileiro mais brasileiro” ao visitá-las.²³⁵

No final do século XIX, podem ser localizadas as primeiras tentativas de inserir os Saltos de Sete Quedas no imaginário nacional. Em 1876, o abolicionista e engenheiro André Rebouças (1838-1898) escreveu uma série de notas e comentários ao folheto que o capitão Nestor Borba publicava em Curitiba com o relato de sua viagem às Sete Quedas. Em seus comentários, Rebouças as comparava às quedas do Niágara, na cabeceira do rio Yellowstone nos Estados Unidos da América. A região acabava de ser demarcada pelo Congresso norte-americano para a instalação de um grande Parque Nacional. O engenheiro previu a utilização do parque para celebrações nacionais:

²³⁵ As Cataratas do Iguaçu constituem outro conjunto de cachoeiras, localizadas no Rio Iguaçu. O imponente conjunto chamava mais atenção, por sua beleza natural, do que os Saltos de Sete Quedas pois a cheia não encobria suas quedas como acontecia com o conjunto do Rio Paraná. Por se localizarem ambos no oeste paranaense, os Saltos e as Cataratas, eram comumente confundidos. A fronteira entre o Brasil e a Argentina passa pelas cataratas, que se encontram próximas da Tríplice Fronteira (junto com o Paraguai).

Hoje é de rigor na alta sociedade dos Estados Unidos, passar o dia da independência, o 4 de Julho, contemplando o Niágara; quando estiver terminado o segundo caminho de ferro interoceânico, os patriotas irão celebrar o grande dia nacional entre as maravilhas naturais de Yellowstone!²³⁶

O engenheiro baiano propôs, então, um parque nos mesmos moldes do que estava sendo construído na América do Norte. Seria possível, assim, na região dos Saltos “fazer excelente obra nacional reservando para uso público uma das suas maravilhas”.²³⁷ A utilização das belezas naturais como símbolo e a sua ritualização nas datas nacionais sintetizavam o projeto nacionalista de Rebouças para os Saltos, recuperado por outros autores no início do século XX:

A nação positiva, por excelência, a grande República norte-americana, considerou que fazia essa excelente obra nacional, reservando para uso público uma das maravilhas, que o Criador concedeu à essa região prodigiosa, certamente predestinada a ser sede de uma raça gigantesca. [...]. É evidentemente necessário pôr em relevo, cercar das maiores comodidades possíveis, todos os prodígios naturais que ele encerra; quer eles se chamem Niágara, quer Salto Guairá.²³⁸

Ao tratar dos Saltos, a folha da família Mesquita não recuperou o mesmo projeto. Um dos primeiros relatos turísticos do jornal *OESP* em que os Saltos de Sete Quedas são citados pode ser encontrado em 1934. Naquele ano, o Itamaraty nomeou o Touring Club como órgão oficial para o fomento do turismo na América do Sul. O jornal paulista promoveu o seu passeio até a fronteira com o Paraguai, onde se encontravam os Saltos, com uma “interessante” descrição:

Guaíra é uma cidade que faz marcadíssimo contraste com o sertão desabitado, mas fecundo, que a cerca. Bastante da, bem ordenada e limpa, proporciona aos viajantes todos os confortos da civilização, tudo graças à Cia. Mate Laranjeiras, sua proprietária. Povoada em grande parte por paraguaios, ostenta, de mistura com casas de tipo colonial, grandes e modernos bangalôs de madeira, no tipo americano. É uma cidade onde impera a mais rigorosa lei seca, mas onde quase toda a população não fala o inglês e sim o guarani. Chegados a Guaíra os

²³⁶ BORBA, Nestor; REBOUÇAS, André P. *Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1897. p.39.

²³⁷ Entre eles, o poeta simbolista Manuel Azevedo de Silveira Netto (1872-1942) em *Do Guairá aos Saltos do Iguassú* recuperou o projeto de Rebouças. SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo de. *Do Guairá aos Saltos do Iguassú*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939. p.164.

²³⁸ BORBA, Nestor; REBOUÇAS, André P. *Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1897. p.46-47.

excursionistas visitarão o Salto das Sete Quedas, que já não corresponde ao nome, pois em vez de sete quedas conta para mais de dezessete, podendo a maioria delas ser visitada de perto.²³⁹

Em seu comentário sobre a viagem, as principais qualidades que os jornalistas atribuíram a ela eram: a de ser uma “excursão interessante”, e a de um confortável passeio através das ferrovias e vapores dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Os liberais paulistas, que valorizavam o progresso mecânico e tecnológico, saudavam a modernização da região. O paraguaio foi descrito como um exótico estrangeiro que habitava a cidade brasileira. Para *OESP*, a “civilização” chegou à Guaíra “graças à Cia. Mate Laranjeiras”, ou seja, à “iniciativa particular”.

Na década de 1960, já durante o conflito envolvendo os dois países fronteiriços, o espaço dedicado ao turismo no jornal se havia transformado. Esse espaço passou de pequenos relatos de viagens, patrocinados pelos clubes de turismo, a páginas inteiras dedicadas a um destino. A cidade de Guaíra e as Sete Quedas tiveram mais uma vez espaço na página publicada às sextas-feiras, no caderno principal. Em uma série de duas reportagens intitulada “Rumo ao Iguaçu”, publicadas em abril de 1965, *OESP* questionou o potencial turístico das Sete Quedas e reforçou o das Cataratas do Iguaçu: “Chegar-se ao Iguaçu e contemplar as Cataratas, é esquecer todos os transtornos da viagem, todos os problemas surgidos, a placidez do rio navegado que parecia não ter fim, e até a beleza das Sete Quedas, em Guaíra”.²⁴⁰

Na segunda reportagem, os aspectos negativos de Guaíra e das Sete Quedas foram reforçados, diminuindo o seu potencial turístico. A infraestrutura da cidade foi o primeiro aspecto levantado, em contraste com Foz do Iguaçu, que já possuía hotéis de luxo apresentados pelo jornal. O “progresso” parecia ter se afastado da cidade de Guaíra, que o próprio *OESP* descrevera na década de 1930 como uma ilha “ordenada e limpa” do noroeste paranaense. A “emoção” e o “interesse”

²³⁹ Uma excursão interessante: De São Paulo às Sete Quedas e ao Iguassú. *O Estado de São Paulo*. 04 abr. 1934. p.6.

²⁴⁰ Rumo ao Iguaçu-1 Na garganta do diabo também há céu. *O Estado de São Paulo*. 02 abr. 1965. p.19.

também contrastavam com a reportagem anterior. *OESP* se esforçava em transformar as Cataratas do Iguaçu em símbolo em detrimento dos Saltos, que deveriam ter outro destino no imaginário nacional:

Por estranho que pareça, Guaíra é uma cidade sem características de cidade. Não há um centro, uma praça principal. Dá mais ideia de um cenário de “far-west”, onde se espera a cada momento, a chegada da diligência. Casas espalhadas aqui e acolá, ruas sem um traçado previamente elaborado. Nada ali chama atenção, nada desperta o interesse. Meia dúzia de hotéis, alguns péssimos, outros razoáveis, um comércio fraquíssimo, ruas sem calçamentos, eis tudo. Charretes e veículos tipo jipe, são os meios de transporte que resistem às vias públicas em estado precário. Os preços de hospedagem e refeições são bastante razoáveis, não se notando na população a preocupação, sequer, de explorar o turista [...]. Por outro lado, o maior inimigo de Guaíra são as Cataratas do Iguaçu. [...] Ver Guaíra, atualmente, não desperta a mínima emoção.²⁴¹

A reportagem fez questão de afirmar que o parque ao redor dos Saltos pertencia ao Ministério de Minas e Energia, sugerindo o aproveitamento energético das quedas ao leitor.

Em junho de 1966, dois dias após a assinatura da Ata do Iguaçu, *OESP* publicou o seu primeiro suplemento de turismo com uma série de cinco reportagens sobre as belezas naturais na fronteira com o Paraguai. A primeira manchete indica o lugar do Paraguai e dos Saltos na identidade brasileira: “Viagem ao Paraguai faz brasileiro mais brasileiro: no roteiro São Paulo-Assunção as maravilhas estão do lado de cá da fronteira”.²⁴² A foto que acompanhou a capa não era de Sete Quedas, mas sim das imponentes Cataratas do Iguaçu, na fronteira com a Argentina. Na apresentação da série, o jornal já marca fronteiras entre o Brasil e o Paraguai:

Dois roteiros que poderiam se fechar em circuito, proporcionando uma excursão ideal a brasileiros do sul e do norte, e aos vizinhos povos latinos, apresentamos na série de reportagens que aqui iniciamos, para levar o turista amante do belo em toda a sua plenitude, às fabulosas Sete Quedas, e incomparáveis cataratas do Iguaçu, com prolongamento da viagem até a capital do Paraguai e algumas cidades pitorescas daquele

²⁴¹ Rumo ao Iguaçu- 2 Guaíra: Somente uma queda no lugar das sete. *O Estado de São Paulo*. 09 abr.1965. p.20.

²⁴² Viagem ao Paraguai faz brasileiro mais brasileiro. *O Estado de São Paulo*. 24 jun.1966. p.32.

país.²⁴³

O suplemento continuou sendo publicado às sextas-feiras. O destaque do segundo número do suplemento foram os Saltos. Em sua capa, havia a menção indireta ao projeto hidrelétrico: “Vá ver os Saltos de Sete Quedas antes que acabe”.²⁴⁴ A foto de uma ponte de cordas sobre um dos Saltos foi publicada ao lado de um símbolo da identidade regional paulista, o Mausoléu do Soldado de 1932.²⁴⁵

Diferentemente da folha de turismo do ano anterior, os Saltos do suplemento de 1966 possuíam “fabuloso” potencial turístico, “condicionado à beleza cênica e paisagística”. O interesse em promover os Saltos no roteiro havia mudado após a assinatura do convênio com o Paraguai, embora a opção pelo potencial elétrico continuasse clara. As Sete Quedas representavam o “progresso” e, assim, o projeto de um Parque Nacional ficaria reservado a outro conjunto de cachoeiras.

²⁴³ Iguaçu, o espetáculo paga a viagem. *O Estado de São Paulo*. 24 jun.1966. p.34.

²⁴⁴ Vá ver os Saltos de Sete Quedas antes que acabe. *O Estado de São Paulo*. 01 jul.1966. p.29.

²⁴⁵ *OESP* reinterpretava, assim, um dos mitos políticos que constituíam a identidade paulista: o movimento constitucionista de 1932 do qual Júlio de Mesquita Filho foi uma de suas lideranças e do qual o jornal se colocou como porta voz. Cf. CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.40-51.

Figura 2.4: Suplemento de Turismo Nº1, *O Estado de São Paulo* de 24 de junho de 1966

turismo

SUPLEMENTO DO "ESTADÃO" Nº 1 24.6.1966

Viagem ao Paraguai faz brasileiro mais brasileiro

No roteiro
São Paulo-Assunção
as maravilhas
estão do lado
de cá da fronteira.

Iguaçu dá "show"
de cataratas

Páginas 3 e 4

assim, o tempo

Outono, São Paulo e Rio
De hoje passando para amanhã
hoje, sem condições e permanen-
ter amanhã no sábado, podendo
evoluir novamente no domingo.
Temperatura em graus Celsius.

Paulistano vê estrelas no domingo

*As 16, 18 e 20 horas,
aos domingos e
sábados, o Planetário
recebe 374 pessoas.*

*As sessões não são
corridas, portanto
não chegue atrasado.
Entrada grátis. Pág. 6.*

**Bola leva à Inglaterra
um milhão de turistas**

Página 5

quanto vale hoje

• General	70,00
• Libra	6.200,00
• Marco	555,00
• Franco	454,50
• Lira	3,37
• Escudo	70,00
• Pote argentino	5,27
• Pote uruguaio	35,00

e o dólar: 2.220

Fonte: Acervo Estadão²⁴⁶

Imaginados como símbolos nacionais da beleza natural, os Saltos de Sete Quedas encarnavam a modernidade econômica e tecnológica que fazia parte do projeto político de *OESP*. Durante o caso dos Saltos, o jornal representante das elites agrárias e industriais de São Paulo legitimou a ditadura militar, construiu seus símbolos e reinterpreto a identidade nacional ao olhar para uma outra nação, o Paraguai. Para os representantes do jornal, o governo militar era capaz de conduzir o seu projeto político e recuperar “democraticamente” a nação brasileira.

²⁴⁶ ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

Entre 1963 e 1966, o posicionamento do jornal em relação ao caso dos Saltos passou por mudanças. Durante o governo João Goulart, *OESP* utilizou o projeto da hidrelétrica na campanha de desestabilização política do então presidente. Naquele momento, quando Goulart apresentava a Usina de Sete Quedas como um símbolo do sucesso de sua administração, o acordo com o Paraguai foi criticado. Após a ditadura militar se instalar, em 1964, o periódico paulista passou a defender a futura hidrelétrica como um símbolo do regime que havia ajudado a instaurar. Ainda assim, ignorou os protestos paraguaios, que considerava uma “teimosia”. Em 1966, o diário já estava afastado politicamente do governo Castelo Branco, contudo, sem deixar de apoiar a condução do caso pelo Itamaraty e o acordo com o país vizinho.

Apesar do esforço brasileiro e do apoio incontestável do jornal *OESP*, pode-se dizer que os paraguaios saíram vitoriosos. O projeto inicial que visava à construção da hidrelétrica não previa a participação do país vizinho, ou seja, ignorava a soberania paraguaia sobre os Saltos. Após o caso, o Estado brasileiro “cedeu” metade do potencial elétrico ao Paraguai em razão das reivindicações da população e do governo de Stroessner. Estabeleceu-se a base para a futura construção de uma usina hidrelétrica — com condomínio de 50% da energia produzida para cada um dos países —, aliviando a tensão que o conflito causava, ainda que temporariamente.

Figura 2.5: Os Saltos de Sete Quedas em dezembro de 1978

Fonte: World Waterfall Database²⁴⁷

²⁴⁷ WORLD WATERFALL DATABASE. Disponível em <
<http://www.worldwaterfalldatabase.com/> > Acesso em: junho de 2016.

CAPÍTULO III - LA TRIBUNA E A MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DOS SALTOS DO GUAIRÁ: SÍMBOLOS, MITOS E USOS DO PASSADO

Neste capítulo, analiso como o jornal paraguaio *La Tribuna*, ao recuperar imagens do Brasil e do Paraguai, reforçou e reconfigurou a identidade nacional durante a cobertura do conflito diplomático provocado pelo litígio fronteiriço na região dos Saltos do Guairá, entre 1963 e 1966. Como vimos, a contenda ocorreu quando a ditadura de Stroessner ainda se consolidava. Assim, a imagem do vizinho “agressor”, contribuiu para a reinterpretação da própria nacionalidade, já que a mobilização em defesa dos direitos sobre a energia elétrica que seria produzida permitiu delinear uma determinada identidade paraguaia, o que fortaleceu o próprio regime. Por isso, ao reforçar o mito da unidade nacional o projeto do jornal *La Tribuna* coincidiu com o projeto da ditadura.

3.1. Paraguai e Brasil a caminho da “compreensão” (1963-1964)

3.1.1. As primeiras notas trocadas

No ano de 1963, o caso dos Saltos do Guairá passou a ocupar as páginas da imprensa paraguaia. Em junho, o jornal *La Tribuna* publicou pela primeira vez as notas trocadas entre as chancelarias do Paraguai e do Brasil no ano anterior, quando o Brasil anunciou o projeto unilateralmente. A cobertura, entretanto, respeitou os limites impostos ao jornal pela ditadura evitando publicar editoriais que tratassem do problema fronteiriço. No início do ano, Stroessner foi “reeleito” presidente do país na primeira eleição do regime que contou com uma oposição “tolerada”. Era um momento em que a ditadura ainda se consolidava, logo o controle da imprensa foi fundamental para garantir a legitimidade do processo de “liberalização” ou a possibilidade de uma “oposição” muito moderada ao regime. Ao cobrir o caso dos Saltos, *La Tribuna* destacou os esforços do governo em buscar

o diálogo e um acordo com o Brasil, abrandando, assim, a sua crítica à ditadura, garantindo a existência do jornal.

No mês de janeiro, enquanto a imprensa brasileira destacava a volta do presidencialismo e a apresentação do projeto da hidrelétrica de Sete Quedas, *La Tribuna* voltava as suas atenções para a “eleição” presidencial que legitimaria o general Alfredo Stroessner por mais um período no poder (1963-1968). O processo fazia parte da “liberalização” anunciada no ano anterior com um convite aos partidos políticos da oposição que se encontravam no exílio. Atendia também às pressões externas que o governo de Stroessner vinha sofrendo.²⁴⁸ Stroessner garantiu um aparente respeito às instituições democráticas, enquanto os princípios liberais e os direitos democráticos continuaram sendo constantemente violados pelo regime.²⁴⁹

Contudo, apenas um pequeno grupo de “opositores” liberais, liderados pelos irmãos Carlos e Fernando Levi Ruffinelli, retornou ao Paraguai para conseguir o reconhecimento do regime. Conhecidos como renovacionistas, o grupo dos irmãos Levi Ruffinelli concorreu às eleições presidenciais com o candidato Ernesto Gavilán.²⁵⁰ Como se esperava, Gavilán foi derrotado, porém a sua participação na eleição de “fachada” rendeu-lhe uma indicação para embaixador na Inglaterra.²⁵¹ Com isso, Stroessner respondia às críticas ao seu governo, na intenção de mostrar a existência de um “pluralismo”, como vimos, restritivo e controlado de perto pelo ditador.

Nos meses que antecederam à eleição, no entanto, o jornal *La Tribuna* pouco mencionou a existência dos renovacionistas, concentrando a sua atenção nos

²⁴⁸ LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.182-189.

²⁴⁹ MORA, Frank O; COONEY, Jerry W. *Paraguay and the United States: distant allies*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2007.p.166.

²⁵⁰ COLMÁN GUTIERREZ, Andrés. *La oposición tolerada y la perseguida*. Asunción: El Lector, 2014. p.44-58.

²⁵¹ Segundo Lorena Soler: “Desde 1963, los rituales electorales de partido único fueron sustituidos por las elecciones semicompetitivas o por un sistema de pluralismo restringido, para lo cual fueron legalizándose lentamente algunos partidos o facciones de ellos, necesarios en el horizonte de la Asamblea Constituyente de 1967”. SOLER, Lorena. *Paraguay: la larga invención del golpe*. Asunción: Arandurã, 2014. p.115.

comícios colorados que seguiam Stroessner por todo o país.²⁵² O silêncio do jornal paraguaio em relação à “oposição” comandada pelos irmãos Levi Ruffinelli nos indica a dimensão da autocensura naquela redação, comprometida com a sua própria sobrevivência como empresa. Por outro lado, indica a falta de confiança na propalada “liberalização” da ditadura com o seu “pluralismo” controlado e restrito. O diário de Arturo Schaerer não ecoou as denúncias de fraude eleitoral feitas pela oposição e que ocupavam as páginas dos jornais internacionais do período.²⁵³

Os limites da crítica ao governo estavam bem claros no início de 1963. A oposição paraguaia, no entanto, não se restringia aos exilados políticos e à pequena facção liberal tolerada por Stroessner. Velhos políticos liberais voltaram a se organizar clandestinamente no Paraguai e a publicar o semanário *El Enano*.²⁵⁴

Após as eleições, quando os liberais, até então perseguidos pela ditadura, se concentraram em deslegitimar e desmoralizar a facção dos irmãos Levi Ruffinelli, o semanário recuperou uma edição da revista da embaixada brasileira em Assunção que anunciava o projeto da usina hidrelétrica de Sete Quedas. Começava, então, a campanha do Partido Liberal pela defesa da soberania paraguaia sobre os Saltos do Guairá.

Na primeira nota sobre o caso, *El Enano* já condenava o governo de Stroessner: “Traição à pátria, se confirma a cessão do Salto do Guairá”. Comentando a matéria brasileira, o semanário denunciava o alinhamento da ditadura paraguaia aos interesses brasileiros e mobilizava seus correligionários a partir da defesa das possibilidades econômicas dos Saltos para o Paraguai. Reinterpretava o complexo de cachoeiras como um símbolo do futuro desenvolvimento nacional:

²⁵² Cf. El General Stroessner dió a conocer su plan de gobierno para ejercicio 1963/1968. *La Tribuna* 15 dez. 1962. p.5. Ver também: El coloradismo guaireño ratificó su fe en Stroessner. *La Tribuna* 13 jan. 1963. p.5.

²⁵³ Grave denúncia da oposição contra o governo paraguaio. *O Estado de São Paulo*. 17 fev. 1963. p.2.

²⁵⁴ Os órgãos de repressão, liderados pelo ministro do Interior Edgar Ynsfrán, cortaram a energia da gráfica onde o semanário era impresso diversas vezes. O jornal liberal denunciava as constantes violações de direitos humanos cometidas pela ditadura. Cf. LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.187.

Na calada da noite, assim, nos despojam uma porção sagrada do território da pátria e de uma das maiores possibilidades de recuperação da nossa desfalecente economia, os mesmos que fazem tanto alarde da confraternidade americana e do amor ao nosso país [...]. Na ordem nacional, os responsáveis por esse despojo criminal merecem o qualificativo já dito na mencionada declaração do Diretório do Partido: INFAMES TRAIDORES DA PÁTRIA!²⁵⁵

A partir dessa edição, *El Enano* passou a publicar em todas as suas edições ao menos uma charge reivindicando a soberania paraguaia sobre os Saltos e criticando a chancelaria colorada. O semanário, no entanto, possuía uma circulação restrita. Desse modo, alguns meses depois a polêmica em torno dos Saltos passou a ocupar as páginas dos grandes jornais de Assunção.

Em junho, porém, *La Tribuna* publicou integralmente as notas trocadas entre as chancelarias brasileira e paraguaia desde o ano anterior. Em 1962, o embaixador paraguaio no Rio de Janeiro havia tomado conhecimento do projeto unilateral da usina hidrelétrica ao ler uma breve notícia no diário carioca *Jornal do Brasil*.²⁵⁶

A publicação correspondia à resposta do chanceler paraguaio, Raúl Sapena Pastor, ao pedido de informe feito pela Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara de Representantes sobre questão da fronteira Paraguai-Brasil na região dos Saltos. Além das notas trocadas, a resposta do chanceler continha um histórico dos tratados de fronteiras que buscava auxiliar a compreensão dos deputados paraguaios e dos leitores do jornal fariam sobre a interpretação oficial. Dividida em quatro edições, o “Informe do Poder Executivo sobre os Saltos do Guairá” foi precedido de uma pequena nota do *La Tribuna*:

O “informe” do Poder Executivo transformou-se no parecer da Comissão de Relações Exteriores e Culto da H. Câmara de Representantes depois de um debate entre as bancadas coloradas e liberal, sendo esta a que insistiu para que se considerasse a questão visando à apresentação ou não do pertinente projeto de resolução ou de

²⁵⁵ “Se nos despoja así, entre gallos y medianoche, de una porción sagrada del territorio de la patria y de una de las más grandes posibilidades de recuperación de nuestra desfaleciente economía, por los mismos que tanto alarde hacen de confraternidad americana y de amor a nuestro país [...]. El calificativo que éste criminal despojo merece para sus responsables en el orden nacional ya está dicho en la mencionada declaración del Directorio del Partido: ¡INFAMES TRAIDORES A LA PATRIA!” Cf. Traición a la Patria. *El Enano* 24 fev. 1963. p.1. (tradução nossa)

²⁵⁶ Respuesta del Ministerio de Relaciones al Pedido de Informe Sobre Salto del Guairá. *La Tribuna*. 25 jun. 1963. p.4.

declaração; a maioria sustentou, a princípio, que o documento deveria ser arquivado. Em consequência, o “Informe do P.E. sobre os Saltos do Guairá” deverá ser considerado pelo Alto Corpo Legislativo em seu devido momento, pesando a sugestão de urgência do parecer feito pela minoria na Comissão de Relações Exteriores e Culto.²⁵⁷

Nos meses que antecederam a “reeleição” de Stroessner, os liberais renovacionistas foram pouco citados pelo *La Tribuna*. Quando o caso dos Saltos já mobilizava parte da oposição não-reconhecida pelo regime, o jornal paraguaio destacou que a atuação desses liberais na Câmara foi decisiva para a sua consideração e consequentemente a sua publicação. O periódico passou a considerar o projeto brasileiro e os protestos pela soberania paraguaia, ainda que tenha se limitado a reproduzir o comunicado do chanceler e a legitimar o espaço institucional cedido a um pequeno grupo de liberais no interior do regime. Apesar dessas limitações o informe, publicado em quatro edições, detalhou a reivindicação da soberania paraguaia e ofereceu elementos para a mobilização nacionalista que começava a ser debatida em Assunção.

O modo como o Estado paraguaio tomou conhecimento do projeto brasileiro, de construção da Usina Hidrelétrica de Sete Quedas, sinaliza um profundo desrespeito do Brasil à soberania paraguaia.²⁵⁸ Dessa forma, o informe do chanceler destacou que os limites entre os dois países não estavam totalmente demarcados, o que inviabilizava uma discussão sobre o aproveitamento dos recursos hidráulicos dos Saltos. Os trabalhos da Comissão Mista Paraguaio-

²⁵⁷ “El “informe” del Poder Ejecutivo se giró a dictamen de la Comisión de Relaciones Exteriores y Culto de la H. Cámara de Representantes, tras un intercambio de pareceres entre las bancadas coloradas y liberal, siendo esta la que insistió para que se considerase la cuestión con miras a presentarse o no el pertinente proyecto de resolución o de declaración; mientras que la mayoría sostuvo, en principio, que debía ser archivado. En consecuencia el “Informe del P.E. sobre el Salto del Guairá”, deberá ser considerado por el Alto Cuerpo Legislativo, en su oportunidad, pese a que la minoría sugirió el urgimiento del dictamen de la Comisión de RR. EE. Y Culto.” Respuesta del Ministerio de Relaciones al Pedido de Informe Sobre Salto del Guairá. *La Tribuna*. 25 jun.1963. p.4. (tradução nossa)

²⁵⁸ “Con la Nota M.R.P. N° 18 del 13 de febrero de 1962 el Embajador D. Raúl Peña, acreditado ante el gobierno de los EE.UU. del Brasil, remitió a la Cancillería Nacional un recorte del diario “O Jornal do Brasil”, de la misma fecha en que bajo el título “Ministro das Minas nomeia Ferraz para saber como vai aproveitar Sete Quedas” se informaba que el Ministro de Minas y Energía Gabriel Passos, autorizado por el Consejo de Ministros, había contratado los servicios del Ing. Marcondes Ferraz para confeccionar un relatorio preliminar sobre el aprovechamiento integral de “Sete Quedas” en el Rio Paraná”. Respuesta del Ministerio de Relaciones al Pedido de Informe Sobre Salto del Guairá. *La Tribuna*. 25 jun.1963. p.4.

Brasileira de Demarcação e Caracterização de Fronteira não estavam concluídos, pois se concentravam, ainda, na área entre a cordilheira do Maracaju, onde o último marco de fronteira estava instalado, e os Saltos do Guairá.

Segundo o chanceler paraguaio, a elaboração de uma precisa carta topográfica era o motivo da não conclusão dos trabalhos. Os delegados de limites não chegavam a um consenso em relação ao cume da serra do Maracaju, onde a linha divisória deveria passar, como caracterizava o Tratado de Limites de 1872. De acordo com o informe, os trabalhos da Comissão Mista se encontravam dentro do que havia sido programado em suas últimas reuniões e, em breve, os limites estariam demarcados.²⁵⁹

Nas notas enviadas ao chanceler brasileiro Affonso Arinos de Melo Franco (1930), a interpretação paraguaia ficava clara: a discussão sobre fronteiras não girava em torno de “uma simples intersecção de linhas”. A chancelaria paraguaia, nas notas de 1962, já formulava a tese do domínio compartilhado: “é uma imensa região aquática da qual são ribeirinhas a República do Paraguai e a República do Brasil, que por consequência têm direitos de domínio nacional ou soberania fluvial na forma que deverá ser delimitada oportunamente”. Em resposta, Melo Franco sustentou a posição do Itamaraty:

Quanto ao aproveitamento do Salto das Sete Quedas, situado integralmente em território do Brasil, desejo informar Vossa Excelência de que o Governo brasileiro estará disposto a examinar oportunamente a possibilidade de participar a República do Paraguai da utilização dos recursos energéticos e quaisquer outros a explorarem – se no referido Salto, se em tal sentido for solicitados pelas autoridades paraguaias.²⁶⁰

A publicação das notas brasileiras ecoou na imprensa escrita paraguaia, que já mobilizava a identidade nacional em torno à defesa dos direitos paraguaios sobre os Saltos. As afirmações do ex-chanceler brasileiro, de que os Saltos se situavam “integralmente em território do Brasil”, elevaram os ânimos nas pequenas redações

²⁵⁹ Respuesta del Ministerio de Relaciones al Pedido de Informe Sobre Salto del Guairá. *La Tribuna*. 25 jun. 1963. p.4.

²⁶⁰ Respuesta del Ministerio de Relaciones al Pedido de Informe Sobre Salto del Guairá. *La Tribuna*. 28 jun. 1963. p.4.

paraguaias²⁶¹, ao passo que, diferentemente da pequena imprensa oposicionista, *La Tribuna* se limitou a reproduzir as notas distribuídas pela chancelaria.

A oposição, então, acusava a chancelaria colorada de “traidora” e “antinacional” justamente por não defender a soberania paraguaia sobre os Saltos. Além de não ecoar as acusações liberais, o grande jornal de Assunção limitava a sua cobertura aos posicionamentos oficiais, construiu, assim, a imagem de que o governo não estava passivo frente às pretensões brasileiras. Em suma, *La Tribuna* atendia ao que Stroessner impunha, distanciava-se do Partido Liberal, ao qual devia sua origem, mas garantia a própria existência.

Em agosto daquele ano, o jornal paraguaio passou a anunciar que o governo brasileiro preparava uma missão diplomática para visitar o Paraguai. No final do mês, o periódico já sabia que o líder da missão brasileira seria o ministro de Minas e Energia Oliveira Brito (PTB).²⁶²

O governo de João Goulart passou a olhar a reivindicação paraguaia com cuidado. Ao enviar um ministro, acompanhado de importantes técnicos do setor de energia, o presidente brasileiro acenava para o governo paraguaio com a possibilidade de um entendimento conjunto sobre o aproveitamento hidrelétrico dos Saltos. Entre o final de agosto e início de setembro, *La Tribuna* passou a noticiar os passos da missão liderada por Oliveira Brito. A cobertura da passagem da comitiva brasileira servia aos propósitos de Stroessner que, através da imprensa, construía a imagem de um presidente preocupado em solucionar os problemas nacionais.²⁶³

Após o encontro entre o ministro brasileiro e Stroessner, *La Tribuna* destacou uma fala do general paraguaio, na qual a tese do domínio compartilhado foi explicitada: “o desejo é que a energia hidrelétrica dos Saltos seja utilizada para benefício de ambos os povos, em conformidade aos preceitos jurídicos e às normas internacionais”.²⁶⁴

²⁶¹ Preguntas Indiscretas. *El Enano* 07 jul.1963. p.1.

²⁶² Importante Misión Brasileña. *La Tribuna*. 27 ago.1963. p.5.

²⁶³ El Huésped Oficial del Gobierno el Ministro Brasileño de Minas. *La Tribuna*. 03 set.1963. p.3.

²⁶⁴ Entrevistó al primer magistrado el ministro de Minas brasileño. *La Tribuna* 04 set.1963. p.3.

Algumas declarações do ministro brasileiro sobre a missão também foram destacadas pelo jornal. Segundo Oliveira Brito, os entendimentos obtidos entre a comitiva brasileira e os funcionários paraguaios, “se encaminhavam pelas vias de uma exemplar compreensão”. O periódico fez questão de sublinhar as positivas previsões que o brasileiro fez após o encontro com Stroessner: “expressou que carrega a certeza de que a questão do Salto do Guairá será solucionada contemplando por igual os legítimos interesses do Paraguai e do Brasil”.²⁶⁵

As declarações foram utilizadas como resposta às críticas, de parte da imprensa paraguaia, à condução do caso dos Saltos pela chancelaria colorada, pois as acusações de que o governo paraguaio entregava o potencial energético dos Saltos ao Brasil já eram recorrentes nos semanários da oposição. As palavras de Oliveira Brito demonstravam o esforço do governo em resolver a questão. *La Tribuna*, assim, evidenciou os limites de sua crítica.

O ano de 1963 marcou o início da cobertura do caso dos Saltos pelo *La Tribuna*. Assim como aconteceu com o jornal paulista *OESP*, a política interna contribuiu para delinear os contornos dessa cobertura. Enquanto no Brasil a crise política de João Goulart aguçava a campanha de desestabilização do presidente conduzida por distintos setores e particularmente pela imprensa, no Paraguai a consolidação da ditadura, através da “liberalização” do regime — e o seu “pluralismo” restritivo — limitava ainda mais a crítica do jornal de maior circulação no Paraguai. O caso dos Saltos surge nas páginas dos jornais entre esses dois contextos.²⁶⁶

A reunião entre os membros dos dois governos aprovou a realização de estudos em conjunto visando ao aproveitamento do potencial energético dos Saltos. Apontava, assim, para uma solução conjunta. Enquanto *OESP* não apoiava a aproximação entre os governos de Jango e Stroessner, o periódico paraguaio

²⁶⁵ Entrevistó al primer magistrado el ministro de Minas brasileño. *La Tribuna* 04 set.1963. p.3.

²⁶⁶ Segundo Andrew Nickson, a consolidação da ditadura de Stroessner vai de 1954, ano do golpe militar, até 1967 quando o regime deixa de ter oposições internas no Partido Colorado, obtém o controle da oposição “tolerada” e legitimou a sua política econômica com o sucesso dos investimentos públicos em obras de infraestrutura e de colonização da região leste do país. NICKSON, Andrew. El Régimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2011. p. 268.

legitimava e construía, em tons contrários aos da oposição, a imagem de um regime preocupado com as questões nacionais.

Em 1963, a imagem do Brasil também era construída com tonalidades distintas, se comparadas as perspectivas de *La Tribuna* e da pequena imprensa oposicionista, uma vez que a imagem do Brasil como um vizinho agressor, recuperada pelos pequenos semanários, não foi reforçada pelo diário de Arturo Schaerer. No ano seguinte, a aproximação entre os dois presidentes ficou ainda mais explícita. O interesse dos leitores paraguaios pelo caso dos Saltos aumentou, o que levou o *La Tribuna* a dedicar mais espaço ao tema em suas páginas.

3.1.2. O encontro entre Stroessner e Goulart

No Brasil, a crise política e econômica forçou o presidente João Goulart a apresentar rápidas respostas aos seus opositores em conspiração. Uma das respostas foi um encontro, que já vinha sendo preparado, com o presidente paraguaio Alfredo Stroessner, em janeiro de 1964. Com a reunião, os governos pretendiam avançar nas negociações da construção da Usina de Sete Quedas. No Paraguai, a imprensa oposicionista pressionava o regime ao mobilizar a identidade nacional em defesa dos Saltos e, assim, denunciava a postura conciliatória da chancelaria colorada. O jornal *La Tribuna*, durante os três primeiros meses do ano, aumentou a sua cobertura sobre o caso dos Saltos que se transformava em um tema nacional.

La Tribuna continuou a sustentar a imagem do Brasil e do Paraguai como duas nações em aproximação. Para isso, reforçou a sua suposta “independência” e “objetividade”. Já os pequenos semanários oposicionistas, entre eles *El Enano* e o católico *Comunidad*, intensificavam as críticas à chancelaria paraguaia e às pretensões brasileiras, dessa vez introduzindo um novo elemento: o anticomunismo. O interesse dos engenheiros soviéticos no projeto e a intensa crise política no Brasil levaram a oposição paraguaia a acusar Stroessner, um

reconhecido anticomunista, de estar “entregando” os Saltos aos comunistas.²⁶⁷ Nessa interpretação os liberais paraguaios debatiam dentro dos marcos da Doutrina de Segurança Nacional: João Goulart seria um agente do principal inimigo da nação.²⁶⁸

A campanha de defesa da soberania paraguaia sobre os Saltos começava a se transformar em uma mobilização nacionalista e o inimigo nacional ficava mais claro. A imprensa argentina ecoava os protestos da oposição paraguaia, pressionando os governos paraguaio e brasileiro a apresentarem soluções que não contrariassem também os seus interesses.²⁶⁹

No início de janeiro, então, *La Tribuna* publicou a notícia de que o ministro Oliveira Brito novamente visitaria o Paraguai para tratar da usina hidrelétrica. Em seu comunicado o ministro contornou o tema dos engenheiros soviéticos, afirmando: “por não existir, ainda, um projeto concreto, são prematuros os compromissos de financiamento da obra, seja com o governo da União Soviética ou com o de qualquer outro país”. A pequena nota sinaliza a dimensão que o tema começava a tomar no Paraguai. O periódico não alimentava a mobilização que a oposição construía, provavelmente para não tensionar ainda mais a relação entre os governos que buscavam um acordo e, assim, se indispor com a ditadura de Stroessner.²⁷⁰

La Tribuna veiculava a imagem de duas nações amigas enquanto a oposição recuperava a imagem do Brasil como país que sempre buscou conquistar os territórios paraguaios. Dois dias depois da nota do ministro, o jornal paraguaio publicou uma carta do general brasileiro Amaury Kruel para o presidente Stroessner. O militar brasileiro acabava de ser promovido ao comando do II exército do Brasil, sediado em São Paulo, e agradecia as felicitações enviadas pelo

²⁶⁷ La Dictadura aliada del comunismo. *El Enano*. 19 jan.1964. p.1.

²⁶⁸ YORE, Fátima M. *La Dominación Stronista: Orígenes y consolidación – ‘seguridad nacional’ y represión*. Asunción: Base-IS, 1992. p.157-174.

²⁶⁹ Publicado em dezembro de 1963, um artigo de *El Enano* teve repercussão na imprensa argentina. Foi publicado integralmente pelo jornal *La Prensa* (30.12.1963). O jornal *La Nación* também destacou a tese dos liberais paraguaios de que Brasil pretendia apoderar-se dos Saltos em um projeto unilateral. Saltos Del Guayra serán entregados al comunismo internacional?. *El Enano*. 29 dez.1963. p.1.

²⁷⁰ Brasil Informa sobre la futura obra en cataratas Sete Quedas. *La Tribuna*. 07 jan.1964. p.4.

general paraguaio.

Em sua carta a amizade e a afinidade política entre os dois militares foi reforçada: “continuo mantendo as mesmas ideias que Vossa Excelência tão bem conhece [...] procuramos sempre a colaboração dos povos amigos na defesa dos ideais cristãos”. A relação amistosa entre os dois militares, em um momento de tensão crescente entre os dois países, fortalecia a imagem das duas nações se aproximando. Krueel terminou sua carta desejando, “ao exército e ao valente povo paraguaio”, que o ano de 1964 fosse de grandes êxitos.²⁷¹

No dia 19 de janeiro, Stroessner e Goulart se encontraram na Fazenda Três Marias para discutir o aproveitamento dos Saltos do Guairá.²⁷² A propriedade no estado do Mato Grosso pertencia ao presidente brasileiro que se esforçava para demonstrar empenho pessoal para a solução do conflito. Até a reunião, a chancelaria paraguaia tratou do encontro em segredo, não distribuindo nenhum comunicado à imprensa, assim como fez o Itamaraty. No dia seguinte, *La Tribuna* publicou a notícia de que os dois presidentes debateram o assunto que mobilizava o Paraguai naquele início de ano:

Hoje, segunda-feira, seriam divulgados os aspectos mais importantes da reunião Stroessner-Goulart. A mesma, de acordo com fontes competentes, se desenvolveu em um ambiente de franca cordialidade, permitindo com que o aproveitamento integral do Salto fosse tratado com amplitude. O encontro Goulart-Stroessner durou cinco horas, em uma estância no território brasileiro. No primeiro tempo a entrevista foi entre ambos mandatários, acompanhando ao Dr. Goulart, o Gal. Amaury Krueel, chefe do II Corpo de Exército sediado em São Paulo.²⁷³

Os resultados do encontro avançaram em direção a um acordo. O Brasil

²⁷¹ Carta al Presidente de un Distinguido Jefe de Brasil - Reafirma su estima por el ejército y el valiente pueblo paraguayo. *La Tribuna*. 09 jan.1964. p.3.

²⁷² MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987. p.76.

²⁷³“Hoy lunes se darían a conocer los aspectos más resaltantes de la entrevista Stroessner-Goulart. La misma, de acuerdo a fuentes competentes, se desarrolló en un ambiente de franca cordialidad, dando lugar a que fuera tratado con amplitud el aprovechamiento integral del salto. El encuentro Goulart-Stroessner duró por espacio de unas cinco horas, en un establecimiento ganadero de territorio brasileño. En primer término la entrevista fue entre ambos mandatarios, acompañando al Dr. Goulart, el Gral. Amaury Krueel, jefe del II Cuerpo de Ejército con asiento en São Paulo”. Realizó se la Entrevista Stroessner-Goulart: En la Conferencia Trataron Problemas Relacionados con el Aprovechamiento del Salto del Guairá. *La Tribuna*. 20 jan.1964. p.3. (tradução nossa)

concordou em não mais afirmar que os Saltos eram brasileiros até a definição do problema fronteiriço. Os dois presidentes também decidiram pela divisão da energia elétrica eventualmente produzida, porém, os termos do acordo definitivo foram condicionados a uma comissão, composta por membros dos dois países, que estudaria o potencial hidrelétrico dos Saltos.²⁷⁴

Apesar de apresentar boas perspectivas para o Paraguai, o encontro definia apenas a comissão mista. A presença do general Amaury Kruel em uma primeira reunião, na qual apenas os dois mandatários participariam, indica o seu bom relacionamento com Stroessner e o seu papel de mediador. Na edição seguinte, o jornal *La Tribuna* apresentou, então, os resultados da reunião e os discursos dos presidentes:

A reunião, que se prolongou durante várias horas, foi extremamente cordial e em todo momento esteve animada pelos fraternos sentimentos de amizade que se vinculam aos dois povos e governos. [...]. O presidente Goulart ao término da cordial entrevista expressou: "que sua amistosa disposição para com o Paraguai representa o cumprimento de um dever e que um presidente do Brasil que atuasse em forma distinta não estaria interpretando os sentimentos verdadeiros do povo brasileiro".²⁷⁵

Após o encontro com Stroessner, Goulart assinalou que interpretava “os sentimentos verdadeiros do povo brasileiro” ao se mostrar “amistosamente disposto” a um acordo com o Paraguai. Continuava, assim, inserindo o projeto da hidrelétrica em sua narrativa e reinterpretando a identidade nacional, da qual se posicionava como representante, pois compreendia os anseios do “povo brasileiro”. Já Stroessner, em mensagem presidencial na abertura das sessões da Câmara de representantes, citou a declaração do presidente brasileiro como uma

²⁷⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987. p.76.

²⁷⁵ “La reunión, que se prolongó durante varias horas, fue sumamente cordial y en todo momento estuvo animada por los fraternos sentimientos de amistad q' vinculan a los dos pueblos y Gobiernos. [...].El Presidente Goulart al término de la cordial entrevista expresó: ‘que su amistosa disposición para el Paraguay representa el cumplimiento de un deber y que un Presidente del Brasil que obrara en forma distinta no estaría interpretando los verdaderos sentimientos del pueblo brasileño’” Acerca de la entrevista Stroessner-Goulart Expidió Ayer un Comunicado la Presidencia. *La Tribuna*. 21 jan.1964. p.3. (tradução nossa)

garantia de que o Estado brasileiro não desrespeitaria a soberania paraguaia. ²⁷⁶

Na segunda matéria sobre a reunião, o jornal veiculou em destaque, no alto da página, uma imagem do abraço cordial dos dois presidentes em trajes civis. ²⁷⁷ O jornal se aproximava da imagem que os próprios comunicados oficiais pretendiam consolidar: Stroessner conduzia o conflito de acordo com os interesses nacionais.

Figura 3.1: Encontro entre os presidentes João Goulart e Alfredo Stroessner. *La Tribuna* (21/01/1964).

Fonte: Digitalização realizada pelo autor

²⁷⁶ Actuación cumplida dentro del Programa de Política Exterior. *La Tribuna*. 06 abr.1964. p.6.

²⁷⁷ Acerca de la entrevista Stroessner-Goulart Expidió Ayer un Comunicado la Presidencia. *La Tribuna*. 21 jan.1964. p.3.

O periódico paraguaio não utilizou o encontro para tentar desestabilizar a ditadura de Stroessner, como fez *OESP* com Goulart. Os limites para a crítica em um órgão da importância do *La Tribuna* estavam bem claros. Até o início de 1964, o regime e o diário pareciam mais preocupados com a estabilidade e a legitimidade da ditadura. As teses nacionalistas que a oposição mobilizava naquele momento não ecoavam no diário, porém, aos poucos, foram incorporadas pelo jornal assim como pela ditadura de Stroessner.

3.1.3. *La Tribuna* em defesa contra o “agressor”

Após o encontro entre os dois presidentes, o tema dos Saltos do Guairá ganhou maior destaque na imprensa paraguaia. Os jornais do Paraguai imaginaram o desenvolvimento em torno da construção da futura hidrelétrica e, por isso, a defesa da soberania do país na região tornou-se a principal pauta nacional no início de 1964. Nesse sentido *La Tribuna* passou, ao longo do ano, a utilizar o passado para legitimar a imagem de um Paraguai “unido” contra um poderoso vizinho agressor. Seu primeiro editorial sobre a defesa dos Saltos é de fevereiro e foi publicado após uma série de trabalhos que buscaram no passado símbolos e mitos da identidade nacional para, assim, reinterpretá-los em defesa dos direitos paraguaios na região em litígio.

El Enano seguiu a sua campanha que denunciava o governo como “um regime entreguista”.²⁷⁸ O semanário católico *Comunidad* passou a publicar uma das mais importantes séries de artigos sobre os Saltos, organizada pelo historiador liberal Efraim Cardozo.²⁷⁹ O moderado *La Tribuna* publicou no início de fevereiro uma carta do empresário e jornalista Assis Chateaubriand, dos Diários Associados. No texto, os entendimentos obtidos no encontro entre os dois presidentes foram elogiados pelo jornalista que destacou a “compreensão” e a “cooperação” dos dois mandatários. Stroessner, inclusive, foi comparado a Rio Branco por seu “ideal pan-

²⁷⁸ Nacionalismo de Boquilla. *El Enano*. 06 fev.1964. p.1.

²⁷⁹ Donde están las altas cumbres del mbaracayú. *Comunidad*. 23-29 fev.1964. p.8-9.

americano”.²⁸⁰

Para Assis Chateaubriand, “a crise nacionalista no caso de Sete Quedas” fora controlada após a reunião. Os jornais paraguaios demonstram, no entanto, que a cobertura do caso dos Saltos foi ampliada após o Brasil acenar com o condomínio da energia elétrica da futura usina. Nessa cobertura, a interpretação paraguaia dos limites foi reforçada, portanto, a crise não parecia ter sido “controlada”. Os discursos oficiais passaram à ofensiva, demonstrando que o governo e a imprensa acreditavam ser possível chegar a um acordo definitivo ainda no governo Goulart. A cobertura do *La Tribuna* nos indica que, a partir de fevereiro de 1964, os principais jornais do país e o regime paraguaio adotaram parte das teses do Partido Liberal.²⁸¹

Entre os dias 17 e 19 de fevereiro, *La Tribuna* publicou uma série de trabalhos, assinadas pelo militar e historiador coronel de Estado-Maior Víctor Ayala Queirolo, tratando minuciosamente da interpretação paraguaia sobre o litígio fronteiriço.²⁸² Ayala Queirolo era membro da Academia Paraguaia de História e do comando militar - portanto, próximo a Stroessner que já havia expulsado seus opositores do interior das Forças Armadas.²⁸³ Não foi possível analisar a recepção dos artigos de Ayala Queirolo, porém, no auge da crise dos Saltos, em dezembro de 1965, o texto publicado no *La Tribuna* foi editado em um folheto.²⁸⁴

A primeira parte, intitulada “Os limites da República do Paraguai com o Brasil e o Salto do Guairá”, traçou o histórico da região fronteiriça que se encontrava em debate. O autor, logo no primeiro parágrafo, recuperou a identidade

²⁸⁰ Referencia Periodística Brasileña en torno a la Reunión Presidencial. *La Tribuna*. 01 fev.1964. p.4.

²⁸¹ Cf. CERVO, Amado L. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2001. p.218-219.

²⁸² Los Límites de la República del Paraguay con el Brasil y el Salto del Guairá. *La Tribuna*. 17 fev.1964. p.6.

²⁸³ LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.236.

²⁸⁴ AYALA QUEIROLO, Víctor. Los Límites de la República del Paraguay con el Brasil y el Salto del Guairá. In: *Revista del Ateneo Paraguayo*, Asunción, v. 2, n.3, p. 11-27, dez. 1965.

guarani e a América espanhola.²⁸⁵ Deixava claro, dessa forma, que o objetivo do trabalho era comprovar os direitos paraguaios sobre os Saltos por meio da narrativa nacional:

Um cacique guarani legou seu nome ao Salto do Guairá. Este se encontrava encravado no vasto território que pertencia à Coroa Espanhola, tendo por portos atlânticos Cananea e Santa Catarina e era parte integrante da Província Gigante das Índias, ou seja, o atual Paraguai, cuja capital era Nossa Senhora da Assunção.²⁸⁶

O autor acentuou que a região em torno aos Saltos se localizava dentro dos limites da antiga “Província do Paraguai e Guairá, como então passou a se chamar nossa atual pátria”. O Paraguai moderno se tornava, no discurso nacionalista, herdeiro dos guaranis e do Império Espanhol do século XVII; os Saltos eram parte dessa herança. Segundo Anthony D. Smith: subjetivamente, a localização da nação depende “de uma interpretação histórica étnica, que pressupõe a existência de elos entre as gerações de uma comunidade de história e de destino em determinados locais do planeta”.²⁸⁷ *La Tribuna*, ao publicar o trabalho de Ayala Queirolo, fortaleceu os elos entre as gerações em um momento em que a identidade paraguaia era mobilizada em defesa de direitos nacionais.

O conflito entre os guaranis e os espanhóis, além da violência colonial, no entanto, desapareceram na narrativa.²⁸⁸ Um aspecto da identidade nacional é justamente a supressão de confrontos e diferenças internas à nação, “a supressão

²⁸⁵ Referências sobre as relações entre indígenas e espanhóis na Província do Paraguai e no Vice-Reinado do Prata: VELÁZQUEZ, Rafael Eladio, “Indígenas y españoles en la formación social del pueblo paraguayo”. In: *Suplemento Antropológico*, Asunción, n.16, p. 29-67. 1981. Ver também: TELESKA, Ignacio. *Tras los Expulsos. Cambios demográficos y territoriales en el Paraguay después de la expulsión de los jesuitas*. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2009. ROMERO JENSEN, Carlos E. *El Guairá, Caída y Éxodo*. Asunción: FONDEC, 2009.

²⁸⁶ “Un Cacique guaraní, legó su nombre al Salto del Guairá. Este se halla enclavado en el vasto territorio que pertenecía a la Corona Española, teniendo por puertos Atlánticos a Cananea y Santa Catalina y era parte integrante de la Provincia Gigante de las Indias, es decir el actual Paraguay, con capital, Nuestra Señora de la Asunción”. Los Límites de la República del Paraguay con el Brasil y el Salto del Guairá. *La Tribuna*. 17 fev.1964. p.6. (tradução nossa)

²⁸⁷ SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p.93.

²⁸⁸ Cf. LAMBERT, Peter. El discurso nacionalista en el Paraguay: Desde lo disidente a lo hegemónico. In: CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas. *Paraguay: Investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia/Universidad de Montevideo, 2013.

forçada da diferença cultural”.²⁸⁹ Buscando construir uma homogeneidade cultural e política, o mito da unidade nacional começava a ser forjado na cobertura do caso dos Saltos pelo *La Tribuna*.²⁹⁰

Ayala Queirolo passou, então, a apresentar o conflito da segunda metade do século XX como continuidade ao expansionismo português: “o bandeirismo ofensivo”. Descreveu a violência da expedição de Antônio Raposo Tavares (1598-1648) que deixou “a florescente cristandade de Guairá mortalmente ferida”. De acordo com o artigo, o confronto do “paraguaio” era, já nos séculos XVII e XVIII, com o português que “sempre” garantia as suas pretensões na guerra ou na diplomacia.²⁹¹

O primeiro exemplo foi o Tratado de São Ildefonso, de 1777, em que, apesar das tropas espanholas terem conseguido importantes vitórias militares, as pretensões territoriais portuguesas foram garantidas. Sendo assim, o tratado foi apresentado como uma vitória da hábil diplomacia portuguesa.²⁹² Ayala, no entanto, reforçou que após os tratados do século XVIII os Saltos figuravam dentro das possessões espanholas.²⁹³ Simbolizada pelo bandeirante, a imagem do Brasil como uma nação “agressora” foi incorporada pelo *La Tribuna*, que ainda não havia publicado nenhum autor nacionalista abordando o caso dos Saltos.

No artigo, o expansionismo português se tornou uma lição “bem aprendida”

²⁸⁹ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p.60.

²⁹⁰ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁹¹ Importante ressaltar que o bandeirante é mais um símbolo paulista do que propriamente brasileiro. No entanto, durante o caso dos Saltos a imagem do brasileiro “bandeirante” foi recuperada pelo *La Tribuna* em outros dois textos do historiador Pastor Urbieta Rojas. Em “*La Provincia Gigante*”, publicado em dezembro de 1965, Urbieta recuperou a condenação do Tratado da Tríplice Aliança do argentino Juan Bautista Alberdi, que “denunciava as maquinações, primeiro de Portugal e depois do Brasil, de expansão até o Sul” (12-12-65). Já em “*La Penetración Portuguesa en el Río de la Plata*”, publicado em março de 1966, os bandeirantes foram caracterizados como “tenazes usurpadores das terras pertencentes à Espanha” (20-03-66). A imagem do “outro” invasor foi muito utilizada nas manifestações populares em defesa do Saltos nas ruas de Assunção. A palavra de ordem que se popularizou no país foi “Paraguay si, Bandeirantes no”.

²⁹² Sobre os conflitos entre hispanolusitanos e guaranis após os tratados de limites do século XVIII (1750 e 1777): QUARLERI, Lía. *Rebelión y Guerra en las fronteras del Plata. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

²⁹³ Assim como fez o jornal paulista *OESP*, Ayala Queirolo também citou a obra do argentino Ramón Cárcano para legitimar a sua caracterização da política expansionista portuguesa: “se perdiam na guerra, sempre ganhavam na diplomacia; se perdiam nesta, ameaçavam com os estragos da guerra”.

pelo Império: “logo, o Império do Brasil, herdeiro não só das possessões, mas também da política de Portugal, iniciou a sistemática penetração dentro do território pertencente à República do Paraguai”. O autor fez questão de ressaltar que os Saltos do Guairá, no entanto, não estavam em discussão no século XIX mesmo após o final da Guerra da Tríplice Aliança.

Na segunda parte do trabalho, intitulada “A Copropriedade dos Saltos do Guairá”, o autor recuperou os trabalhos dos comissários responsáveis pela demarcação dos limites estabelecidos no Tratado de 1872. A partir dos informes do comissário paraguaio, capitão Domingo Antonio Ortiz, Ayala indicou que a principal tensão entre o Império brasileiro e a República paraguaia ainda era a região entre os rios Apa e Branco. A comissão demarcatória serviu para garantir as pretensões territoriais do Império brasileiro, cujo exército ainda ocupava Assunção.²⁹⁴ O paraguaio Ortiz, homem da segunda metade do XIX, acabara por atuar em favor do Brasil.

No entanto, o capitão Ortiz teve a sua atuação, como comissário “patriota”, narrada pelo militar nacionalista no século XX. Ayala Queirolo destacou as tentativas de resistência do comissário paraguaio às pretensões territoriais apresentadas pelo comissário imperial. Ressaltou, também, a “traição” do governo paraguaio: “Pobre capitão Ortiz, seus afãs de patriota e o esforço continuado de dois anos de sacrifício terminaram arrasados pela incompreensão e falta de patriotismo de seus superiores. E assim se consumou outro despojo do território nacional”.²⁹⁵ A defesa do território significava, então, a diferença entre os patriotas e os não-patriotas, os “legionários”.²⁹⁶

Ayala Queirolo buscou, então, delimitar aquilo que distinguia a identidade paraguaia em relação ao Brasil. A narrativa da nação “comprovava” as pretensões

²⁹⁴ La Co-propriedad de los Saltos del Guairá. *La Tribuna* 18 fev.1964. p.6.

²⁹⁵ La Co-propriedad de los Saltos del Guairá. *La Tribuna* 18 fev.1964. p.6.

²⁹⁶ Os “legionários” eram os membros da “Legión Paraguaya” que lutaram ao lado da Tríplice Aliança durante a guerra. O nacionalismo transformou o termo em anátema, usada para qualificar o adversário político como antinacional. Claudio José Fuentes Armadans analisou como a ditadura de Stroessner se apropriou do vocábulo “legionário” para desqualificar seus adversários políticos, para isso utilizou também a sua imprensa, o diário *Patria* e o programa de rádio *La Voz Del Coloradismo*. FUENTES ARMADANS, Claudio José. *La Maldición del Legionario: Como se construyó un estigma político autoritario en el Paraguay*. Asunción: Tiempo de História, 2016. p. 143-169.

territoriais brasileiras, já que elas “sempre” existiram: “graças aos ensinamentos da História podemos hoje adentrar nas intenções que atualmente movem a Chancelaria do Brasil e assim relacioná-las com nosso questionamento sobre a copropriedade dos Saltos do Guairá”.²⁹⁷ Não é demais ressaltar que a identidade paraguaia se forjava contra o Brasil e vice-versa.

Publicado no *La Tribuna* após o encontro entre Goulart e Stroessner, o trabalho do militar e historiador caracterizava o brasileiro como agressor, logo, a imagem do paraguaio como um “valente” defensor foi reforçada em um momento em que os limites territoriais da nação eram questionados novamente pelo Brasil. Os Saltos recuperavam, assim, depósitos de memórias e associações históricas, “terra histórica”.²⁹⁸

O militar paraguaio terminou seu trabalho descrevendo em detalhes o problema fronteiriço. Com acesso às instruções para a demarcação e caracterização de fronteira de 1930, o coronel descreveu a Serra de Maracaju com a altimetria dos dois ramais que geraram a polêmica. Com a altitude “precisa” do último marco de fronteira colocado, 336 metros acima do nível do mar, o trabalho “comprovava” os direitos paraguaios. Segundo Ayala, a “falta de caracterização definitiva” abriu espaço para “ambiciosos planos brasileiros”.

²⁹⁷ La Co-propriedad de los Saltos del Guairá. *La Tribuna* 19 fev.1964. p.6.

²⁹⁸ SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p.23.

Mapa 2: Serra de Maracaju

Fonte: Elaborado por Marcos Henrique Martins

Um dia depois de terminada a publicação do trabalho sobre os Saltos, *La Tribuna* publicou o primeiro editorial que tratou do conflito com o Brasil. No início de 1964, o periódico assunceno voltou a publicar editoriais, sinalizando que o processo de “liberalização” do regime passava também pelo reforço da suposta “independência” da imprensa paraguaia que o legitimava. Ao voltar as suas atenções para um tema de “candente atualidade”, o jornal pretendia construir a ideia da “unidade nacional” em defesa dos direitos paraguaios sobre os Saltos.²⁹⁹ Os editoriais, no entanto, não eram diários nem tinham uma frequência definida.

Intitulado *Los Saltos Del Guairá*, o editorial fez referência aos trabalhos publicados em outros órgãos de imprensa paraguaios. Localizou o trabalho do coronel Ayala Queirolo no conjunto de monografias que abordaram o problema “com objetividade e método científico”. *La Tribuna* fez questão de afirmar que os direitos paraguaios foram tratados com “firmeza e serenidade” pelos diversos

²⁹⁹ Editorial: Los Saltos Del Guairá. *La Tribuna*. 20 fev.1964. p.3.

autores nacionalistas, uma vez que o Brasil ainda os contestava. Para o jornal, o questionamento do país vizinho era mantido apenas porque “até agora não houve ocasião para debatê-los na instância diplomática”. A imprensa fomentaria esse debate.

Dessa forma, o editorial tratou de demonstrar como a definição sobre o “melhor direito” continuava “pendente de consideração”, não sendo discutidos os limites nas notas trocadas entre as chancelarias nem no encontro entre os dois presidentes. Segundo *La Tribuna*, os países apenas expuseram as suas interpretações de limites “sem analisá-las”. O Paraguai, no entanto, “foi mais explícito em seus enunciados, pois definiu com clareza a situação atual”.

A mobilização nacionalista era direcionada pela oposição contra o governo de Stroessner. Após o encontro entre os dois presidentes, *El Enano* criticou a atuação da “chancelaria colorada” e do governo paraguaio.³⁰⁰ *La Tribuna*, em seu editorial, incluiu o governo e a “nossa chancelaria” em sua nação. Duas ideias de “nação” foram veiculadas nas páginas dos jornais paraguaios. O jornal de Arturo Schaerer não excluiu a ditadura de Stroessner e legitimou o espaço institucional de debate, ao contrário da oposição que defendia as manifestações populares. Moderadamente, o jornal convocou “toda a opinião nacional”:

Não estamos, entretanto, equivocados se esperamos que na futura abertura das negociações, em um ambiente de respeito mútuo e cordialidade, se faça o exame das alegações e se chegue a um acordo justo, seja diretamente ou por arbítrios jurídicos que financiem a secular amizade entre os dois países, que permita a exploração dessa prodigiosa riqueza que são os Saltos, para benefício de ambos e de todo o continente americano...E nessa instancia, toda a opinião nacional, unánimemente, sem fissuras, apoiará os representantes de nossa República na defesa de seus derechos. Será um só Paraguai que hablará na mesa das conferencias (sic).³⁰¹

³⁰⁰ La Tesis paraguaya y la tesis antiparaguaya. *El Enano*. 13 fev.1964. p.1.

³⁰¹ “No estamos, pues, desatinados si esperamos la próxima apertura de negociaciones en que en un ambiente de mutuo respeto y cordialidad se haga el cotejo de las alegaciones y se llegue a un acuerdo justo, ya sea directamente o por arbitrios jurídicos, que afiance la secular amistad entre los dos países y permita la explotación de ese ingente riqueza que son los Saltos, para beneficio de ambos y de todo el continente americano...Y en esa instancia, toda la opinión nacional, unánimemente, sin resquebrajaduras, apoyará a los representantes de nuestra República en la defensa de sus derechos. Será un solo Paraguay el que hable en la mesa de las conferencias.” Los Saltos Del Guairá. *La Tribuna*. 20 fev.1964. p.3 (tradução nossa)

O regime precisava fazer com que a imagem de duas nações em aproximação pudesse se contrapor à imagem do confronto. Não podia mais ignorar a mobilização nacionalista em defesa dos Saltos. O governo paraguaio passou, então, a adotar os argumentos da oposição a seu favor. Buscou, assim, combater a imagem de “entreguista” que os liberais consolidavam.³⁰² Após o encontro entre os dois presidentes, *La Tribuna* também adotou o diagnóstico do Partido Liberal, pois também buscou no passado a imagem do Brasil como agressor, aproximando-se do que os semanários oposicionistas faziam. Em seu editorial, no entanto, não rompeu com a ideia da “secular amizade entre os dois países” que vinha veiculando.

La Tribuna fez usos do passado para reforçar as imagens do Brasil e do Paraguai que pretendia reinterpretar naquele momento. A publicação do trabalho de Ayala Queirolo e o editorial publicado em seguida indicavam uma mudança do periódico assunceno na cobertura do caso dos Saltos. O jornal se aproximou do Partido Liberal, onde estava a sua origem, porém, não deixou de apoiar a ditadura, o que garantia a sua permanência como o maior jornal do país.

A imprensa paraguaia iniciou a construção da imagem de um país em defesa de sua soberania, recuperou, então, o mito da unidade nacional. Ao mesmo tempo em que reforçou a suposta “independência” jornalística, contribuindo para isso a volta dos editoriais, passou a construir a unidade paraguaia em torno a um líder que a representasse: Stroessner.

3.2. “Unanimidade”: a construção da unidade nacional

3.2.1. “Uma medida impensada”: a ocupação militar brasileira (1965)

Após o golpe de Estado no Brasil, em abril de 1964, os entendimentos alcançados entre os dois países foram paralisados. O litígio fronteiriço em torno à

³⁰² Del mensaje presidencial: actuación cumplida dentro del programa de política exterior. *La Tribuna*. 06 abr. 1964. p.6.

região dos Saltos do Guairá não ocupou espaço nas páginas do jornal *La Tribuna*. Apenas em outubro de 1965, o caso dos Saltos voltou a repercutir na imprensa após a divulgação de uma ocupação militar brasileira na região em disputa. Uma onda de protestos populares tomou conta das ruas de Assunção e das páginas do periódico paraguaio. Novamente, a identidade nacional foi mobilizada e a imagem do paraguaio como um guerreiro defensor de sua soberania, reforçada.

Reitero aqui que em junho de 1965, a 5ª companhia de fronteira do exército brasileiro ocupou uma parte da zona fronteira em litígio conhecida no Paraguai como “Puerto Philip” e “Yporá”. O primeiro chanceler da ditadura militar brasileira, Vasco Leitão da Cunha, ignorou os protestos paraguaios que o Itamaraty recebeu a partir de 1962. A ocupação do exército brasileiro inflamou os ânimos nacionalistas paraguaios entre 1965 e 1966.³⁰³

Entre junho e outubro de 1965, os principais jornais paraguaios não noticiaram o que se passava na região fronteira. O caso só foi divulgado pela imprensa paraguaia no final de outubro quando, em uma coletiva do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, foram distribuídas cópias das notas trocadas entre as duas chancelarias. Durante o período em que *La Tribuna* manteve silêncio sobre os Saltos, no entanto, a “pequena imprensa” oposicionista não deixou de questionar a chancelaria paraguaia sobre os rumores que chegavam a Assunção:

É verdade que a zona compreendida ao ocidente dos Saltos do Guairá entre os ramais sul e norte da Serra de Maracajú foi ocupada militarmente pelo Brasil e que ali foi instalada uma base aérea e uma guarnição demolindo o mastro com a bandeira nacional levantado a pouco tempo por alunos da Escola Superior de Guerra?³⁰⁴

Não havia nenhuma base aérea construída na região em setembro de 1965. As hostilidades entre os militares brasileiros e paraguaios chegaram, porém, ao conhecimento dos liberais antes do comunicado oficial. O semanário *El Enano*

³⁰³ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987. p.69-94.

³⁰⁴ ¿Es verdad que la zona comprendida al occidente de los Saltos del Guairá entre los ramales sud y norte de la cordillera de Mbaracayú ha sido ocupada militarmente por el Brasil y que allí ha instalado una base aérea y una guarnición echando abajo el mástil con la bandera nacional hace algún tiempo levantado por alumnos de la Escuela Superior de Guerra? Dos preguntas a la Cancillería. *El Enano* 19 set.1965. p.1. (tradução nossa)

esperava com isso reanimar a sua campanha em defesa da soberania e contra o governo colorado. A demolição de um mastro onde havia sido hasteada a bandeira paraguaia, símbolo nacional, representava uma violação ainda maior da soberania paraguaia. A oposição, então, pressionava a ditadura de Stroessner a apresentar os seus esforços para resolver a crise que voltava a mobilizar a população.

A partir da divulgação das notas trocadas entre o Brasil e o Paraguai, os protestos ganharam força. O periódico *La Tribuna* publicou-as prontamente em sua edição do dia 27 de outubro, um dia após o comunicado da chancelaria. O jornal limitou-se a reproduzir integralmente as cartas trocadas, sem comentários sobre o seu conteúdo.³⁰⁵

Dois dias depois, *La Tribuna* publicou o primeiro editorial que tratou do “ato de força brasileiro”, intitulado *Una Medida Inconsulta*. O periódico se concentrou em caracterizar a “violação do direito nacional” pela “deliberada ocupação” brasileira. Reforçava a interpretação contida nas notas assinadas pelo chanceler paraguaio, Raul Sapena Pastor, cuja atuação reivindicava o Tratado de Limites de 1872 e os trabalhos da Comissão Mista de Limites como garantias da soberania paraguaia sobre a região não demarcada:

Esta caracterização também levava à comprovação final dos direitos do Paraguai sobre a totalidade dos Saltos, em soberania fluvial ou em condomínio territorial, conforme a tese sustentada por nossa Chancelaria e que até esta data não foi refutada pelo Itamaraty. O Brasil, ao se apoderar dessa pequena porção do nosso território, em frente aos Saltos, quer destruir com um ato de força o melhor direito paraguaio. Isso explica a energia empregada pela Chancelaria Nacional para protestar contra o ato brasileiro que, em suma, não vem a ser senão uma confissão da falta de razão das suas pretensões sobre a soberania exclusiva dos Saltos do Guairá.³⁰⁶

³⁰⁵ Texto de las notas cursadas con motivo de la ocupación de una zona situada en la frontera. *La Tribuna*. 27 out.1965. p.10.

³⁰⁶ “Esta caracterización también llevaba a la final comprobación de los derechos del Paraguay sobre la totalidad de los Saltos, en soberanía fluvial o en condominio territorial, conforme a la tesis sustentada por nuestra Cancillería y que hasta la fecha no ha sido refutada por el Itamaraty. Al apoderarse el Brasil de esa pequeña porción de nuestro territorio, frente al Salto, ha querido destruir con un acto de fuerza, el mejor derecho paraguayo. Se explica, en consecuencia, la energía puesta por la Cancillería Nacional para reclamar contra el acto brasileño que no viene a ser, en resumidas, sino una confesión de la sinrazón alguna de sus pretensiones a la soberanía exclusiva sobre el Salto del Guairá.” Editorial: *Una Medida Inconsulta*. *La Tribuna*. 29 out.1965. p.4. (tradução nossa)

A imagem do vizinho “agressor” foi revigorada após a movimentação de tropas brasileira. Não era mais possível sustentar, da mesma forma, a ideia das “nações amigas” que o jornal assunceno havia ajudado a forjar.³⁰⁷ *La Tribuna*, no entanto, não deixou de sublinhar que o “espírito de amizade e de compreensão” havia presidido os trabalhos da comissão de limites até então.

Novamente, o diário de Arturo Schaerer fez uso do passado para reconfigurar a identidade nacional. As celebrações do centenário da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) já ocupavam as páginas do *La Tribuna*. Logo em seu primeiro parágrafo a “Épopeia Nacional” foi evocada. Segundo o editorial, a ocupação “parece ter suas raízes em uma centenária história há tempos superada”.³⁰⁸

O jornal repercutiu a prisão de um militar e de dois funcionários da chancelaria paraguaia pelo exército brasileiro.³⁰⁹ O “trato descortês”, que os soldados brasileiros dispensaram à delegação paraguaia que viajou até a zona em litígio ocupada, foi caracterizado como “um ato impensado, sem precedentes na história das relações entre os dois países a não ser na longínqua época dos bandeirantes”.³¹⁰

No mito nacional da raça, a imagem do povo guerreiro tem origem étnica.³¹¹ Na construção do paraguaio, ou a busca pela “alma da raça”, os autores nacionalistas apropriaram-se da ideia da raça guarani ao representarem o paraguaio como resultado da união entre o espanhol civilizado e o nobre selvagem guarani. Assim, dotaram de valores o mestiço através de um “mito de linhagem comum”.³¹²

A incorporação da identidade étnica guarani à narrativa nacional, porém, é anterior à ascensão de Stroessner ao poder.³¹³ Os próprios membros dos partidos

³⁰⁷ Editorial: Puente de la Amistad. *La Tribuna*. 27 mar.1965. p.5.

³⁰⁸ Editorial: Una Medida Inconsulta. *La Tribuna*. 29 out.1965. p.4.

³⁰⁹ Hasteamento da bandeira em Coronel Renato provocou a sua ocupação pelos militares brasileiros. *Jornal do Brasil* 06 jan.1966. p.7.

³¹⁰ Editorial: Una Medida Inconsulta. *La Tribuna*. 29 out.1965. p.4.

³¹¹ LAMBERT, Peter. El discurso nacionalista en el Paraguay: Desde lo disidente a lo hegemónico. In: CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas. *Paraguay: Investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia/Universidad de Montevideo, 2013. p.349.

³¹² SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p.36.

³¹³ Cf. RODRIGUEZ ZUCOLILLO, Carolina Maria. *Língua, Nação e Nacionalismo: Um estudo sobre o guarani no Paraguai*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem,

de oposição já haviam incorporado o guarani como uma forma de resistência. Um exemplo é o próprio *El Enano*, dos liberais radicais, que era editado como um jornal bilíngue, em espanhol e guarani.³¹⁴

La Tribuna reforçou as teses nacionalistas da primeira metade do século XX.³¹⁵ Em seu primeiro editorial após a ocupação militar brasileira, assim como na série de artigos do coronel Victor Ayala Queirolo, as fronteiras da nação foram imaginadas a partir do esforço guerreiro dos guaranis. Segundo Natalício González, um dos principais autores nacionalistas: “bem se pode assegurar que os guaranis marcaram, com sua oposição inflexível a todas as usurpações, os limites físicos da pátria em formação”.³¹⁶ Ao fortalecer a imagem do brasileiro “bandeirante” e “agressor” o diário mobilizava a imagem do “guerreiro povo paraguaio”.

Entre novembro de 1965 e fevereiro de 1966, *La Tribuna* não publicou nenhum editorial sobre o litígio fronteiriço e a ocupação militar brasileira na região não demarcada. Isso não significa, contudo, que o periódico deixou de cobrir o conflito que concentrava as atenções dos paraguaios.

O chamado à “unidade nacional” aconteceu em um momento em que as manifestações de rua ganharam força.³¹⁷ O principal jornal do país não poderia entrar em conflito com o regime de Stroessner pois poderia ser empastelado ou ter a energia elétrica cortada pela polícia, como acontecia com os jornais oposicionistas.

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

³¹⁴ Sección guaraní. *El Enano*. 24 jan.1963. p.4.

³¹⁵ Sobre os nacionalistas paraguaios da primeira metade do século XX: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. Uma busca incessante da identidade nacional: a intelectualidade paraguaia na primeira metade do século XX. *Silabário Revista de Estudios y Ensayos Geoculturales*, Córdoba, v.9, 2006. Sobre a recepção desses intelectuais no Brasil: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. Os intelectuais brasileiros e o revisionismo histórico platino. In: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. *Instituições, Fronteiras e Política na História Sul-Americana*. Curitiba: Juruá Editora, 2007. Referência fundamental são os trabalhos de Liliana María Brezzo. De sua extensa produção, destacamos artigos que tratam da historiografia e dos historiadores paraguaios: BREZZO, Liliana M. La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad. *Diálogos*. Maringá, v.7, 2003; BREZZO, Liliana M. “Reparar la Nación”: Discursos históricos y responsabilidades nacionalistas en Paraguay. *Historia Mexicana*, México: Colégio de México, v.60, n.1, 2010. p. 98-123.

³¹⁶ GONZÁLEZ, Juan Natalicio. *El Paraguay Eterno*. Asunción: Editorial Guaranía, 1935. p.23.

³¹⁷ Gran manifestación contra la agresión brasileña. *El Enano*. 02 dez.1965. p.1.

O grande jornal assunceno não noticiou os protestos populares contra a ocupação brasileira convocados pela oposição. Após um amplo chamado aos partidos políticos e às entidades de estudantes e trabalhadores, feito pelo Partido Democrata Cristão, a oposição conseguiu unificar as campanhas em defesa dos direitos paraguaios.³¹⁸ Apenas o Partido Colorado não aderiu ao chamado. *La Tribuna* não noticiou o encontro e tampouco a prisão dos estudantes pela polícia de Stroessner nos protestos.³¹⁹ Ao defender a uniformidade era preciso ofuscar os conflitos.

Não apenas com o silêncio e a autocensura se forjava a unidade nacional. Enquanto *La Tribuna* fazia referências a determinados símbolos que também eram mobilizados nos protestos da população, como a resistência dos guaranis aos “bandeirantes”, buscou, também, legitimar a atuação da “nossa Chancelaria” como porta-voz da identidade nacional. As associações e instituições oficiais representavam, para o periódico, os agentes dessa construção.

Foram publicadas, então, quatro cartas que sustentavam a posição da chancelaria paraguaia. Destacam-se a carta da Academia Paraguuaia de História, publicada no começo de novembro, com a assinatura de membros liberais e colorados.³²⁰ As declarações do conselho superior da Universidade Nacional de Assunção e da Federação dos Egressos Universitários do Paraguai, que pediu aos “diversos setores de opinião” que a mobilização em reação à “agressão brasileira” fosse “conduzida a partir de um plano nacional, com a irrecusável participação de todas as pessoas que possam ser de utilidade para a defesa dos interesses do país”.³²¹

As reuniões de preparação das notas oficiais e de negociação, entre os representantes dos dois países, foram amplamente noticiadas pelos jornalistas do *La Tribuna*.

³¹⁸ Mesa Redonda Nacional. *Comunidad*. 21 nov.1965. p.5.

³¹⁹ En favor de los estudiantes detenidos. *El Enano*. 12 dez.1965. p.1.

³²⁰ Texto de la Declaración Formulada por la Academia Paraguaya de Historia. *La Tribuna*. 08 nov.1965. p.10.

³²¹ Declaración de Federación de Egresados Universitarios sobre Saltos Del Guairá. *La Tribuna*. 01 dez.1965. p.8.

Diferentemente do jornal *OESP*, o periódico assunceno deu grande destaque à chegada do general Golbery do Couto e Silva ao Paraguai. A “alta autoridade” havia viajado em missão para entregar uma carta do presidente brasileiro, marechal Humberto Castelo Branco, a Stroessner. O tom otimista que envolveu os encontros pode ser percebido pelas manchetes veiculadas, como por exemplo: “Estaria próxima a solução do problema fronteiriço com o Brasil”.³²² Na interpretação do *La Tribuna*, a presença de um representante tão próximo do presidente brasileiro “sinalizava que os governos estavam direcionando esforços para dirimir o problema”.³²³

As notas diplomáticas brasileiras e paraguaias foram publicadas na íntegra, assim que liberadas pela chancelaria. O maior diário de Assunção noticiava a elaboração das notas nacionais e o recebimento das notas brasileiras, preparando o leitor para as edições em que estas eram publicadas.³²⁴ As notas se estendiam por páginas inteiras, dividindo espaço com os anúncios que, em muitos casos, ocupavam mais espaço que o próprio texto da nota.³²⁵ O destaque dado às notas pelos jornalistas e procurado pelos anunciantes, indica o interesse do leitor para o tema do litígio fronteiriço.

Com a divulgação da ocupação militar brasileira a mobilização nacional foi revigorada.³²⁶ Bandeiras brasileiras passaram a ser queimadas em protestos de rua, a embaixada foi apedrejada e pichada com os dizeres: “Paraguai sim, bandeirantes não”.³²⁷

Nesse sentido, o jornal *La Tribuna* reforçou a imagem do “guerreiro” povo paraguaio em defesa de sua soberania. No entanto, a crítica à condução do caso dos Saltos pela ditadura era limitada, na medida em que a sua construção do mito

³²² Estaría próxima la solución del problema fronterizo con Brasil. *La Tribuna*. 27 nov.1965. p.4.

³²³ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2006. p.75.

³²⁴ Entregóse otra nota al Brasil. *La Tribuna* 11 fev.1966. p.4.

³²⁵ Nota brasileira sobre los Saltos Del Guairá. *La Tribuna* 17 nov.1965. p.10.

³²⁶ Gran manifestación contra la agresión brasileña. *El Enano* 02 dez.1965. p.1.

³²⁷ As divergencias por Guaíra. *Jornal do Brasil* 06 jan.1966. p.7.

da unidade nacional incluía o governo de Stroessner, e a “nossa Chancelaria”, ao mesmo tempo em que silenciava os protestos de rua, críticos da “chancelaria entreguista”.

Na disputa pelo “nacional”, o diário de Arturo Schaerer se aproximou do discurso oficial, o que garantia sua sobrevivência como empresa. O governo paraguaio não liderava as manifestações nem controlava os elementos da identidade nacional, como símbolos, mitos e os usos do passado, que eram amplamente mobilizados pelas ruas e pela oposição. Como indicado, *La Tribuna* ainda cumpriria um importante papel ao ajudar a forjar a unidade em torno à ditadura stronista.

3.2.2. “Toda a nação está de acordo com o Governo”

Nos primeiros meses de 1966 o caso dos Saltos já era o principal tema nacional. Os protestos populares, a cobertura da imprensa e a mobilização de símbolos e mitos da identidade paraguaia indicavam a candência do conflito entre os dois países vizinhos. *La Tribuna* dedicou quatro editoriais aos desdobramentos do litígio fronteiriço, dando destaque às declarações do novo chanceler brasileiro, general Juracy Magalhães. O periódico evocou, então, a imagem do marechal Francisco Solano López, presidente paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). O herói nacional foi reinterpretado durante uma nova crise entre o Brasil e o Paraguai.

A ditadura brasileira indicou um influente militar para substituir Vasco Leitão da Cunha no Itamaraty. O general Magalhães havia sido embaixador nos Estados Unidos e ministro da Justiça de Castelo Branco e agora ficaria responsável, entre outras, pela resolução da crise com o Paraguai. As primeiras declarações sobre o caso dos Saltos pronunciadas pelo novo ministro não sinalizavam uma mudança na condução do caso pelo governo brasileiro. Reforçaram, assim, a mobilização nacionalista em curso no Paraguai.

O início das obras de uma estrada, que penetrava 300 metros na região não

demarcada, motivou o envio de uma nova nota oficial do governo paraguaio. Em fevereiro de 1966, *La Tribuna* dedicou uma série de três editoriais sobre o tema. O primeiro editorial foi publicado na mesma página em que a nota paraguaia.³²⁸ Intitulado “Atitude Arbitrária”, propôs uma arbitragem internacional para o litígio fronteiro. A solução se justificava, segundo o jornal, pela intransigência do ministro brasileiro em admitir que o caso dos Saltos se tratava de um problema de limites.³²⁹

O editorial recuperou a imagem de um continente unido sob os ideais do “progresso e do desenvolvimento”. Segundo *La Tribuna*, a “efetiva integração” praticada nos últimos anos concretizava essa união que representava, para os “povos irmãos da América”, a “compreensão, cada vez melhor, do destino histórico que os aguarda”. O “desenvolvimento” e o “progresso” se relacionavam com uma determinada identidade pan-americana.³³⁰ Para o jornal, como esperado, apenas Cuba não pertencia a essa irmandade.³³¹

La Tribuna considerou, então, “incompreensível a atitude do poderoso país vizinho” em um continente “integrado”. A atitude brasileira remetia, assim, às “épocas das conquistas à ponta de baioneta”, dos velhos “preconceitos” e das “motivações egoístas” que, segundo o jornal, estariam superadas. Enfatizava que o Brasil, ao se recusar a solucionar o problema “dentro do espírito fraterno que é norma de convivência dos povos deste continente” traía “toda a América”:

O Brasil, nação pujante e dinâmica que por esforço próprio chegou a posição de grande potência, não deve jamais descer ao nível da arbitrariedade, que na maioria dos casos não encobre senão a falta de razões e a carência de direitos. O problema de limites com a nação paraguaia, então, deve ser resolvido a partir do espírito fraterno que é norma constante na convivência dos povos deste continente. Qualquer posicionamento que por interesse ocasional adotar e que se afaste destes

³²⁸ Nota al Brasil en torno a la ocupación en Zona de los Saltos. *La Tribuna*. 12 fev.1966. p.4.

³²⁹ Editorial: Actitud Arbitraria. *La Tribuna*. 12 fev.1966. p.4.

³³⁰ Sobre o pan-americanismo conferir: DULCI, Tereza M. S. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Kátia Gerab Baggio foi pioneira ao tratar do tema em sua tese de doutorado. Ver também: BAGGIO, Kátia Gerab. *A "outra" América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

³³¹ Editorial: America Amenazada. *La Tribuna*. 05 fev.1966. p.4.

principios no será outra coisa, em termos claros, que uma agravante traição a toda América.³³²

Dois dias depois, *La Tribuna* publicou um novo editorial intitulado “Unanimidad”. O jornal, novamente, reforçou o mito da unidade nacional para a defesa dos Saltos. Segundo o jornal, a atitude brasileira “traduzia ferrenhamente a pretensão” de “ocupar de modo definitivo a zona de caracterização”. O que “naturalmente” despertou a união do povo paraguaio em defesa dos Saltos:

Na verdade, estes eventos que afetam o normal desenvolvimento das nossas relações com o Estado vizinho têm despertado em todo o país uma grande onda de protestos, na qual de forma unânime tem coincidido os partidos políticos, as instituições de toda índole, operários e estudantes, profissionais e artesãos. Em suma, um conjunto de vontades uniformes das quais o justo pode se orgulhar. Não podia ocorrer de outra maneira posto que em todo momento delicado da vida de uma nação cabe e corresponde que seus filhos, sem mesquinhez, a apoiem. Da mesma maneira que a pátria não pode se privar dos esforços e conhecimentos de todos aqueles que de acordo com as suas respectivas capacidades estão em condições de contribuir com a causa nacional.³³³

O ideal de unidade criou também uma ideia de alteridade. De acordo com a narrativa nacional, quando o território paraguaio se encontrava atacado pelo invasor estrangeiro o “guerreiro povo guarani” o defendia a partir de uma “firme e coesa frente interna” mobilizada “como sempre na história da nossa pátria”. No caso paraguaio, o “outro” não corresponde apenas ao estrangeiro, mas também à oposição interna, quando considerada antinacional. Assim sendo, em nome do

³³² “El Brasil, nación pujante y dinámica, que por esfuerzo propio ha llegado a la posición de gran potencia, no debe jamás descender al nivel de la arbitrariedad, que en la generalidad de los casos no encubre sino falta de razones y carencia de derechos. El problema de límites con la nación paraguaya, pues, debe solucionarse dentro del espíritu fraterno que es norma constante en la convivencia de los pueblos de este continente. Cualquier posición que por interés ocasional adoptare y que se aleje de estos principios, no será otra cosa, en puridad de términos, que una agravante traición a América toda.” Editorial: Actitud Arbitraria. *La Tribuna*. 12 fev.1966. p.4. (tradução nossa)

³³³ “En efecto, estos sucesos que afectan al normal desenvolvimiento de nuestras relaciones con el Estado vecino, han despertado en todo el país una general ola de protesta, en la que en forma unánime han coincidido los partidos políticos, las instituciones de toda índole, obreros y estudiantes, profesionales y artesanos. En suma, un haz de voluntades uniformes, del que el justo resulta enorgullecerse. No podía ocurrir de otra manera, desde luego, puesto que en todo momento delicado de la vida de una nación, cabe y corresponde que sus hijos, sin retaceos, le presten su apoyo. De la misma manera en que la patria tampoco puede privarse de los esfuerzos y conocimientos de todos aquellos que de acuerdo a sus respectivas capacidades, están en condiciones de contribuir a la causa nacional.” Editorial: Unanimidad. *La Tribuna* 14 fev.1966. p.4. (tradução nossa)

“progreso”, aquele que não contribuisse com a “defesa” da pátria não fazia parte da ideia de nação que o jornal veiculava.³³⁴ O discurso unificador foi utilizado, então, para esconder a diversidade, jogar sombras sobre divergências, conflitos e marginalizar a oposição.³³⁵

Figura 3.2: Editorial *Unanimidad*. *La Tribuna*, 14 de fevereiro de 1966.

Fonte: Digitalização realizada pelo autor

Ainda em fevereiro, mais uma vez, as declarações de Juracy Magalhães contribuíram para um editorial do *La Tribuna*. Em um pronunciamento para a

³³⁴ Editorial: Unanimidad. *La Tribuna* 14 fev. 1966. p.4.

³³⁵ LAMBERT, Peter. El discurso nacionalista en el Paraguay: Desde lo disidente a lo hegemónico. In: CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas. *Paraguay: Investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia/Universidad de Montevideo, 2013. p.354.

imprensa brasileira, o chanceler declarou que “o Itamaraty vê com profundo pesar que se esteja criando artificialmente uma questão que realmente não existe”. Sua declaração indicou também o papel mobilizador dos periódicos paraguaios: “se fôssemos responder aos argumentos apresentados pela imprensa do país vizinho, estaríamos contribuindo para transformar o assunto numa questão ardente”.³³⁶

Três dias após as declarações, *La Tribuna* publicou o editorial “Solução equitativa”, no qual afirmou: “ninguém pretendia que a Chancelaria brasileira respondesse à imprensa do Paraguai, mas que, não sigam sem respostas as notas que se referem especificamente ao desacordo de limites”. A nota enviada ao Itamaraty em dezembro seguia sem resposta, o que contribuiu para tornar a questão mais “ardente” no Paraguai.³³⁷

A tese do domínio compartilhado passou a ser reforçada pelo jornal. O editorial, dessa forma, evocou os entendimentos alcançados entre Stroessner e João Goulart em 1964. O então presidente do Brasil havia dito que uma postura contrária ao entendimento entre os dois países não correspondia aos “verdadeiros sentimentos” da nação brasileira. *La Tribuna* caracterizou a declaração de Jango como “expressão de um efetivo sentimento pan-americanista” e que os dois povos “pensam somente em uma solução equitativa”.

A proposta que o governo paraguaio e o periódico defendiam era a mesma: o condomínio do potencial elétrico dos Saltos. Imaginaram, assim, o desenvolvimento econômico regional com a construção da usina: “aproveitar de forma conjunta o benefício oferecido pela natureza para realizar obras de transcendência para o efetivo desenvolvimento do potencial econômico do Paraguai e do Brasil”.³³⁸ A imagem das duas nações amigas foi reforçada pela “solução equitativa”.

O mês em que os três editoriais foram publicados precedeu um dos feriados mais importantes para a construção do imaginário nacional paraguaio: o primeiro de março, dia dos heróis da pátria. Trata-se do dia da morte do marechal Francisco

³³⁶ Juracy analisa nota paraguaia. *O Estado de São Paulo*. 15 fev.1966. p.7.

³³⁷ Editorial: Solución Equitativa. *La Tribuna* 17 fev.1966. p.4.

³³⁸ Editorial: Solución Equitativa. *La Tribuna* 17 fev.1966. p.4.

Solano López, na batalha de Cerro Corá em 1870, data que marca o fim da Guerra da Tríplice Aliança.³³⁹ Durante as datas nacionais, o general Stroessner dirigia as cerimônias, indicando a importância que o presidente concedia ao aspecto simbólico, decisivo para o êxito e a duração da identidade paraguaia. Todos: oposição, Stroessner, *La Tribuna*, entre outros, falavam pelo Paraguai e em nome do nacional.³⁴⁰

A edição do *La Tribuna* no dia primeiro de março, contribuiu para a mobilização em torno da imagem de Solano López. Além de cobrir as cerimônias oficiais, em comemoração à Cerro Corá, veiculou poemas e canções que evocavam o “sacrifício” do herói. No espaço reservado aos editoriais, publicou, junto com o retrato de López, um breve texto exaltando a figura que preside a “galeria de tantos heróis nacionais”:

Um Povo como o nosso sabe expressar gratidão por aqueles manes que engrandeceram a pátria e derramaram sangue em seu holocausto. Por isso, hoje como sempre, se une nos sentimentos mais caros para testemunhar sua fé e sua admiração por aqueles imperecíveis homens da nacionalidade. Hoje é um dia de respeito e evocação do passado e cujo significado se observa com unção, olhando de frente um futuro também de grandeza.³⁴¹

O mito do herói nacional evocava o passado e projetava um futuro, “também de grandeza”. Reafirmava, assim, os vínculos da nação paraguaia com a sua idade de ouro. A unidade nacional buscava a imagem de uma sociedade homogênea no Paraguai anterior à Guerra. Esse passado foi representado por Solano López, o maior dos heróis nacionais. A ritualização do mito, por meio das cerimônias oficiais, reiterava os laços do presente, representado por Stroessner, com o passado mitológico, o que o legitimava como líder nacional. As cerimônias de primeiro de

³³⁹ CÉSPEDES, Roberto L. Feriados e imaginarios nacionales (1939-1967 y 1990-2011). In: CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas. *Paraguay: Investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia/Universidad de Montevideo, 2013.

³⁴⁰ SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p.198.

³⁴¹ “Un Pueblo como el nuestro sabe expresar gratitud hacia aquellos manes que engrandecieron la patria y derramaron su sangre en su holocausto. Por eso, hoy como siempre, se aúna en sus sentimientos más caros para llegar a testimoniar su fe y su admiración por aquellos inmarcesibles varones de la nacionalidad. Hoy es un día de respeto y evocación del pasado y cuyo significado se observa con unción, mirando de frente un futuro también de grandeza.” Editorial: Día de los Héroes. *La Tribuna*. 01 mar.1966. p.4. (tradução nossa)

março daquele ano, como nos anos anteriores, foram amplamente cobertas pelo *La Tribuna*.³⁴²

No final de março, a imprensa paraguaia voltou suas atenções para as reuniões da chancelaria em que o caso do Saltos foi pautado. *La Tribuna* divulgou os encontros do Conselho Nacional Assessor de Limites, nos quais seus membros estudaram a nota brasileira recebida no dia 25 de março. A nota, que apenas reafirmava a interpretação do Itamaraty, foi publicada no dia 31 e ocupou três páginas repletas de anúncios publicitários.³⁴³

A divulgação da nota brasileira precedeu o discurso que Stroessner anualmente fazia na abertura do período legislativo na Câmara dos Representantes.³⁴⁴ O ditador se preparava para consolidar-se como líder nacional, o único capaz de conduzir o Paraguai na defesa de sua soberania e no caminho do “desenvolvimento”. Aquele discurso na Câmara foi um importante momento para essa consolidação, que não poderia ocorrer sem o concurso da imprensa.

La Tribuna, então, dedicou um editorial ao discurso: “O problema com o Brasil na mensagem presidencial”, publicado no dia 5 de abril. O jornal personificou em Stroessner o consenso em torno a posição oficial. Os elementos da identidade nacional recuperados, até aquele momento, foram reforçados pelo discurso do governo:

Na verdade, toda a nação com a mais absoluta unidade faz frente ao candente problema, como sempre ocorreu em todo momento em que fatores ou pressões externas se constituíram em riscos concretos e imediatos para nossa integridade territorial. Toda a nação, igualmente, sem o menor assomo de dúvida, está de acordo com o Governo.³⁴⁵

³⁴² Con invariable fe patriótica rindióse tributo ayer a los héroes nacionales. *La Tribuna*. 02 mar.1966 p.4.

³⁴³ Texto de respuesta brasileña a protesta de Paraguay sobre ocupación en zona de Guairá. *La Tribuna*. 31 mar.1966. p.5.

³⁴⁴ LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.199-231.

³⁴⁵ “Toda la nación, en efecto, con la más absoluta unidad hace frente al candente problema, como siempre ha ocurrido en todo momento en que factores o presiones foráneas han venido a constituirse en riesgos ciertos e inmediatos para nuestra integridad territorial. Toda la nación, igualmente, sin el menor asomo de duda, está de acuerdo con el Gobierno.” Editorial: El problema con el Brasil en el mensaje presidencial. *La Tribuna*. 05 abr.1966. p.4. (tradução nossa)

Após a evocação de Solano López e da unidade em torno a posição oficial, a reinterpretação do mito político transformou o governo na expressão própria da identidade nacional. Se no século XIX, Solano López era o líder da defesa da nação; no século XX, Stroessner cumpria o papel. Os paraguaios estavam unidos, portanto aqueles que não estavam com o governo e não “aceitavam o dever da lealdade cega à versão oficial” não eram paraguaios, mas traidores.³⁴⁶ Os jornalistas do *La Tribuna* não aparentavam ser traidores:

As palavras do Presidente da República, serenas e firmes, enfocaram com objetividade o problema e entendemos que, de nenhuma maneira, podem deixar dúvidas de que o Paraguai, unido em um firme conjunto de vontades como em todos os instantes cruciais de sua história, haverá de prosseguir sem descanso, sem vacilações, sem fissuras de nenhuma classe, defendendo seus direitos até que a justiça – e não a força – tenha dito sua última palavra.³⁴⁷

No discurso presidencial, publicado integralmente pelo *La Tribuna*, até mesmo a imprensa oposicionista foi incluída e reconhecida por Stroessner em sua “nação”. O discurso do general buscou representar todos os setores mobilizados no Paraguai:

A imprensa escrita e radiofônica de todos os setores de opinião da República tem expressado sua indignada preocupação pela ocupação da zona não caracterizada de fronteiras por forças militares do Brasil. Todos os Centros, Associações, etc. estudantis, universitárias, de pós-graduados, os sindicatos e agremiações, as entidades econômicas, culturais, sociais e políticas, os ex-combatentes lesionados e mutilados da Guerra do Chaco, os Oficiais de reserva, etc, todos sem exceção têm se pronunciado espontaneamente contra a inamistosa atitude do atual Governo da República do Brasil.³⁴⁸

³⁴⁶ LAMBERT, Peter. El discurso nacionalista en el Paraguay: Desde lo disidente a lo hegemónico. In: CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas. *Paraguay: Investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia/Universidad de Montevideo, 2013. p.354.

³⁴⁷ “Las Palabras del Presidente de la República, serenas y firmes, ha enfocado con objetividad el problema, y entendemos que, de ninguna manera, pueden quedar dudas de que el Paraguay, unido en firme haz de voluntades, como en todos los instantes cruciales de su historia, habrá de proseguir sin descanso, sin vacilaciones, sin grietas de ninguna laya, defendiendo sus derechos, hasta que la justicia – y no la fuerza – haya dicho su última palabra.” Editorial: El problema con el Brasil en el mensaje presidencial. *La Tribuna*. 05 abr.1966. p.4. (tradução nossa)

³⁴⁸ “La prensa escrita y radial de todos los sectores de opinión de la República ha expresado su indignada preocupación por la ocupación de la zona no caracterizada de fronteras por fuerzas militares del Brasil. Todos los Centros, Asociaciones, etc. estudiantiles, universitarios, de postgraduados, los sindicatos y agremiaciones, las entidades económicas, culturales, sociales y políticas, los

A repressão aos protestos em defesa da soberania nacional foi lembrada no discurso presidencial. A “evidente unidade da nação paraguaia” legitimou a repressão de muitas “exteriorizações”. Um indício de que, se as manifestações populares não foram noticiadas pelo *La Tribuna*, a repressão a elas também não. Na organização dos protestos a oposição ao governo estava representada. O governo de Stroessner não podia justificar a repressão pelas reivindicações apresentadas, justificou, então, pelos excessos que atrapalhavam as relações com o Brasil e afastavam ainda mais a solução do problema.³⁴⁹

La Tribuna apresentou dois caminhos para a solução da crise diplomática: a arbitragem internacional e um acordo dividindo igualmente a energia elétrica eventualmente produzida. O jornal e o governo apostavam na “solução equitativa”, porém, reforçavam o nacional ao recuperar o mito da unidade. A ditadura buscava, assim, fortalecer-se ao assumir a liderança do movimento em defesa da soberania e afastar o Partido Liberal que aproveitava o caso para criticar o regime. Ao tensionar as relações com o Brasil, o regime de Stroessner pretendia pressionar ainda mais o governo de Castelo Branco rumo a uma solução que se aproximasse das pretensões paraguaias.

A “unanimidade” da nação na defesa dos Saltos garantiria a “vitória” paraguaia no conflito. No discurso do periódico, toda a nação defendia o projeto modernizante que a construção da hidrelétrica representava. A “unidade” foi personificada no general Alfredo Stroessner, líder nacional que conduziria a nação, com heroísmo e sacrifício até a conquista dos direitos nacionais não reconhecidos pelo Brasil.

Nas imagens construídas pelo jornal, o Brasil, que pretendia usurpar a energia hidrelétrica, acabou por unir os paraguaios “sempre” dispostos a defender os direitos nacionais das agressões externas. Na mobilização em defesa dos Saltos, o direito a ser defendido era o futuro desenvolvimento da nação, do qual o país

excombatientes lisiados y mutilados de la Guerra del Chaco, los Oficiales de reserva, etc, todos sin excepción se han pronunciado espontáneamente contra la inamistosa actitud del actual Gobierno de la República del Brasil.” Del mensaje presidencial: el problema con el Brasil. *La Tribuna*. 02 abr.1966. p.4-6. (tradução nossa)

³⁴⁹ Del mensaje presidencial: el problema con el Brasil. *La Tribuna*. 02 abr.1966. p.4-6.

tinha direito pelo condomínio das águas não reconhecido pelo Brasil. *La Tribuna*, ao recuperar e reforçar símbolos e mitos nacionais contribuiu para a reinterpretação da identidade paraguaia que a ditadura fazia.

Figura 3.3: Os Saltos do Guairá em dezembro de 1978

Fonte: World Waterfall Database³⁵⁰

3.2.3. A Solução Equitativa

No primeiro semestre de 1966, o caso dos Saltos atingiu o seu ponto de maior tensão. Em abril, novas declarações do chanceler brasileiro contribuíram para deixar a cobertura do conflito pelos jornais mais “ardente”. A repercussão do caso começou a perturbar o Itamaraty, assim como a possibilidade de derrota em uma arbitragem internacional. *La Tribuna*, por sua vez, continuou reforçando a unidade nacional e a imagem do Brasil “agressor”.

A campanha em defesa dos Saltos, feita pelos jornais paraguaios, repercutia no Brasil. O chanceler Juracy Magalhães passou a ser questionado sobre o que acontecia na fronteira com o Paraguai. No dia 19 de abril, o ministro foi chamado

³⁵⁰ WORLD WATERFALL DATABASE. Disponível em <
<http://www.worldwaterfalldatabase.com/> > Acesso em: junho de 2016.

pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos sobre a possível participação brasileira na Guerra do Vietnã e, principalmente, sobre o incidente fronteiro com o Paraguai.³⁵¹

Quando perguntado sobre o que se passava na fronteira com o Paraguai, Juracy novamente deu uma declaração que elevou os ânimos nacionalistas no país vizinho. O chanceler brasileiro afirmou que: “nosso país está na defensiva, mostrando apenas os seus direitos e recebendo descomposturas diárias dos jornais paraguaios”. Na mesma entrevista admitiu que: “o Brasil está disposto a dar ao Paraguai participação de até 50% naquele manancial”.³⁵² Desde a reunião entre João Goulart e Stroessner, em 1964, foi a primeira vez que um representante brasileiro sinalizou a divisão da energia elétrica.

No dia 23 de abril, *La Tribuna* publicou um editorial respondendo as declarações do chanceler brasileiro. A afirmação de que o Brasil se encontrava na defensiva foi a primeira a ser comentada. O jornal a considerou uma “afirmação peregrina e totalmente insustentável, posto que, é bem sabido por todos que são tropas do Brasil - e não do Paraguai – que ocuparam uma faixa do território nas proximidades dos grandes Saltos”. A ocupação militar foi caracterizada como o “aspecto, básico, essencial e fundamental do problema”.³⁵³ O jornal reforçava a imagem do “agressor” justamente quando o Itamaraty tentava questioná-la.

Para *La Tribuna*, o chanceler além de tentar inverter a imagem do Brasil, “em nenhum momento [...] se refere à situação criada pela presença de tropas do Brasil na zona não definitivamente demarcada”. Por isso, a caracterização do litígio fronteiro aos parlamentares brasileiros seria uma “versão falsa do problema, com omissão deliberada do substancial”.³⁵⁴ O periódico, ao denunciar uma suposta manipulação das informações, deslegitimava as declarações do ministro brasileiro.

³⁵¹ Juracy: o Brasil não enviará tropas. *O Estado de São Paulo*. 20 abr.1966. p.8.

³⁵² Ibidem.

³⁵³ Editorial: El Canciller del Brasil ante el Senado de su Patria. *La Tribuna* 23 abr.1966. p.4. (tradução nossa)

³⁵⁴ Editorial: El Canciller del Brasil ante el Senado de su Patria. *La Tribuna* 23 abr.1966. p.4. (tradução nossa)

A “solução equitativa” voltou a ser levantada pelo Itamaraty, assim, a possibilidade de uma arbitragem internacional era afastada. Para garantir a efetivação do aproveitamento conjunto dos recursos dos Saltos, no entanto, era necessário manter o movimento nacionalista que pressionava o governo brasileiro. Para isso, *La Tribuna* considerou importante caracterizar o que considerava “substancial”, a “agressão”, não a eventual energia produzida. O jornal não recuou em sua posição:

O Chanceler do Brasil assinalou que o problema, definitivamente, se encontra “no uso das cataratas de Sete Quedas”. E explicou de imediato que o Brasil está disposto a dar ao Paraguai uma participação de cinquenta por cento no projeto”. Sem dúvida, o ministro brasileiro se sairia muito melhor se dissesse que se encontram dispostos a “reconhecer” ao Paraguai sua participação no cinquenta por cento, como limítrofes que ambos países são do acidente geográfico que dará origem a execução do projeto, posto que com “dar” se estabeleceu algo como uma benevolência, um altruísmo e uma boa vontade pan-americanista, das quais, precisamente o Brasil não deu provas suficientes em nenhum momento desde que este grave problema internacional foi apresentado.³⁵⁵

O editorial também refutou veementemente outra declaração de Magalhães:

O senhor Juracy Magalhães, além disso, sustenta gratuitamente que no caso parece haver “muitas coisas locais e internas do Paraguai”. Conceitos que não apoia em nenhuma fundamentação nem provas, e que por sua impressionante debilidade e ingenuidade não acreditamos, de modo nenhum, que possa obter o seu evidente propósito de criar dúvidas aos legisladores brasileiros e de distrair a atenção dos mesmos com insinuações vagas.³⁵⁶

³⁵⁵ “Señala el Canciller del Brasil, más tarde que el problema, en definitiva, radica “en el uso de las cataratas de Siete Quedas”. Y aclara de inmediato que el Brasil está dispuesto a dar al Paraguay una participación del cincuenta por ciento en el proyecto”. Sin duda mucho mejor hubiera dicho el ministro brasileño que se hallan dispuestos a “reconocer” al Paraguay su participación en el cincuenta por ciento, como limítrofes que ambos países son del accidente geográfico que dará origen a la ejecución del proyecto, puesto que con lo de “dar” se establece algo así como una benevolencia, un altruismo, y una buena voluntad panamericanista, de las que, precisamente el Brasil no ha dado pruebas fehacientes en ningún momento desde el planteamiento de este grave problema internacional.” Editorial: El Canciller del Brasil ante el Senado de su Patria. *La Tribuna* 23 abr.1966. p.4. (tradução nossa)

³⁵⁶ “El señor Juracy Magalhães, además, sostiene gratuitamente que en el caso parece haber “muchas cosas locales e internas del Paraguay”. Conceptos que no los apoya en ninguna fundamentación ni pruebas, y que por su impresionante endeblez e ingenuidad no creemos, de ninguna manera, que pueda obtener su evidente propósito de crear dudas en los legisladores brasileños y de distraer la atención de los mismos con vagas insinuaciones.” Editorial: El Canciller del Brasil ante el Senado de su Patria. *La Tribuna* 23 abr.1966. p.4. (tradução nossa)

Segundo o editorial, não havia assuntos “ínternos e locais do Paraguai”. O próprio jornal não poderia admitir que a mobilização em defesa dos Saltos contribuía para legitimar o regime de Stroessner, pois, participava da reinterpreção de uma identidade nacional que incluía a ditadura.

No dia seguinte o periódico publicou a coletiva de imprensa do chanceler paraguaio Raul Sapena Pastor. O ministro respondeu as declarações do general Magalhães categoricamente: “o Brasil é o agressor e a nação paraguaia a agredida”. Sobre as motivações internas o chanceler colorado respondeu: “toda a América conhece muito bem a situação dos dois governos e sabe qual deles pôde necessitar de motivações artificiais”. A afinidade das declarações de Sapena Pastor com o editorial do *La Tribuna* ficou ainda mais explícita:

Igualmente, o repórter do *La Tribuna* pediu a opinião do senhor Chanceler Nacional sobre o conteúdo da nota editorial de ontem, respondendo que “li com sumo interesse o artigo do *La Tribuna* de hoje (ontem). Ao entrar felicitei o Dr. Victor Carugati, Chefe de Redação, pela nota. Sem dúvida, está de acordo com a nossa maneira de pensar sobre este problema.”³⁵⁷

Em sua capa do mesmo dia, *OESP* publicou a manchete: “O Brasil é o agressor”. Uma nota assinada por agências internacionais de notícias traduziu as respostas do chanceler paraguaio.³⁵⁸ O Itamaraty parecia ter percebido que as declarações do ministro Juracy Magalhães não conseguiram diminuir as hostilidades paraguaias. Dois dias depois, *OESP* veiculou que o ministério havia escolhido o embaixador Guimarães Rosa (1908-1967) para explicar o problema fronteiriço aos deputados federais. O autor de *Grande Sertão: Veredas* era também o chefe do Serviço de Fronteiras. Sua declaração na comissão da Câmara seria

³⁵⁷ “El reportero de La Tribuna igualmente requirió la opinión del señor Canciller Nacional en torno al contenido de la nota editorial de ayer, respondiendo que “he leído con sumo interés el artículo de La Tribuna de hoy (por ayer). Al entrar he felicitado al Dr. Victor Carugati, Jefe de Redacción por dicha nota. Está de acuerdo, desde luego, a nuestra manera de pensar sobre este problema”. Respondió el ministro de RR.EE. a las declaraciones del Canciller de Brasil. *La Tribuna*. 24 abr.1966. p.3. (tradução nossa)

³⁵⁸ “O Brasil é o agressor”. *O Estado de São Paulo*. 24 abr.1966. p.1.

registrada como “oficial”.³⁵⁹ Possivelmente, Guimarães Rosa manejou melhor as palavras do que o general Magalhães em sua “débil e ingênua” declaração.

Em maio, *La Tribuna* concentrou-se na cobertura de mais uma data pátria: as comemorações da independência do Paraguai.³⁶⁰ Novamente, os símbolos nacionais foram mobilizados em uma cerimônia para traduzir os elementos abstratos da identidade paraguaia, reconfigurados nos meses anteriores, em termos concretos e palpáveis.³⁶¹

Os liberais paraguaios, no início do século, propuseram o culto aos próceres de maio como símbolo nacional.³⁶² No *La Tribuna*, as cerimônias de maio não tiveram cobertura maior do que as celebrações de primeiro de março, maior data do nacionalismo lopizta.³⁶³ A bandeira paraguaia foi o principal símbolo da “unidade” evocado nos desfiles e comemorações dos dias 14 e 15 de maio.³⁶⁴ Mais uma vez, o feriado serviu para fortalecer o mito com a sua ritualização. Presidindo as cerimônias, Stroessner reforçava a sua imagem de líder nacional. Na política externa, a imagem de um presidente esforçado em resolver a questão com o Brasil também fortalecia sua liderança.

A solução equitativa parecia próxima. Enfraquecida a posição do Itamaraty, após as declarações de Juracy Magalhães, o caso dos Saltos passou a caminhar rumo a um entendimento. A mudança de estratégia do governo brasileiro pode ser percebida na análise do *La Tribuna*. As notas do jornal sobre as reuniões entre o embaixador do Brasil em Assunção, Jayme de Souza Gomes, e Raul Sapena Pastor destacaram o “ambiente cordial” em que se passaram os encontros, porém, sem nenhum anúncio oficial acerca dos entendimentos.³⁶⁵

³⁵⁹ Na Câmara o caso Guaíra. *O Estado de São Paulo*. 26 abr.1966. p.8.

³⁶⁰ Banderitas de mayo. *La Tribuna*. 03 mai.1966. p.8.

³⁶¹ SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p.102.

³⁶² Os conspiradores que junto com Dr. Gaspar Rodriguez de Francia executaram o golpe de Estado que derrubou o governador Velazco em 1811, marcando a independência do Paraguai. Entre eles, Pedro Juan Caballero, Fulgencio Yegros e Fernando De La Mora.

³⁶³ COLMÁN DUARTE, Evaristo Emigdio. *Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936-1947*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

³⁶⁴ Marcial desfile protagonizaran los jóvenes en honor de los próceres. *La Tribuna*. 15 mai.1966. p.4.

³⁶⁵ Entrevistó al Canciller funcionario de Itamaraty. *La Tribuna*. 19 mai.1966. p.4.

Ainda no início de junho, o Conselho Nacional Assessor de Limites estudaria o envio de uma nova nota ao Brasil.³⁶⁶ O embaixador brasileiro e o chanceler paraguaio continuaram mantendo reuniões que não resultavam em declarações públicas. *La Tribuna*, porém, construía a expectativa de que algo seria anunciado “nos próximos dias”.³⁶⁷ Assim como *OESP*, apenas no dia 11 de junho o encontro entre os dois chanceleres foi anunciado pelo jornal.³⁶⁸ A preparação para o encontro também recebeu a atenção do periódico, que parecia anunciar que a última batalha diplomática do caso dos Saltos se aproximava.³⁶⁹

Após o primeiro dia do encontro entre os dois chanceleres, *La Tribuna* destacou em sua capa que os dois ministros “coincidiam em um discreto otimismo”.³⁷⁰ A cobertura da reunião seguiu os passos das delegações no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu e no Hotel Acaray, em Presidente Stroessner (atual *Ciudad Del Este*). Os discursos dos ministros foram publicados integralmente. Antes da viagem para a fronteira, Sapena Pastor declarou ao *La Tribuna* que: “sua fé reside no direito e nos sagrados interesses da Pátria, na segura convicção que obteremos soluções decorosas e dignas para os dois países”.³⁷¹

La Tribuna aguardou o resultado das conferências para anunciar os entendimentos alcançados, diferentemente do que *OESP* fez. A imagem da hábil diplomacia brasileira, sempre disposta a enganar os paraguaios foi muito utilizada durante os meses que antecederam as reuniões, não poderia ser facilmente substituída. Porém, o “desejo de encontrar uma fórmula que afaste o desentendimento” foi destacado pelo jornal já no início do encontro, reiterando, como esperado, a imagem de duas nações em aproximação.

³⁶⁶ Prosigue preparación de la nueva nota al Brasil. *La Tribuna*. 03 jun.1966. p.4.

³⁶⁷ Abordaron en Cancillería tema relativo al Guairá. *La Tribuna*. 04 jun.1966. p.4.

³⁶⁸ Habrá una serie de entrevistas entre cancilleres. *La Tribuna*. 11 jun.1966. p.4.

³⁶⁹ Conversaron con el Jefe de Estado en torno a reunión de Cancilleres. *La Tribuna*. 18 jun.1966 p.4.

³⁷⁰ Con espíritu constructivo platicaron los Cancilleres. *La Tribuna*. 22 jun.1966. p.1.

³⁷¹ Cumplióse en la frontera la entrevista de los cancilleres. *La Tribuna*. 22 jun. 1966. p.4.

Figura 3.4: Juracy Magalhães e Raúl Sapena Pastor durante as conferências de junho de 1966.
La Tribuna, 23 de junho de 1966.

Fonte: Digitalização realizada pelo autor

A capa do dia seguinte apresentava os “pontos do acordo entre o Paraguai e o Brasil”, destacando a retirada das tropas brasileiras da região em litígio. A nota do *La Tribuna* resumia a ata assinada entre os chanceleres, sublinhando que “o espírito de amizade prevaleceu na negociação”.³⁷² Na mesma edição, o documento assinado foi publicado integralmente. Entre o texto da ata, algumas fotografias - selecionadas pelo jornal - mostravam os dois ministros sentados e conversando “cordialmente”, o que reforçava a imagem da “tradicional amizade” que voltava a ser veiculada pelo periódico.³⁷³

O documento final, conhecido como a “Ata do Iguaçu”, estabeleceu a divisão em partes iguais da energia elétrica eventualmente produzida a partir dos Saltos do Guairá. A “solução equitativa” havia sido alcançada em nome do “desenvolvimento” e do “progresso”. O Brasil, não reconheceu formalmente o direito paraguaio, porém, concordando com a divisão da energia e com o

³⁷² Puntos de acuerdo entre Paraguay y Brasil. *La Tribuna* 23 jun.1966. p.1.

³⁷³ *La Tribuna*. 23 jun.1966

prosseguimento dos trabalhos demarcatórios na fronteira, recuava em sua posição e aceitava a tese paraguaia do condomínio dos Saltos.

Após a assinatura da Ata do Iguaçu, *La Tribuna* passou a frisar a aproximação entre os dois países. Se aproximou, assim, da imagem que *OESP* veiculava em sua cobertura ao reforçar a ideia das “nações amigas”. A retirada das tropas brasileiras, no entanto, garantia o desenlace do conflito no imaginário nacional. Consagrava a “vitória” paraguaia, ainda que a principal reivindicação do movimento nacionalista, o reconhecimento da soberania paraguaia sobre os Saltos, não tivesse sido alcançada.

No ano seguinte, em sua mensagem ao Congresso paraguaio, Stroessner reforçou o sentido de “vitória” que o documento representava:

A Ata Final de Foz do Iguaçu assinada pelo Paraguai e pelo Brasil é uma das peças fundamentais da política exterior paraguaia. A Ata Final realizada pelo Governo Nacional com uma soma de energia e discrição de decisão e paciência, significa não somente um triunfo paraguaio, mas uma vitória do direito, um alto momento da amizade, da compreensão e da colaboração de dois povos americanos.³⁷⁴

Nos meses que sucederam o acordo com o Brasil, *La Tribuna* deixou de publicar notícias sobre o projeto hidrelétrico. Dessa forma, contribuiu com o projeto da ditadura, que se fortaleceu internamente e externamente, reaproximando-se do Brasil. Mesmo que a adesão do *La Tribuna* ao governo não fosse completa, neste momento, os projetos coincidiram.

3.3. Faz Cem Anos

Durante quase todo o caso dos Saltos, *La Tribuna* publicou diariamente uma série de crônicas sobre a Guerra da Tríplice Aliança intitulada *Hace Cien Años*. As crônicas escritas pelo já citado historiador paraguaio Efraim Cardozo, foram publicadas como parte das comemorações do centenário da Epopeia Nacional, como o nacionalismo paraguaio referia-se à Guerra da Tríplice Aliança. Ademais,

³⁷⁴ BREZZO, Liliana M; YEGROS, Ricardo Scavone. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013. p.164.

foram um importante espaço para a mobilização de símbolos e heróis nacionais. Assim, as crônicas contribuíram para a reconfiguração da identidade nacional ao tratar do caso dos Saltos, recuperando, cem anos depois, a Guerra que dividira parte da América do Sul na segunda metade do século XIX.

Efraim Cardozo (1906-1973) foi um dos mais importantes historiadores paraguaios do período. Membro de uma geração jovens do Partido Liberal que assimilou o nacionalismo no interior do partido, sua extensa obra historiográfica o credenciava. Incluía três clássicos estudos sobre os direitos paraguaios no Chaco, publicados antes da guerra contra a Bolívia pelo domínio da região.³⁷⁵ Nas décadas de 1950 e 1960, dedicou-se ao estudo dos antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança. Foi exilado em Buenos Aires, durante a ditadura de Morínigo (1940-1948).³⁷⁶ Como jornalista, foi diretor do jornal paraguaio *El Liberal*, redator do periódico portenho *La Razón* e colaborador do *La Nación* e *La Prensa*, ambos de Buenos Aires.³⁷⁷

A partir de fevereiro de 1964, Cardozo publicou no semanário católico *Comunidad* uma série de artigos defendendo a soberania paraguaia no conflito diplomático com o Brasil.³⁷⁸ Em 1965, os artigos foram compilados e publicados em formato de livro, sob o título “Os direitos do Paraguai sobre os Saltos do Guairá”. Com grande circulação, se tornou um sucesso editorial. O livro convocava a mobilização popular em defesa dos Saltos ao sublinhar: “nosso Itamaraty está no povo”. Dessa forma, Cardozo, prestigiado dirigente do Partido Liberal, ainda na clandestinidade, se tornou um dos principais autores a tratar do caso dos Saltos que considerou “a maior oportunidade de nossa história”.³⁷⁹ A

³⁷⁵ CARDOZO, Efraim. *El Chaco en el régimen de las intendencias*. Asunción, 1930. _____. *Aspectos de la Cuestión del Chaco*. Asunción, 1932. _____. *El Chaco y los virreyes. La cuestión paraguayo-boliviana según documentos de los archivos de Buenos Aires y Rio de Janeiro*. Asunción: 1934.

³⁷⁶ CARDOZO, Efraim. *Vísperas de la guerra del Paraguay*. Buenos Aires: El Ateneo, 1954. _____. *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Librería del Plata, 1961.

³⁷⁷ CARDOZO, Efraim. *Hace Cien Años: Crónicas de la Guerra de 1864-1870*. Asunción: Ediciones EMASA, 1971. v.1. 2ªed.

³⁷⁸ ¿Donde están las altas cumbres del mbaracayú?. *Comunidad*. 23 fev.1964. p.8-9.

³⁷⁹ CARDOZO, Efraim. *Los Derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá*. Asunción: Biblioteca Guaireña, 1965.

construção de uma “fachada” democrática permitia que um homem público com tanta identificação com a oposição ao regime assumisse esse posto.

Cardozo, no entanto, não deixou de ser atacado pelo jornal oficial do Partido Colorado, o diário *Pátria*. Em uma pequena série de artigos, o órgão da ditadura dedicou-se a deslegitimar o historiador liberal: “Além disso, consideramos também altamente provocativo que indivíduos da ralé moral de Efraim Cardozo pretendam agora, como que por mágica, tornarem-se severos e implacáveis juízes de um governo patriota”.³⁸⁰

Em 1964, o historiador assumiu a coluna do *La Tribuna* dedicada a história do Paraguai intitulada “Hoje em Nossa História”. Durante um ano, o jornal publicou diariamente a coluna que recuperava e reinterpretava acontecimentos da narrativa da nação. Cardozo, no entanto, não assinava suas colunas. O periódico indicava, assim, o limite no espaço concedido ao dirigente liberal em um jornal que se submetia ao discurso oficial. Os textos assinados pelo historiador eram publicados apenas no suplemento dominical. No último dia de janeiro de 1965, o espaço dedicado aos editoriais anunciou o fim de “Hoje em Nossa História”:

Com o artigo que publicamos em nossa edição do dia de hoje, chegou ao seu término a série “Hoje em Nossa História”, que ofereceu, durante um ano, os principais fatos políticos, históricos, culturais e militares que formam a história nacional. [...] Amanhã, como um novo esforço de *La Tribuna* em benefício de seus leitores e como uma adesão e uma homenagem deste diário ao Centenário da Epopeia Nacional, iniciaremos a publicação de uma nova série, que aparecerá com o título de *Hace Cien Años*. Nela, dia a dia, iremos resenhar os principais eventos daquela guerra cruel em que nosso povo foi admirado pelo mundo por seu valor, sua abnegação sem limites e sua devoção inquebrável de servir à pátria ameaçada.³⁸¹

O periódico também não indicava que o autor da nova série histórica seria

³⁸⁰ Historia de un traidor llamado Efraim Cardozo. *Patria* 11 nov.1965. p.1.

³⁸¹ “Con el artículo que publicamos en nuestra edición del día de hoy, ha llegado a su término la serie “Hoy en Nuestra Historia”, que ha venido brindando, al través de un año continuado, los principales hechos políticos, históricos, culturales y militares que forman la historia nacional. [...] Mañana, y como un esfuerzo más de *La Tribuna* en beneficio de sus lectores y como una adhesión y un homenaje de este diario al Centenario de la Epopeya Nacional, iniciaremos la publicación de una nueva serie, que habrá de aparecer con el título de “Hace Cien Años”. En ella, día a día, iremos reseñando los principales sucesos de aquella cruenta guerra, en que nuestro pueblo admirara al mundo por su valor, abnegación sin límites y su devoción inquebrantable de servir a la patria amenazada.” Iniciaré mañana serie sobre Epopeya Nacional. *La Tribuna*. 31 jan.1965. p.3. (tradução nossa)

Cardozo. Os artigos foram construídos a partir de uma grande base documental, contendo desde diários de campanha até jornais dos quatro países envolvidos no conflito. Referências às fontes e bibliografia utilizada, no entanto, não foram apresentadas durante nenhum artigo. Segundo Cardozo, “um caudaloso fichário, que não é obra de dias, mas de anos, foi o cimento que o leitor não vê, mas que os conhecedores da pesquisa historiográfica saberão adivinhar”.³⁸²

Hace Cien Años logo se tornou um sucesso editorial do *La Tribuna*. Durante o centenário da “Epopéia Nacional” (1964-1970) os símbolos, mitos e heróis relacionados à Guerra da Tríplice Aliança foram ainda mais recuperados e reforçados pelo governo e pela imprensa. O jornal de Arturo Scherer aproveitou essa mobilização para tentar angariar novos leitores. Seus concorrentes *El País* e *Pátria* não possuíam uma série semelhante, por suas vinculações ao Partido Colorado também não contavam com Cardozo entre seus colaboradores.

A série *Hace Cien Años* procurava a “moderna crônica jornalística”. Noticiava movimentações de tropas paraguaias e aliadas, declarações de chefes militares e testemunhos de batalhas com uma redação próxima da que os leitores se acostumaram a ler em *La Tribuna*, um texto “objetivo”. Segundo Cardozo, um pedido do próprio Arturo Scherer:

Seu desejo era que os artigos diários tivessem as características da crônica jornalística, como se eles fossem escritos ao compasso dos acontecimentos no lustro épico. Não queria uma história erudita, com notas e bibliografia, mas o relato vivo e verdadeiro dos eventos, e não somente daqueles de grande envergadura, que ainda hoje estremecem os céus da América, mas também dos pequenos e aparentemente intrascendentes episódios da vida cotidiana no Paraguai. E tudo isso em estilo claro, fácil, direto, sem floreios retóricos, como corresponde ao jornalismo moderno, para satisfazer o gosto do leitor que busca uma simples relação de certos acontecimentos e não páginas literárias próprias do suplemento dominical, quando trata de se inteirar sobre o que passou no mundo.³⁸³

³⁸² CARDOZO, Efraim. *Hace Cien Años: Crónicas de la Guerra de 1864-1870*. Asunción: Ediciones EMASA, 1971. v.1. 2ªed. p.11.

³⁸³ “Su deseo era que los artículos diarios tuvieran las características de la crónica periodística, como si ellos fueran escritos al compás de los acontecimientos en el lustro épico. No quería una historia erudita, con notas y bibliografía, sino el relato vivo y veraz de los sucesos, y no solamente de aquellos de grande envergadura, que aún hoy estremecen los cielos de América, sino también los menudos y al parecer intrascendentes episodios de la vida cotidiana en el Paraguay. Y todo ello en estilo llano,

Durante os últimos meses do caso dos Saltos, os leitores do *La Tribuna* acompanharam dia a dia o desenrolar do conflito centenário por meio da série de Cardozo. *Hace Cien Años* era publicada na quarta página do jornal, próxima às notícias nacionais e aos editoriais, ou seja, ao lado dos artigos que tratavam do conflito diplomático com o Brasil em torno aos direitos sobre os Saltos. No dia 27 de outubro de 1965, quando a nota distribuída pela chancelaria paraguaia tornou pública a ocupação militar brasileira na região em litígio, *Hace Cien Años* recuperou uma tentativa paraguaia de atravessar o Rio Paraná frustrada por embarcações da marinha aliada no século XIX.³⁸⁴

Os meses finais daquele ano assistiram ao crescimento da mobilização em defesa dos Saltos. Um discurso de Solano López aos seus soldados acampados na frente sul foi reproduzido *Hace Cien Años*, no caderno principal, em dezembro de 1965.³⁸⁵ Em momento crucial de intensa mobilização nacionalista, discursos de López em plena guerra, cenas de batalhas contra brasileiros e argentinos, reforçavam a imagem de um Paraguai unido frente aos seus vizinhos agressores.³⁸⁶

No dia dos heróis da pátria, Cardozo narrou em um de seus artigos os momentos que antecederam a ofensiva aliada no início 1866. Entre os documentos utilizados pelo historiador nacionalista estava a cartilha “Para o soldado e o cidadão paraguaio na emergência da guerra: vencer ou morrer”. A relação era direta com o caso dos Saltos. Avisaram ao Brasil: o Paraguai não vai desistir dos seus domínios e nem da energia que viria ser produzida. A resistência e a morte de López representavam a “glória do autossacrifício pela pátria”.³⁸⁷ Cardozo, então,

sencillo, directo sin flores retóricas, como corresponde al periodismo moderno, para satisfacer el gusto del lector que busca la relación simple de hechos ciertos y no páginas literarias propias del suplemento dominical, cuando trata de enterarse de lo que ha pasado en el mundo.” Ibidem. p.9-10. (tradução nossa)

³⁸⁴ *Hace Cien Años*: Aparecen barcos enemigos al iniciarse el cruce del Río hasta Paso de Patria. *La Tribuna*. 27 out.1965. p.4.

³⁸⁵ *Hace Cien Años*: A los soldados de la división sur dirige el Mariscal López una proclama. *La Tribuna*. 02 dez.1965. p.4.

³⁸⁶ *Hace Cien Años*: Se repiten las excursiones al territorio argentino. *La Tribuna*. 15 jan.1966. p.4.

³⁸⁷ LAMBERT, Peter. El discurso nacionalista en el Paraguay: Desde lo disidente a lo hegemónico. In: CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas. *Paraguay: Investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia/Universidad de Montevideo, 2013. p.348.

citou alguns dos parágrafos da cartilha que eram, segundo ele, “aprendidos de memória, em espanhol e em guarani”:

Antes de traír a pátria, morremos pela pátria; antes de morrer nas mãos implacáveis e cruéis, morremos ao pé dessa bandeira que nos guia à glória no campo da honra e marcamos com nosso sangue a santidade do princípio que defendemos. [...]. Cada soldado, cada cidadão leve, pois, inscrito em seu coração este lema: vencer ou morrer. Assim nos exige a conduta cruel do inimigo e a força de nossos deveres. [...] O autor destas palavras era o Marechal Francisco Solano López. Quatro anos depois cumpriria o sagrado juramento.³⁸⁸

Efraim Cardozo evocava os documentos para legitimar a construção de sua “narrativa legendária”. A mitologia nacionalista exercia, assim, “uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente”. Uma centenária guerra, conduzida por um líder disposto ao sacrifício, “explicava” para o leitor do *La Tribuna* seu papel na defesa da soberania paraguaia no presente, bem como o papel do presidente Stroessner. O mito, assim, ordenou o “caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos”.³⁸⁹

Durante o caso dos Saltos, *Hace Cien Años* narrou também importantes batalhas da guerra, entre elas, a sangrenta batalha de Tuiuti:

Ainda não eram 11 horas e 55 minutos quando o coronel Brugues com um tiro de canhão deu o aviso do início da grande batalha de Tuiuti. Era 24 de maio de 1866. Como uma avalanche os paraguaios se lançaram sobre o vasto acampamento inimigo, pela frente, pelos flancos e na retaguarda. Os aliados não foram tomados de surpresa, pois estavam armados e prontos para um reconhecimento geral. Logo, Tuiuti se converteu, segundo expressão do coronel Centurión, “em um vulcão que vomitava raios de fogo e densas massas de fumaça esbranquiçada que cobriram em um instante todo o recinto que ocupava, deixando os combatentes de ambas partes envolvidos em uma espessa nuvem.”³⁹⁰

³⁸⁸ “Antes que traicionar a la patria, muramos por la patria; antes que morir en manos despiadadas y crueles, muramos al pie de esa bandera que nos guía a la gloria en el campo del honor, y sellemos con nuestra sangre la santidad del principio que defendemos. [...] Cada soldado, cada ciudadano leve, pues inscrito en su corazón este lema: ‘Vencer o Morir’. Así nos exige la conducta cruel del enemigo y la fuerza de nuestros deberes”. [...] El autor de estas palabras era el Mariscal Francisco Solano López. Cuatro años después habría de cumplir el sagrado juramento.” *Hace Cien Años: A la voz del Mariscal López los soldados del Paso de la Patria dicen: vencer o morir. La Tribuna*. 01 mar. 1966. p.4. (tradução nossa)

³⁸⁹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.13.

³⁹⁰ “No fue sino a las 11 y 55 que el coronel Bruguez con un cañonazo dio el aviso de la iniciación de la gran batalla de Tuyutí. Era el 24 de mayo de 1866. Como una avalancha los paraguayos se lanzaron

Os jornais oposicionistas também usavam um tom belicoso para mobilizar seus correligionários em defesa dos Saltos do Guairá. *La Tribuna*, representante da imprensa paraguaia mantinha um tom moderado em seus editoriais. Ao recuperar cenas de batalhas que reforçavam a imagem do “paraguaio guerreiro”, o jornal, por meio das crônicas de Efraim Cardozo, transformava a “narrativa de caráter explicativo” também em “potência mobilizadora”. Segundo Raoul Girardet: “à função de reestruturação mental do imaginário político corresponde então, uma outra, que é de reestruturação social [...] o mito político é instrumento de reconquista de uma identidade comprometida”.³⁹¹

Como vimos, as manifestações de rua aumentaram e o governo passou a reprimi-las com violência policial e prisões de líderes estudantis.³⁹² Em janeiro de 1966, o ministro do Interior, Edgar Ynsfrán ordenou a prisão das principais lideranças do Partido Liberal, entre elas Efraim Cardozo.³⁹³ *La Tribuna*, entretanto, continuou publicando *Hace Cien Años* normalmente, evitando veicular que o autor da matéria estava atrás das grades da ditadura. O jornal de Arturo Schaerer não denunciou a prisão dos dirigentes liberais, como tampouco fez com a repressão aos protestos estudantis. As notícias circularam apenas nos pequenos jornais da oposição.³⁹⁴

Hace Cien Años continuou a ser publicada pelo *La Tribuna* até o dia primeiro de março de 1970, centenário da batalha de Cerro Corá. A partir de 1967, as crônicas foram editadas em 13 tomos publicados ao longo da década de 1970. Na segunda edição do primeiro tomo, em 1971, a editora EMASA havia publicado apenas cinco tomos, indicando o sucesso editorial de Arturo Schaerer e Efraim

sobre el vasto campamento enemigo, por el frente, los flancos y la retaguardia. Los aliados no fueron tomados de sorpresa, pues estaban sobre las armas, listos para un reconocimiento general. Pronto Tuyutí se convirtió, según expresión del coronel Centurión, “en un volcán que vomitaba rayos de fuego y densas masas de blanquizado humo que cubrieron en un instante todo el recinto que ocupaba, quedando los combatientes de ambas partes envueltos en una espesa nube”. *Hace Cien Años*: paraguayos y aliados libran en los campos de Tuyutí gigantesca batalla. *La Tribuna*. 24 mai.1966. p.3. (tradução nossa)

³⁹¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.183.

³⁹² Continúan presos los estudiantes. *El Enano*. 05 dez.1965. p.1.

³⁹³ Detención de directores partidarios. *El Enano*. 16 jan.1966. p.1.

³⁹⁴ Mientras los ladrones andan libres. *El Enano*. 20 jan.1966. p.1.

Cardozo.³⁹⁵

O autor de *Hace Cien Años* foi um dos dirigentes da principal facção liberal, que obteve o reconhecimento oficial do regime em 1967. O grupo de Cardozo adotou o nome de Partido Liberal Radical para diferenciar-se do grupo dos irmãos Levi Ruffinelli, o primeiro grupo da “oposição” que conviveu com o regime stronista.³⁹⁶ O reconhecimento dos radicais sinaliza o sucesso do processo de “liberalização” da ditadura, que continuou a violar os direitos humanos e perseguir a oposição da mesma forma. Esse sucesso legitimaria a Assembleia Constituinte de 1967 e a nova Constituição.³⁹⁷

Entre os colorados, no entanto, havia divergências. O maior representante da repressão stronista, Edgar Ynsfrán, criticava o processo de “liberalização”. Ynsfrán era o ponto de convergência da extrema-direita colorada. O ministro do Interior se tornou um dos últimos políticos colorado com base de poder pessoal e aquele capaz de ameaçar Stroessner dentro do partido.³⁹⁸ A repressão aos pequenos jornais da oposição e às manifestações contra a presença dos militares brasileiros na região em litígio, bem como a prisão de Efraim Cardozo, indicam essa tensão entre uma “linha dura” colorada e o poder pessoal de Stroessner sobre o partido.

Durante o ano de 1966, Stroessner conseguiu afastar os principais aliados de Ynsfrán de seus cargos. Entre eles, o temido chefe da polícia de Assunção Duarte Vera.³⁹⁹ Isolado, o ministro do Interior foi demitido em novembro de 1966. No ano seguinte, a nova constituição consagraria a consolidação do regime ao garantir a “reeleição” de Stroessner por mais dois períodos e manter os amplos poderes do executivo. O congresso se dividiu em duas câmaras e os partidos de oposição foram reconhecidos, o que não significou o enfraquecimento do poder pessoal do general no Estado. O presidente só seria deposto em 1989, por outro golpe de

³⁹⁵ CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción, 2010. p.349.

³⁹⁶ LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.379.

³⁹⁷ SOLER, Lorena. *Paraguay: la larga invención del golpe*. Asunción: Arandurã, 2014. p.163-188.

³⁹⁸ LEWIS, Paul H. Op. Cit. p. 188.

³⁹⁹ Asumió sus funciones Jefe de policía de la Capital. *La Tribuna*. 31 mai.1966. p.4.

Estado que manteve o Partido Colorado no poder.⁴⁰⁰

Figura 3.5: Anúncio do livro de Efraim Cardozo. *La Tribuna*, 15 de dezembro de 1965.

EL LIBRO DEL MOMENTO !

**Los
Derechos
del
Paraguay
Sobre los
SALTOS DEL GUAIRA**

por el Profesor Dr. EFRAIM CARDOZO
UNA OBRA DOCUMENTADA,
Y ESCRITA EN EL BRILLANTE ESTILO
DE UNO DE NUESTROS MEJORES
HISTORIADORES

Distribuidora: AGENCIA DE LIBRERIA NIZZA S. A.
Estrella e/O'Leary y Ayolas

Pídala en: Librería El Ateneo Librería Universal Librería Letras Librería J. de Salazar Casa Novelty	Librería Asunción Librería Atenas Casa América Librería Selecciones Casa Campovia	Librería Comunistas " Internacional " La Cultura " Dante " Guaraní
--	---	--

24278c-15-12

Fonte: Digitalização realizada pelo autor

⁴⁰⁰ LEWIS, Paul H. Op. cit. p.208.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desta pesquisa foi realizado entre os anos de 2013 e 2016, um período de profunda crise política e econômica no Brasil, cujo desenvolvimento desembocou num processo de impeachment da presidente do país, ainda em arbitramento. Não se trata aqui de defender essa ou aquela posição política, mas de considerar que a imprensa — reservadas raras exceções — como no caso dos Saltos, jogou com as poderosas cartas que tinha, e tem, em nome de um projeto político liberal-conservador. Aquele que defende o “livre mercado”, a precarização e privatização dos serviços públicos e a destruição dos direitos sociais e trabalhistas. O *Estadão*, ontem e hoje, esteve à frente desse projeto conservador.

A imprensa no Paraguai desempenha um papel semelhante. Em 2012, os jornais paraguaios legitimaram um processo de “juízo político” que culminou no afastamento do presidente eleito Fernando Lugo. Os periódicos se posicionaram ao lado dos interesses de grandes proprietários rurais, de grupos empresariais e dos setores mais conservadores dos dois tradicionais partidos políticos daquele país. Entre 2010 e 2012, parte dos periódicos paraguaios estimulou uma série de polêmicas envolvendo ministros e pessoas próximas ao presidente em uma campanha de desestabilização política liderada pelo jornal conservador *ABC Color*. Após uma ação de reintegração de posse, que resultou em 17 mortos entre policiais e camponeses sem-terra, os jornais responsabilizaram Lugo pelo “massacre de Curuguaty” e legitimaram um golpe parlamentar relâmpago.

O trabalho aqui realizado e os acontecimentos recentes no Brasil e no Paraguai mostram como permanece importante o estudo da imprensa. Confirma-se que ela, a imprensa, procura intervir na sociedade, geralmente afirmando que a sua função é trazer para os domínios da sociedade “os fatos”, ao mesmo tempo em que defende um projeto político. Não restam dúvidas de que a imprensa serve a determinados interesses, além dos próprios, ainda que se coloque como aquela que narra exclusivamente “os fatos”. Nesse sentido, um dos pontos fundamentais de sua estratégia é eleger determinados tópicos, repeti-los à exaustão, enquanto

negligencia ou joga sombras sobre outros. Simultaneamente, procura mobilizar os leitores para que se envolvam no seu projeto político, mas afirmando sempre que o seu trabalho é informar o leitor, narrando “exclusivamente os fatos”.

Este trabalho de pesquisa caminhou em duas direções: a primeira que discutiu como a imprensa — dois jornais importantes, sendo um do Brasil e um do Paraguai — trataram de um mesmo tema, o caso dos Saltos; e o segundo que indica a relevância dos estudos das relações interamericanas a partir de fontes que não sejam propriamente os documentos oficiais das chancelarias dos Estados nacionais. Ainda que fontes diplomáticas sejam essenciais, o trabalho aqui realizado privilegiou o jornal como fonte e objeto, discutindo também o papel da imprensa em momento delicado de crise entre os dois países.

A pesquisa revelou que entre 1963 e 1966, a cobertura do caso dos Saltos pelos jornais *OESP* e *La Tribuna* passou por transformações importantes, em função dos problemas que a própria imprensa tinha de contornar, além dos seus projetos a defender. As imagens do Brasil e do Paraguai, recuperadas e reforçadas pelos dois periódicos, foram durante o maior tempo contrapostas, ainda que aproximações fossem celebradas. Essas imagens em confronto evidenciam o papel do conflito diplomático na reconfiguração das identidades nacionais, que se forjavam uma contra a outra. Ao mesmo tempo, os dois diários utilizaram a cobertura do caso dos Saltos com o claro propósito de fazer valer o seu projeto político e baseados em determinado lugar que pressupunham para os seus respectivos países, e conseqüentemente para o vizinho, no âmbito regional.

No início do caso dos Saltos, em 1963 e 1964, a cobertura dos jornais *La Tribuna* e *OESP* foi delineada pelas políticas internas, paraguaia e brasileira. O litígio fronteiriço e o projeto hidrelétrico ainda não haviam se transformado em temas de grande repercussão.

Limitando sua crítica à ditadura stronista, o jornal paraguaio apenas reforçou o posicionamento oficial de sua chancelaria. O processo de “liberalização” da ditadura — quando o governo admitiu a “oposição” controlada — se valeu do cerceamento da imprensa escrita por meio da autocensura e do medo que os “espiões” do governo causavam nas redações. Ao reforçar o posicionamento

oficial do governo paraguaio, *La Tribuna* recuperou a imagem de duas “nações amigas” no “caminho da compreensão”. As viagens do ministro brasileiro, Oliveira Brito, ao Paraguai, em setembro de 1963 e de Alfredo Stroessner ao Brasil, em janeiro de 1964, serviram a esse propósito.

Diferentemente do *La Tribuna*, a imagem das “nações amigas” não foi reforçada pelo *Estadão*. Empenhado na campanha de desestabilização política do presidente João Goulart, então simpático ao empreendimento e se aproximando de Stroessner, o periódico criticou a condução do caso pelo governo brasileiro e aproveitou o debate para defender a participação da “iniciativa privada” nos grandes projetos estatais. Aproveitou, também, para apoiar o projeto do engenheiro Otávio Marcondes Ferraz, que não previa a participação paraguaia na obra e no domínio da energia elétrica. *OESP*, assim, durante grande parte do período aqui estudado, constituiu uma imagem contrária aos entendimentos com o Paraguai, ou seja, contrária às “nações amigas” que Stroessner e Goulart buscaram consolidar no encontro de janeiro de 1964.

Após o encontro entre os dois presidentes, *La Tribuna* aderiu ao movimento em defesa dos direitos paraguaios sobre os recursos dos Saltos do Guairá, acompanhando o governo. Preocupado com sua sobrevivência como empresa, o “decano da imprensa nacional” não criticou a condução do caso pela chancelaria paraguaia. Nesse momento as imagens que os dois jornais mobilizavam já se confrontavam vigorosamente.

Após o golpe de abril de 1964, *OESP* defendeu a usina hidrelétrica como um símbolo do regime que havia ajudado a instaurar, ou seja, um símbolo do “Brasil Potência” e do seu projeto liberal. Continuava a ignorar, entretanto, a participação paraguaia na grande obra. Indicava, assim, o lugar do Brasil como potência regional e o do Paraguai como um “fraco” vizinho. Para *OESP*, o Brasil deveria, portanto, dar as cartas na esfera regional.

Já no Paraguai, a imagem do Brasil “agressor” ganhava força nos jornais e nas ruas. No final de 1965, com a divulgação da ocupação militar brasileira na região em litígio, momento em que os acordos pareciam impossíveis, *La Tribuna* passou a reconfigurar a identidade paraguaia ao reforçar a imagem da nação

“guerreira” e clamar pelo mito da “unidade nacional” num país que a ditadura havia fechado espaço para uma oposição de fato. O fosso entre os dois vizinhos só aumentava. A unidade paraguaia foi representada pelo Estado e seu presidente, o general Stroessner, que novamente lideraria a defesa do território. Durante o primeiro semestre de 1966, a ditadura assumiu o controle do movimento com a ajuda da imprensa e da repressão.

Enquanto a mobilização nacionalista, e contra o Brasil, ganhava força no Paraguai, *OESP* legitimou o posicionamento do Itamaraty em sua cobertura do caso dos Saltos. No Brasil, o jornal paulista reforçou a interpretação de que não havia litígio e que, portanto, não se tratava de “agressão” das tropas brasileiras na região considerada brasileira, apesar da contestação do Paraguai. No início de 1966, após assumir a chancelaria brasileira, o general Juracy Magalhães tentou reafirmar a posição inicial do Itamaraty.

Reitero que as identidades nacionais foram recuperadas e reforçadas pelos jornais em questão, quando da discussão dos Saltos, mas em oposição ao país vizinho. Isso não é propriamente uma novidade. Sabe-se que identidades nacionais são rearticuladas, em geral, tendo o outro como imagem especular. Pudemos observar, dessa forma, como a questão dos limites entre o Brasil e o Paraguai e a do potencial energético dos Saltos se tornaram ponto fulcral para a reativação desses fenômenos.

Evocados pela imprensa paraguaia, os símbolos, mitos e heróis nacionais fortaleceram o movimento em defesa dos Saltos. *La Tribuna*, além de construir a unidade em torno ao ditador paraguaio, forneceu elementos da identidade paraguaia para serem reinterpretados pelo movimento nacionalista. Os símbolos faziam relação direta com o caso dos Saltos. A nação guarani, que “sempre” defendeu seu território dos poderosos vizinhos, dessa vez garantiria o seu futuro desenvolvimento, enfrentando novamente as pretensões brasileiras.

Diversos espaços do jornal foram reservados para esse propósito. Entre eles, as crônicas de Efraim Cardozo sobre a Guerra da Tríplice Aliança e a cobertura das cerimônias em comemoração às datas nacionais. Nesses espaços a nação paraguaia foi imaginada como uma “valente defensora” do território contra as

pretensões brasileiras, o grande vizinho “agressor”. *La Tribuna*, assim, contribuiu para a ritualização dos mitos políticos que reforçaram o papel de Stroessner como defensor do “progresso” e da “modernidade” simbolizados pelos Saltos.

A reinterpretação de mitos e símbolos antigos não ocorreu da mesma maneira no jornal *OESP*. A identidade brasileira foi reconfigurada a partir do projeto de “Brasil Potência”, no qual o jornal demonstrava afinidade à ditadura militar no que diz respeito ao papel hegemônico que o país deveria ocupar no continente. A usina hidrelétrica de Sete Quedas foi, antes de tudo, um projeto unilateral que ignorou os direitos paraguaios sobre a energia a ser produzida. A relação política e economicamente assimétrica entre os dois países, segundo o jornal brasileiro, assegurava ao Brasil uma vantagem no conflito com o Paraguai.

A imprensa brasileira não julgou necessário mobilizar heróis e símbolos nacionais, como foi feito no país vizinho, para garantir seus direitos sobre a energia elétrica produzida a partir dos Saltos. No entanto, *OESP* não deixou de mencionar as comemorações que o Instituto Histórico e Geográfico paulista realizou durante centenário da Guerra do Paraguai e da batalha do Riachuelo, em 1865, símbolo importante da marinha brasileira. As poucas referências ao conflito do século XIX contrastam com a profusão de materiais publicados pela imprensa paraguaia.

A força da reivindicação paraguaia residia também no movimento em defesa dos Saltos. A reinterpretação do mito da unidade nacional foi efetiva como força mobilizadora. Manteve-se a pressão política paraguaia sobre o Itamaraty que, ameaçado pela possibilidade de derrota em uma arbitragem internacional, recuou de sua posição intransigente. A partir de abril de 1966, o Brasil passou a admitir o condomínio da energia elétrica a ser produzida. *La Tribuna*, o jornal de maior circulação no Paraguai teve um importante papel nessa construção. Nesse momento os jornais dos países vizinhos coincidiram, pois ambos voltaram a veicular a imagem de duas “nações amigas”. Para os periódicos, os dois países se entenderam após um breve intervalo em sua histórica “amizade”.

A movimentação no Paraguai foi de tal ordem, que o Brasil teve que ceder nas suas pretensões. E mais uma vez, não é demais ressaltar, nem sempre o país com maior território, poder econômico e, portanto, poder de pressão, dá as cartas

no plano internacional. O Paraguai obteve sucesso frente à potência regional. Não era desejo da elite paulista, nem da elite tecnocrata representante do projeto liberal de *OESP* no interior do governo militar, que o “fraco” vizinho participasse do grandioso projeto hidrelétrico.

Ainda que o jornal paulista e o Itamaraty tenham celebrado o acordo com o Paraguai, ele representou um recuo brasileiro. Assinada no dia 22 de junho de 1966, a Ata do Iguaçu estabeleceu que a energia elétrica eventualmente produzida a partir dos desníveis do Rio Paraná seria dividida entre o Brasil e o Paraguai. O documento, no entanto, não era definitivo, ou seja, não fora decidida a construção da usina hidrelétrica, o que demandava mais estudos técnicos, apenas o condomínio da energia.

Em 1973, portanto, sete anos depois o documento definitivo seria assinado: o Tratado de Itaipu. Após 1966 os interesses argentinos passaram a interferir cada vez mais nas negociações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai. No entanto, o alinhamento cada vez maior da ditadura paraguaia aos interesses brasileiros e o Tratado para a construção de Itaipu representaram uma inflexão no poder regional. A influência brasileira passou a ser hegemônica no Cone Sul.

O *Estadão* e o *La Tribuna* se posicionaram ao lado dos interesses de seus Estados, os tais “interesses nacionais”, que representavam projetos políticos que não coincidiam inteiramente com os seus “princípios” liberais. Ambos os jornais assumiram algumas facetas desenvolvimentistas em seus discursos. No periódico paraguaio, em função do controle que o regime de Stroessner exercia sobre a imprensa, a adesão ao projeto do governo é mais evidente.

Mesmo frustradas as pretensões eleitorais de Carlos Lacerda após o segundo ato institucional (AI-2), o *Estadão* ainda acreditava ser possível disputar os rumos da “revolução”. O poder de intervenção política do jornal paulista também era maior do que a influência do periódico assunceno. Entre 1964 e 1966, mesmo tendo se afastado politicamente do governo Castelo Branco, *OESP* não se posicionou contra o “endurecimento” da ditadura que atacava os direitos individuais teoricamente defendidos pelo liberal periódico.

Diferentemente do *OESP*, o *La Tribuna* não conseguiu permanecer em

atuação no Paraguai. Não é nosso objetivo discutir o motivo pelo qual o jornal desapareceu. Arturo Schaerer - homem à frente da empresa, ainda que não estivesse mais na lida cotidiana do jornalismo - faleceu em 1979, mesmo ano em que a publicação foi suspensa pela ditadura de Stroessner, apesar de todas as concessões que o jornal da família Schaerer havia feito. O periódico fechou definitivamente suas portas em 1983, quatro anos após a morte de seu proprietário. É possível que a modernização alcançada pelo Paraguai, de forma diferente do Brasil, impulsionada pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, tenha contribuído para o encerramento das atividades editoriais da família Schaerer, uma vez que, *La Tribuna* estava profundamente identificado com o “velho” Paraguai.

Havia também na praça um novo concorrente: o diário, também conservador, *ABC Color*, o mesmo que teve, recentemente, importante papel na desestabilização de Fernando Lugo. Fundado em 1967, o jornal do empresário Aldo Zucolillo introduziu a impressão em *offset* e consolidou o formato tablóide na imprensa paraguaia. A modernização tecnológica o colocou em vantagem em relação aos tradicionais periódicos do país, como *La Tribuna*, que insistiram na linotipia e perderam espaço no mercado editorial durante a década de 1970.

Por fim, é importante assinalar que Brasil e Paraguai não abriram mão das suas interpretações de limites territoriais até o presente. Uma parte da região em litígio foi coberta pelas águas do reservatório de Itaipu, em 1982 e a maior parte dessa região se encontra no Parque Binacional do Maracaju, localizado ao norte do município paraguaio de Salto Del Guairá e imediatamente ao sul da ponte Ayrton Senna, que liga os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Hoje é possível perceber que a linha fronteira pretendida pelo Brasil na década de 1960 ainda é representada nas cartas geográficas brasileiras. Resolvida a questão energética e estratégica, o litígio permaneceu latente, assim como a relação assimétrica entre o Brasil e o Paraguai.

FONTES

Periódicos paraguaios

- a) *La Tribuna*. Coleção disponível na Hemeroteca Carlos Antonio López da Biblioteca Nacional do Paraguai.
- b) *El Enano*. Coleção disponível na Hemeroteca Carlos Antonio López da Biblioteca Nacional do Paraguai.
- c) *Comunidad*. Coleção disponível na Hemeroteca Carlos Antonio López da Biblioteca Nacional do Paraguai.
- d) *Patria*. Coleção disponível na Hemeroteca Carlos Antonio López da Biblioteca Nacional do Paraguai.
- e) *El País*. Coleção disponível na Hemeroteca Carlos Antonio López da Biblioteca Nacional do Paraguai.

Periódicos brasileiros

- a) *O Estado de São Paulo*. Disponível em:
<<http://acervo.estadao.com.br>>.
- b) *Jornal do Brasil*. Disponível em:
<<http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>>

Livros

CARDOZO, Efraim. *Los Derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá*. Asunción: Biblioteca Guaireña, 1965.

_____. *Hace Cien Años: Crónicas de la Guerra de 1864-1870*. Asunción: Ediciones EMASA, 1971. v.1. 2ªed.

MESQUITA FILHO, Júlio de. *Ensaio Sul-Americanos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

_____. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguay*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência em OESP e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A "outra" América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. *Os Saltos da Discórdia: o impasse entre Brasil e Paraguai em torno das Sete Quedas (1962-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

BIEDERMANN, Enrique. *Mi Propia Historia. Memorias de un publicitario paraguayo*. Asunción: Biedermann Publicidad, 1999.

BIELCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BIRCH, Melissa. La política pendular: política de desarrollo del Paraguay en la post-guerra. *Revista Paraguaya de Sociología*. Asunción, ano. 25, n. 73, set.-dez., 1988.

BORBA, Nestor; REBOUÇAS, André P. *Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1897.

BREZZO, Liliana M. La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad. *Diálogos*. Maringá, v.7, 2003.

_____. “Reparar la Nación”: Discursos históricos y responsabilidades nacionalistas en Paraguay. *Historia Mexicana*, México: Colégio de México, v.60, n.1, jul-set 2010.

_____; YEGROS, Ricardo Scavone. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro O sistema universitário paulista. In: _____; ODALIA, Nilo. (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial; Editora UNESP; Arquivo Público do Estado, 2010. v.2. p. 599-622.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras e a ditadura civil-militar, 1964-1985*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1994.

_____. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

_____. O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa paulista (1920-1945), *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n. 23-24, 1991.

_____. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____; PRADO Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e O Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF/NitPress, 2010.

CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas. *Paraguay: Investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia/Universidad de Montevideo, 2013.

CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Academia, 1989.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: FUNAG; IBRI, 2001.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

_____. (org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2009.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, A. O golpe de 64 e o regime de 68. *História, Questões e Debates*, Curitiba, n.40, 2004.

COLMÁN DUARTE, Evaristo Emigdio. *Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936-1947*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

COLMÁN GUTIERREZ, Andrés. *La oposición tolerada y la perseguida*. Asunción: El Lector, 2014.

CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción, 2010.

DE BOSIO, Beatriz G; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Pensamiento paraguayo del siglo XX*. Asunción: Intercontinental; Corredor de las Ideas del Cono Sur. 2006.

_____. *Eligio Ayala: cultura política y democracia en América Latina, Humanismos, perspectivas y prácticas alternativas en la encrucijada*. In: ENCUENTRO DEL CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONOSUR, 5., Universidad Nacional de Río Cuarto, Córdoba, Argentina: Novembro de 2002. Disponível em: <http://www.corredordelasideas.org/v2/v_corredor_ponencias.html> Acesso em: abr. 2015.

_____. *Periodismo Escrito Paraguay 1845-2001: De la afición a la profesión*. Asunción: Intercontinental, 2008.

DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes Para La Historia Política de Itaipu*. Asunción: s/e, 2010.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Una Relación Compleja: Paraguay y Brasil 1889-1954*. Asunción: Tiempo de Historia, 2011.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DULCI, Tereza M. S. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.

FICO, Carlos. *O Grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, C. R. *A escola superior de guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUENTES ARMADANS, Claudio José. *La Maldición del Legionário: Como se construyó un estigma político autoritario en el Paraguay*. Asunción: Tiempo de História, 2016.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro (coord.); DIAS, José Luciano de Mattos; MOTTA, Marly da Silva. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____. (org.). *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GOMES, Enrico Diogo Moro. *Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju*. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) - Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília 2009.

GONZÁLEZ, Juan Natalicio. *El Paraguay Eterno*. Asunción: Editorial Guaranía, 1935.

GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibiades. *La prensa y la cultura bajo el régimen*. Asunción: El Lector, 2014.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Downloads*. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 20 abril 2016.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS DO PARANÁ (ITCG-PR). *Dados geoespaciais de referência*. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=8>>. Acesso em: 20 abril 2016.

LACONICH, Marco Antonio. *La Cuestion de Limites en el Salto del Guirá*. Asunción: La Colmena S. A., 1964.

LEWIS, Paul H. *Paraguay Bajo Stroessner*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. Paraguay, de la guerra de la Triple Alianza a la guerra del Chaco, 1870-1932. In: BETHEL, Leslie (org.) *Historia de América Latina: América del Sur c. 1870-1930 v.10*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

_____. *Partidos Políticos y generaciones en Paraguay 1869-1940*. Asunción: Tiempo de Historia, 2016.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2006.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHÃES, Nancy. A. Democracia e autoritarismo no Brasil: o governo Castello Branco (1964-1967). In: SILVA, Marcos Antonio. (Org.). *Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE, 2006, p. 61-111.

MARTINS FILHO, João R. A ditadura revisitada: unidade ou desunião?. *1964/2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7 Letras, 2004.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papius, 1987.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. Brasília: Editora UnB; Editora Ensaio, 1987.

_____. A guerra do Chaco, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 1, 1998.

MORA, Frank. *La política exterior del Paraguay*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1993.

_____; COONEY, Jerry W. *Paraguay and the United States: distant allies*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2007.

MORAES, Ceres. *Paraguai: o processo da consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel. Os intelectuais brasileiros e o revisionismo histórico platino. In: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. *Instituições, Fronteiras e Política na História Sul-Americana*. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

_____. Uma busca incessante da identidade nacional: a intelectualidade paraguaia na primeira metade do século XX. *Silabário: Revista de Estudios y Ensayos Geoculturales*, Córdoba, v.9, 2006.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. (org.) *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NICKSON, Andrew. El Régimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESCA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2011.

_____. *La guerra fría y el Paraguay*. Asunción: El Lector, 2014.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORUE POZZO, Anibal. *Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones*. Asunción: Arandurã, 2007.

_____. *Periodismo y Nación: Paraguay a inicios del siglo XX*. Asunción: Arandurã, 2008.

PARAGUAY. Dirección General de Estadísticas y Censo. *Resultados Finales Censo Nacional de Población y Viviendas*, 2002. Disponível em: < www.dgeec.gov.py/publicaciones/biblioteca>. Acesso em: mai. 2014.

PASTORE, Carlos. *La Lucha por la tierra en Paraguay*. Montevideo: Antequera, 1972.

PRADO, Maria Lígia. *A democracia ilustrada. (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

_____. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*. São Paulo, n.153, v.2, p. 11-33. 2005.

RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record 2000.

RODRÍGUEZ ALCALÁ, Guido. *Ideología Autoritaria*. Asunción: Servilibro, 2007.

RODRIGUEZ ZUCOLILLO, Carolina Maria. *Língua, Nação e Nacionalismo: Um estudo sobre o guarani no Paraguai*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global, 1981.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: a social history of the American newspaper*. New York: Basic Books, 1981.

SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo de. *Do Guairá aos Saltos do Iguassú*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

SIMON, Victor. *La Enseñanza Universitaria de Periodismo en el Paraguay*. Asunción: Editorial La Voz, 1973.

SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLER, Lorena. *Paraguay: la larga invención del golpe*. Asunción: Arandurã, 2014.

SÓRIA, Miguel Augusto Zydan. *Usina de Itaipu: integração econômica entre Brasil e Paraguai*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; CAPES, 2015.

VIZENTINI, Paulo F. *Relações Internacionais e Desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A política externa do regime militar brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WORLD WATERFALL DATABASE. Disponível em <
<http://www.worldwaterfalldatabase.com/> > Acesso em: junho de 2016.

YAHN FILHO, Armando Gallo. *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

YORE, Fátima M. *La Dominación Stronista: Orígenes y consolidación – 'seguridad nacional' y represión*. Asunción: Base-IS, 1992.